



Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

DESEMBARGADORES E DESEMBARGADORAS

de 1975 a 2007



Apresentação



Apresentação

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina tem a satisfação de apresentar a primeira etapa do trabalho de pesquisa biográfica do total de 274 desembargadores e desembargadoras que integraram e integram essa Corte, desde sua instalação, em 1º de outubro de 1891, até esta data.

O lançamento desta obra virtual ocorre por ocasião das comemorações dos 131 anos de instalação do nosso Tribunal. A forma como será apresentada e disponibilizada tornará possível a adição constante de conteúdos e imagens, num processo dinâmico de aprimoramento.

A obra será composta de oito volumes, o primeiro dos quais lançado agora, dispostos em capítulos de acordo com a ocupação da sede do Tribunal de Justiça, iniciando-se nas dependências da Casa da Câmara e Cadeia e Conselho da Intendência Municipal (1891-1894), passando pelas demais sedes, localizadas na Tesouraria-Geral (1894-1895), na Rua Trajano (1895-1908), no Palacete da Jerônimo Coelho (1908-1929), na Assembleia Legislativa (1929-1929), no Palácio da Praça Pereira Oliveira (1929-1968) e na Agência Ford (1968-1975), até a atual sede, localizada na Praça Tancredo Neves [Torre I (1975) e Torre II (2007)].

Os demais volumes serão lançados em datas comemorativas relevantes que guardam identidade com as atribuições do colegiado formado pela Memória do Judiciário, Museu, Arquivologia e Biblioteconomia, quais sejam, na ordem sequencial, 20 de outubro (Volume II), quando se comemora o Dia do Arquivista; 29 de outubro (Volume III), comemorativo do Dia do Livro (data da fundação da Biblioteca Nacional); 8 de dezembro (Volume IV), em homenagem ao Dia da Justiça, todos de 2022. E na sequência, em 2023, haverá lançamento em 9 de abril (Volumes V e VI), festejando o Dia da Biblioteca; 10 de maio (Volume VII), destacado como o Dia da Memória do Poder Judiciário; 9 de junho (Volume VIII – Tomo I – Torre I), em reverência ao Dia Internacional dos Arquivos, e, por fim, 11 de agosto (Volume VIII – Tomo II – Torre II), por conta do Dia da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil.

Esses volumes serão, inicialmente, disponibilizados no Portal da Memória e, depois de sua apresentação completa, estarão compilados em publicação eletrônica.

Ao final, como preito de reconhecimento, anoto que esta pesquisa foi conduzida pela equipe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário Catarinense, organizada e supervisionada pela Comissão de Gestão de Memória, criada pela Resolução n. 7 de 16 de junho de 2021, sob o comando da desembargadora Haidée Denise Grin.

Florianópolis, setembro de 2022.



Desembargador João Henrique Blasi

Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina



Sumário





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

Desa. Thereza C. Tang: Justiça exemplar e seu poder renovador..... 14

CAPÍTULO 8 – VOLUME I

O Palácio da Justiça Ministro Luís Gallotti: uma importante referência da arquitetura modernista na Ilha de Santa Catarina 18

Listagem de desembargadores por ordem alfabética 21

Biografia do desembargador Alberto Luiz da Costa 27

Biografia do desembargador Alcides dos Santos Aguiar 30

Biografia do desembargador Aloysio de Almeida Gonçalves 32

Biografia do desembargador Aluizio Blasi 35

Biografia do desembargador Álvaro Wandelli Filho 38

Biografia do desembargador Anselmo Cerello 40

Biografia do desembargador Antônio do Rêgo Monteiro Rocha 43

Biografia do desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva .. 45

Biografia do desembargador Carlos Alberto Silveira Lenzi 48

Biografia do desembargador Carlos Prudêncio 51

Biografia do desembargador César Augusto Mimoso Ruiz de Abreu 53

Biografia do desembargador Cid Caesar de Almeida Pedroso 56

Biografia do desembargador Cid José Goulart Júnior 58

Biografia do desembargador Cláudio Barreto Dutra 61

Biografia do desembargador Cláudio Marques de Sousa 62

Biografia do desembargador Edson Nelson Ubaldo 64

Biografia do desembargador Eládio Torret Rocha 67

Biografia do desembargador Erico Borges 70

Biografia do desembargador Ernani Palma Ribeiro 72

Biografia do desembargador Fernando Carioni 74

Biografia do desembargador Francisco Borges 76

Biografia do desembargador Francisco José Rodrigues de

<i>Oliveira Filho</i>	78
<i>Biografia do desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira</i>	81
<i>Biografia do desembargador Galvão Nery Caon</i>	83
<i>Biografia do desembargador Genésio Nolli</i>	85
<i>Biografia do desembargador Hélio de Melo Mosimann</i>	87
<i>Biografia do desembargador Heliodoro Franzoi</i>	91
<i>Biografia do desembargador Hilton Cunha Junior</i>	93
<i>Biografia do desembargador Irineu João da Silva</i>	95
<i>Biografia do desembargador João Eduardo de Souza Varella</i>	97
<i>Biografia do desembargador João José Ramos Schaefer</i>	100
<i>Biografia do desembargador João Martins</i>	103
<i>Biografia do desembargador Jorge Mussi</i>	105
<i>Biografia do desembargador José Antônio Torres Marques</i>	108
<i>Biografia do desembargador José Bonifácio da Silva</i>	111
<i>Biografia do desembargador José Gaspar Rubick</i>	113
<i>Biografia do desembargador José Joaquim Lisboa</i>	115
<i>Biografia do desembargador José Mazoni Ferreira</i>	117
<i>Biografia do desembargador José Roberge</i>	119
<i>Biografia do desembargador José Trindade dos Santos</i>	121
<i>Biografia do desembargador José Volpato de Souza</i>	124
<i>Biografia do desembargador Leonardo Alves Nunes</i>	127
<i>Biografia do desembargador Luiz Carlos Cercato Padilha</i>	128
<i>Biografia do desembargador Luiz Carlos Freyesleben</i>	129
<i>Biografia do desembargador Luiz César Medeiros</i>	132
<i>Biografia do desembargador Márcio Souza Batista da Silva</i>	134
<i>Biografia do desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi</i>	136
<i>Biografia do desembargador Marcus Túlio Sartorato</i>	139
<i>Biografia do desembargador Maria do Rocio Luz Santa Ritta</i>	141
<i>Biografia do desembargador Maurílio Moreira Leite</i>	143
<i>Biografia do desembargador Napoleão Xavier do Amarante</i>	145
<i>Biografia do desembargador Nauro Luiz Guimarães Collaço</i>	148

<i>Biografia do desembargador Nelson Juliano Schaefer Martins</i>	150
<i>Biografia do desembargador Nestor José da Silveira</i>	153
<i>Biografia do desembargador Newton Trisotto</i>	155
<i>Biografia do desembargador Nicanor Calirio da Silveira</i>	157
<i>Biografia do desembargador Norberto Ulysséa Ungaretti</i>	159
<i>Biografia do desembargador Orli de Ataíde Rodrigues</i>	162
<i>Biografia do desembargador Osny Caetano da Silva</i>	164
<i>Biografia do desembargador Paulo Benjamin Fragoso Gallotti</i>	166
<i>Biografia do desembargador Pedro Manoel Abreu</i>	169
<i>Biografia do desembargador Protásio Leal Filho</i>	172
<i>Biografia do desembargador Raul Bayers Laus</i>	174
<i>Biografia do desembargador Reynaldo Rodrigues Alves</i>	176
<i>Biografia do desembargador Ricardo Orofino da Luz Fontes</i>	179
<i>Biografia do desembargador Rogério Domingos Farias Lemos</i>	181
<i>Biografia do desembargador Ruben Odilon Antunes Córdova</i>	182
<i>Biografia do desembargador Rui Francisco Barreiros Fortes</i>	184
<i>Biografia do desembargador Ruy Pedro Schneider</i>	186
<i>Biografia da desembargadora Salete Silva Sommariva</i>	188
<i>Biografia do desembargador Salim Schead dos Santos</i>	191
<i>Biografia do desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz</i>	193
<i>Biografia do desembargador Sergio Torres Paladino</i>	195
<i>Biografia do desembargador Solon D'Êça Neves</i>	197
<i>Biografia da desembargadora Thereza Grisólia Tang</i>	199
<i>Biografia do desembargador Tycho Brahe Fernandes Neto</i>	202
<i>Biografia do desembargador Vanderlei Romer</i>	205
<i>Biografia do desembargador Volnei Ivo Carlin</i>	208
<i>Biografia do desembargador Wilson Augusto do Nascimento</i>	211
<i>Biografia do desembargador Wilson Eder Graf</i>	213
<i>Biografia do desembargador Wilson Guarany Vieira</i>	215
<i>Biografia do desembargador Wilson Vidal Antunes Sênior</i>	217
<i>Biografia do desembargador Wladimir D'Ivanenko</i>	219

ANEXOS	222
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	275



Agradecimientos



Agradecimentos

Ao Núcleo dos Aposentados e Viúvas deste Tribunal,
por seu servidor Ricardo Rosa Figueira

Coordenadoria de Magistrados deste Tribunal
(Comagis)

Núcleo de Comunicação Institucional, mais
precisamente a Assessoria de Cerimonial

Centro de Memória do Instituto Karl Hoepcke –
Florianópolis



Introdução



Introdução

O oitavo e último capítulo foi dividido em duas partes – a primeira com a apresentação da nominata e biografia dos desembargadores nomeados que passaram a atuar a partir da entrega da sede própria que abrigou o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no ano de 1975, nas dependências da Torre I, e a segunda, por sua vez, nas dependências da Torre II, já no ano de 2007, ambas localizadas em frente à atual Praça Tancredo Neves, (antiga “Praça da Bandeira” e “Praça dos Três Poderes”), ao lado do imponente prédio da Assembleia Legislativa.

A inauguração do “majestoso edifício” do Tribunal, de autoria do premiado arquiteto catarinense Pedro Paulo Saraiva, formado na Faculdade Mackenzie em São Paulo e referido como um dos expoentes da arquitetura moderna paulistana, na data de 3 de março de 1975, foi considerada acontecimento de maior relevância para o Poder Judiciário catarinense à época, coincidindo com a abertura do ano judiciário, na presença do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, das mais altas autoridades – civis, militares e eclesiásticas – de Santa Catarina e de representantes de todos os Tribunais de Justiça estaduais.

O ato ficou registrado nas palavras do então Presidente do Areópago catarinense, Desembargador Eugênio Trompowsky Taulois Filho:

“A construção, demorada porque sujeita às disponibilidades do erário, tardou mais de sete longos anos, período em que nosso trabalho se realizou sem qualquer conforto, em imóvel adaptado, até que nos foi entregue este majestoso edifício. Na sua inauguração tive a oportunidade de congratular-me com os ilustres Governadores Celso Ramos, Ivo Silveira e Colombo Machado Salles, consignando em meu discurso, haver esses eminentes governantes compreendido que ‘a missão exercida pelo juiz na sociedade, pela sua própria natureza, exige ambiente condigno e condizente, e que à dignidade natural com que se deve apresentar, há de juntar-se a decência do lugar de trabalho. O próprio prestígio da Justiça esmaece, se instalada mal e precariamente, em condições às vezes inferiores às de serviços de menor expressão” (in RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 1975).

Na sequência, a mudança efetiva para as novas instalações ocorreu no final do mês de junho, realizando-se a primeira sessão ordinária no novo prédio no dia dois de julho.

E registre-se, naquele remoto ano judiciário de 1975 o Tribunal de Justiça era composto, na ordem de antiguidade, dos seguintes Desembargadores: Severino Nicomedes Alves Pedrosa, Marcílio João da Silva Medeiros, Eugênio Trompowsky Taulois Filho (Presidente), Ary Pereira Oliveira (Vice-Presidente), João de Borba, Rubem Moritz da Costa (Corregedor-Geral da Justiça), Euclides de Cerqueira Cintra, Aristeu Rui de Gouvêa Schiefler, Francisco May Filho, Eduardo Pedro Carneiro da Cunha Luz, Ivo Sell, Geraldo Gama Salles, Nelson Konrad, Rid Silva e Ayres Gama Ferreira de Mello.

Desembargadora Haidée Denise Grin
Organizadora e Presidente
Comissão de Gestão de Memória do
Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina



Desa. Thereza C. Tang: Justiça exemplar e seu poder renovador

Quando falamos das mulheres das artes e mulheres do poder, muitos imaginam que não raro, elas são manipuladas, gestoras à sombra de homens inconstantes, dissimuladas, inseguras, amantes do luxo, desprovidas de inteligência e senso político.

Em França, por exemplo, elas habitam num mundo à parte, sem luzes para as altas esferas administrativas, ou seja, longe da psicanálise dos coletivos feministas, exceção a uma personagem emblemática, como Simone Weil, ícone das reflexões políticas e sociais passadas, cuja biografia constitui um patrimônio também no Direito.

Nesta visão, negativa e impressionante, deste feminismo caricatural e sem prerrogativas, independente do regime adotado, onde a situação não insere qualquer ilusão de mulher que merece a devida atenção, como da celebridade ora mulher das artes, Viola Davis, em seu livro híbrido (Em busca de mim), atriz aclamada mundialmente por excepcionais performances e incessante autoinvestigação de sua vida cotidiana, sofrida, corajosa, que jamais se perde de si, em termos de complexidade humana e pensamento solar.

Bem distante de certos países, aqui mesmo, perto de nós, mulheres suportam agressões a todo instante e são passíveis de feminicídios, opressões que as fragilizam, deixam insones e mentalmente exauridas. São fatos lamentáveis que afetam suas aspirações, autoestima, seus valores de mulher e necessidades da alma.

É bem verdade que elas vêm ocupando, lentamente, os espaços de destaque socioculturais e desenvolvem suas funções, inclusive políticas, passando para outro ciclo da vida, exercitando sua voz ativa e poderosa. Mas o perfil feminino vigente ainda não cresceu organicamente para tornar-se referência e proporcionar mudanças materializadas, sofrendo em pontos ainda doloridos. E os rostos de figuras femininas, registrados em imagens, nem sempre refletem esperança e possibilidades.

Quando penso em política, gosto de conjecturar Cleópatra, egípcia, independente, bela, culta, poderosa e poliglota. Na contemporaneidade, em nosso meio, não faltam: Glória Maria (in memoriam), jornalista, negra, intelectual e poliglota; Janaina Paschoal, líder política, corajosa, ex-Deputada em SP e Professora Doutora Universitária. Eleger alguém daqui, seria projetar-se os rumos de uma nova política e invocar atributos inerentes à saudade do perfume da brisa do mar.

Na verdade, em sã consciência, não se deve investir em projetos imaginários, o que deixaria de ser inteligente ou racional, mas, sim, abrir as portas para essas valentes mulheres plurais e apegadas ao sutil mundo de suas permanentes inquietações e ideais, com seus mecanismos inconscientes e históricos que lembram a mitológica figura feminina da lendária e cativante Grécia Antiga.

Passados mais de 30 anos sem estar preocupado com o tempo e, tampouco, em ter acesso à cultura acumulada pelas décadas nos resta traçar uma visão auferida das

mulheres do direito e sua luta pelo poder no espaço público e nas ciências tradicionais. Há alguma lógica nisso.

Assim, após elas serem habilitadas em provas técnicas, as postulantes aos cargos na magistratura, sem entrevistas subjetivas pessoais e secretas, tradição, aliás, banida pelo CNJ, por arbitrárias, em nome da transparência e de novos tempos, construindo uma identidade e referências próprias.

Realmente, as magistradas contemporâneas superaram preconceitos e discriminações que as impediam de galgar os postos mais altos da carreira, com determinação profissional e competência. Seus avanços e conquistas são enormes; representando verdadeira transformação política, jurídica e coletiva, gerando o verdadeiro equilíbrio social entre os sentimentos de homens e mulheres, sem grandes desafios temáticos.

Nesses momentos de exercício do poder, de dedicação ao justo, o foco é a presença das mulheres no sistema de justiça, ainda que tenham que transpor os obstáculos que, historicamente dificultam sua ascensão profissional.

No mais, ainda sente-se carência de programas de promoção de igualdade racial (negras) entre as magistradas, como nosso desafio do acesso aos tribunais, além de estudo da balburdia mental, insegurança e do surto depressivo, esta sendo a doença que mais cresce atualmente no mundo.

A especialização das magistradas, das descobertas essenciais sobre o universo, da revolução tecnológica permanente, do currículo básico à realidade da vida, e do conhecimento de como se estrutura uma emoção. O problema da comunicação, também, anda de mãos dadas com o delicado problema que habita nas relações humanas, interação facilmente enganosa e manipuladora, devendo elas manter sempre uma posição oficial de neutralidade.

As magistradas, especificamente, de segundo grau, as desembargadoras, sempre é bom recordas do bom exemplo deixado pela desembargadora que atingiu ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargadora Thereza Grisólia Tang, juíza desde 1954 e desembargadora em 1975, chegando à presidência da Corte em 1989-1990, tornando-se, assim, referência no tema da presença feminina no mundo jurídico. Ela consagrou-se como sendo a segunda Desembargadora do Brasil a trilhar esse vitorioso caminho, até então, interdito às mulheres.

Os anos vão decorrendo, hoje, outras tantas juízas vivem novos ciclos, com a mesma energia, determinação de dando o melhor de seu trabalho e experiências, afrontando suas questões pessoais e lembrando a jornalista francesa Olívia de Lamberterie (Que lire? Setembro 2022, p. 16) “elle dresse le portrait d’une femme contemporaine face à toutes les angoisses actuelles” como figuras humanas que passam a vida a julgar todos os tipos de litígios e, atualmente, à frente dos computadores lamentando ter que estudar uma geração mortalmente doente, suas situações trágicas e neutralizar as atrocidades que acontecem diariamente.

A saudosa Desembargadora Thereza, voltando a ela, costumava, em sua residência e gabinete, recolher-se em significativo silêncio. A ex-presidente do Tribunal

de Justiça de Santa Catarina mantinha-se neutra e coerente nas disputas e polarizações irracionais de nosso anacrônico sistema com efeitos deletérios. Evitava toda discussão que gerasse desconfiança em relação à instituição que pertencia.

Enfim, era uma mulher elegante, fina no trato, sensível, talentosa, inteligente e sempre bem informada, daí sentir-se segura.

Contudo, considerando-se que a presença feminina vem aumentando nas funções públicas, a desigualdade em números com os homens ainda persiste. Precisamos mudar a cultura e, nesse sentido, a Des. Thereza pioneira como juíza entre nós, deu sua inestimável contribuição.

Gratidão pelo belo que acrescentou a seu legado, digno, aliás, de ser seguido.

Volnei Carlin

Autor do livro 'A face feminina do Direito e da Justiça', Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina aposentado e Doutor em Direito pela Universidade de Direito Social de Tolouse, França.



Capítulo 8
Capítulo 8

Capítulo 8

O Palácio da Justiça Ministro Luís Gallotti: uma importante referência da arquitetura modernista na Ilha de Santa Catarina



(Acervo do Museu do Judiciário Catarinense)

Os primeiros planos de construção de um novo Palácio da Justiça na praça Pereira e Oliveira foram alterados. O terreno que se abria com a demolição do antigo prédio não seria suficiente para a construção de um que atendessem aos anseios e demandas do Poder Judiciário catarinense. Por esse motivo, o novo prédio do Tribunal de Justiça foi construído em uma área de aterro da baía Sul, em uma praça que congregou os três Poderes do Estado: o Palácio do Governo, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça.

Para o projeto da nova edificação, lançou-se um concurso público nacional de arquitetura. O projeto que venceu esse concurso foi proposto pelos arquitetos Pedro Paulo de Melo Saraiva¹, Francisco Petracco e Sami Bussab.

Projetada em 1968, a construção do novo prédio foi bastante lenta, paralisada algumas vezes. A permanência do Tribunal de Justiça na Agência Ford deveria ter sido breve. Somente em fins de 1974 o novo prédio entrou na fase de finalização das obras. O jornal O Estado noticiou os preparativos para a inauguração da sede atual do Tribunal de Justiça:

A assessoria do Tribunal de Justiça confirmou o programa da inauguração do “Palácio da Justiça”, que começará domingo, dia 2, com recepção no Palácio da Agrônômica e terminará no dia 5, com visita a Laguna. A inauguração propriamente será no dia 3, em ato na sala de sessões do Tribunal Pleno, seguindo-se a instalação do ano judiciário (O ESTADO, 1º de março de 1975, n. 17.945, folha 3, Florianópolis, 1975).

A programação iniciou-se na noite de domingo, dia 2 de março de 1975, com uma recepção no Palácio da Agrônômica. Na segunda-feira pela manhã foi celebrada missa na Catedral Metropolitana por Dom Afonso Niehues. Ao meio-dia daquele dia os convidados para a cerimônia de inauguração, entre eles os presidentes de quase todos os tribunais estaduais brasileiros², o presidente do Supremo Tribunal Federal e autoridades catarinenses, almoçaram na Lagoa da Conceição. No fim da tarde houve o hasteamento das Bandeiras Nacional e de Santa Catarina e a bênção do novo edifício. À noite, bem próximo dali, os convidados foram recepcionados no Veleiros da Ilha.

Na terça-feira, dia 4 de março de 1975, uma comitiva de magistrados e autoridades partiu para Blumenau a fim de visitar a cidade. O prefeito de Blumenau, Felix Theiss, ofereceu almoço aos convidados no Tabajara Tênis Clube. No fim da tarde todos partiram para Balneário Camboriú e jantaram no Marambaia Cassino Hotel. No dia seguinte foi a vez de visitar a cidade de Laguna. O proprietário do Laguna Tourist Hotel, Santos Guglielmi, e o prefeito de Criciúma, Algemiro Manique Barreto, convidaram a comitiva para um almoço no hotel. Na noite daquele dia um jantar informal no restaurante Lindacap, em Florianópolis, encerrou a programação (O ESTADO, 1º de março de 1975, p. 2).

O jornal O Estado de 3 de março de 1975 publicou matéria sobre a inauguração do novo Palácio da Justiça:

Levando em sua bagagem um respeitável acervo, adquirido ao longo dos seus 84 anos de existência, o Tribunal de Justiça do Estado transfere-se hoje para sua nova sede, o belo palácio de concreto que a mão do homem ergueu na Praça das Bandeiras. Velha aspiração da magistratura catarinense, o Palácio da Justiça vai oferecer melhores condições de trabalho a todos quantos o utilizam, proporcionando ao TJ um local condigno as suas nobres tradições.

A solenidade de inauguração está programada para as 16h30m, sob a presidência do Governador Colombo Salles e na presença de todos os desembargadores que integram o Tribunal e outras autoridades especialmente convidadas. O ato vem colocar termo a uma incessante reivindicação dos magistrados, iniciada no momento em que, há quase dez anos, o Tribunal de Justiça deixou o antigo casarão da Praça Pereira e Oliveira para se instalar num prédio da Felipe Schmidt que anteriormente era utilizado para oficina de automóveis. A transferência deu-se em virtude dos propósitos (não concretizados) do Governo em construir na área que abrigava o TJ a Casa da Cultura de Santa Catarina. Paralelamente à mudança para o prédio da Ford, foi dado início à construção do palácio que hoje se inaugura, cujas obras tiveram seu término por diversas vezes protelado, desenvolvendo-se a passos lentos, apesar do reconhecimento geral das péssimas instalações que abrigavam o Tribunal (O ESTADO, 3 de março de 1975, n. 17.945, folha 4, Florianópolis).

O projeto do novo prédio foi de autoria do arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva. Na época o prédio foi considerado funcional, estruturalmente simples, tecnicamente sofisticado. “Arquitetonicamente, traz uma mudança radical no panorama das obras públicas catarinenses, processo iniciado pela Assembleia Legislativa” (O ESTADO, 4 de março de 1975, p. 5).

De acordo com o desembargador aposentado João Martins, nesse prédio, além do Tribunal de Justiça, funcionava o Fórum da Capital nos primeiros três andares.

Em 1990, por sugestão do desembargador Norberto Ungaretti, o novo prédio do Tribunal de Justiça passou a ser denominado Ministro Luiz Gallotti. Para compreender os motivos da homenagem, vale a pena lembrar fatos marcantes na biografia desse magistrado catarinense. Luiz Gallotti nasceu em Tijucas em 1904 e faleceu no Rio de Janeiro em 1978. Formou-se na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, em 1926. Pouco depois se tornou deputado estadual de Santa Catarina, atuando entre 1928 e 1930, além de procurador da República. Anos mais tarde foi interventor federal em Santa Catarina, entre novembro de 1945 e fevereiro de 1946. Tornou-se procurador-geral da República em 1947, e em 1949 foi nomeado para ministro do Supremo Tribunal Federal. Foi presidente do Tribunal Superior Eleitoral (1955-1957) e presidente do STF (1966).

Finalmente, de acordo com o desembargador aposentado Tycho Brahe Fernandes Neto, as ampliações pelas quais o Tribunal de Justiça passou ao longo de seus 125 anos de existência, bem como as trocas de sedes, acompanham e refletem o crescimento do estado de Santa Catarina. Quando a infraestrutura do Tribunal de Justiça era pequena, o estado de Santa Catarina também era pequeno.

Nesta sede tomaram posse no cargo de desembargador as seguintes pessoas, em ordem alfabética:

Alberto Luiz da Costa
Alcides dos Santos Aguiar
Aloysio de Almeida Gonçalves
Aluizio Blasi
Álvaro Wandelli Filho
Anselmo Cerello
Antônio do Rêgo Monteiro Rocha
Antonio Fernando do Amaral e Silva
Carlos Alberto Silveira Lenzi
Carlos Prudêncio
César Augusto Mimoso Ruiz de Abreu
Cid Caesar de Almeida Pedrosa
Cid José Goulart Júnior
Cláudio Barreto Dutra
Cláudio Marques de Sousa
Edson Nelson Ubaldo
Eládio Torret Rocha
Erico Borges
Ernani Palma Ribeiro
Fernando Carioni
Francisco Borges
Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
Francisco Xavier Medeiros Vieira
Galvão Nery Caon
Genésio Nollí
Hélio de Melo Mosimann
Hélio Veiga Magalhães
Heliodoro Franzói
Hilton Cunha Júnior
Irineu João da Silva
João Eduardo Souza Varella
João José Ramos Schaefer
João Martins
Jorge Mussi
José Antônio Torres Marques
José Bonifácio da Silva
José Gaspar Rubick
José Joaquim Lisboa
José Mazoni Ferreira
José Roberge
José Trindade dos Santos

José Volpato de Souza
Leonardo Alves Nunes
Luiz Carlos Cercato Padilha
Luiz Carlos Freysleben
Luiz César Medeiros
Marcio Souza Batista da Silva
Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
Marcus Túlio Sartorato
Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Maurílio Moreira Leite
Napoleão Xavier do Amarante
Nauro Luiz Guimarães Collaço
Nelson Juliano Schaefer Martins
Nestor José da Silveira
Newton Trisotto
Nicanor Calírio da Silveira
Norberto Ulysséa Ungaretti
Orli de Ataíde Rodrigues
Osny Caetano da Silva
Paulo Benjamin Fragoso Gallotti
Pedro Manoel Abreu
Protásio Leal Filho
Raul Bayer Laus
Reynaldo Rodrigues Alves
Ricardo Orofino da Luz Fontes
Rogério Domingos Farias Lemos
Rubem Odilon Antunes Córdova
Rui Francisco Barreiros Fortes
Ruy Pedro Schneider
Salette Silva Sommariva
Salim Schead dos Santos
Sérgio Roberto Baasch Luz
Sergio Torres Paladino
Solon d'Eça Neves
Thereza Grisólia Tang
Tycho Brahe Fernandes Neto
Vanderlei Romer
Volnei Ivo Carlin
Wilson Augusto do Nascimento
Wilson Eder Graf
Wilson Guarany Vieira
Wilson Vidal Antunes Sênior
Wladimir d'Ivanenko

ORDEM	NOME DO DESEMBARGADOR	POSSE	DESLIGAMENTO
79	Thereza Grisólia Tang	15/10/1975	10/2/1992
80	Reynaldo Rodrigues Alves	28/7/1976	7/3/1990
81	Osny Caetano da Silva	28/7/1976	3/8/1990
82	Aloysio de Almeida Gonçalves	15/3/1979	27/2/1997
83	Wilson Vidal Antunes Sênior	11/4/1979	31/10/1983
84	Tycho Brahe Fernandes Neto	18/4/1979	4/2/1997
85	Hélio Veiga Magalhães	24/4/1979	8/5/1979
86	Hélio de Melo Mosimann	25/4/1979	8/8/1990
87	Napoleão Xavier do Amarante	25/4/1979	11/5/1999
88	Nauro Luiz Guimarães Collaço	6/6/1979	3/1/1995
89	Ernani Palma Ribeiro	31/12/1979	22/5/1995
90	Heliodoro Franzói	22/7/1980	25/8/1980
91	Protásio Leal Filho	1º/9/1980	19/7/1993
92	Aluizio Blasi	22/9/1980	29/2/1984
93	João Martins	22/9/1980	25/8/2003
94	Francisco Xavier Medeiros Vieira	26/2/1982	26/11/2001
95	Wilson Guarany Vieira	17/3/1982	4/4/2002
96	Rubem Odilon Antunes Córdova	21/12/1983	31/1/1997
97	Norberto Ulysséa Ungaretti	16/5/1984	2/10/1990
98	Marcio Souza Batista da Silva	5/6/1985	10/3/1994
99	Wladimir d'Ivanenko	20/12/1985	1º/2/1993
100	Cid Caesar de Almeida Pedrosa	21/12/1988	22/10/1993
101	Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho	28/11/1989	13/2/2009
102	José Bonifácio da Silva	22/12/1989	29/3/1993
103	Wilson Eder Graf	22/12/1989	11/8/2000
104	José Joaquim Lisboa	22/12/1989	30/1/1990
105	João José Ramos Schaefer	22/12/1989	13/3/2002
106	Nestor José da Silveira	22/12/1989	8/4/1996
107	Raul Bayer Laus	15/2/1990	16/2/1990
108	Alcides dos Santos Aguiar	21/3/1990	16/1/2009
109	José Roberge	21/3/1990	9/2/2000

ORDEM	NOME DO DESEMBARGADOR	POSSE	DESLIGAMENTO
110	Rogério Domingos Farias Lemos	18/4/1990	14/2/1995
111	Alberto Luiz da Costa	19/9/1990	20/1/2005
112	Antonio Fernando do Amaral e Silva	4/10/1990	30/8/2009
113	Cláudio Marques de Sousa	20/11/1991	26/11/1996
114	Álvaro Wandelli Filho	18/3/1992	22/9/2000
115	Anselmo Cerello	17/3/1993	4/10/2008
116	Genésio Nolli	2/6/1993	20/10/2003
117	Leonardo Alves Nunes	31/8/1993	28/1/1994
118	Jorge Mussi	4/2/1994	14/12/2007
119	Francisco Borges	23/2/1994	6/8/2001
120	Carlos Prudêncio	28/4/1994	23/6/2014
121	Erico Borges	2/3/1995	23/3/1995
122	Paulo Benjamin Fragoço Gallotti	7/4/1995	30/6/1999
123	José Gaspar Rubik	19/4/1995	3/6/2015
124	Pedro Manoel Abreu	12/5/1995	
125	Orli de Ataíde Rodrigues	21/6/1995	1º/10/2008
126	José Trindade dos Santos	2/8/1995	26/5/2015
127	João Eduardo Souza Varella	5/6/1996	26/4/2011
128	Carlos Alberto Silveira Lenzi	3/2/1997	11/5/2005
129	Cláudio Barreto Dutra	14/3/1997	4/11/2022
130	Newton Trisotto	19/3/1997	13/2/2019
131	Sergio Torres Paladino	1º/7/1997	30/1/2014
132	Maurílio Moreira Leite	2/7/1999	29/9/2005
133	Solon d'Eça Neves	9/8/1999	23/4/2012
134	José Mazoni Ferreira	18/4/2000	28/1/2012
135	Volnei Ivo Carlin	6/9/2000	18/5/2010
136	Irineu João da Silva	6/9/2000	5/11/2011
137	Luiz César Medeiros	6/9/2000	
138	Galvão Nery Caon	6/9/2000	25/9/2000
139	Vanderlei Romer	1º/11/2000	30/10/2015
140	Ruy Pedro Schneider	1º/11/2000	15/2/2002
141	Luiz Carlos Cercato Padilha	19/9/2001	31/3/2003

<i>ORDEM</i>	<i>NOME DO DESEMBARGADOR</i>	<i>POSSE</i>	<i>DESLIGAMENTO</i>
142	Eládio Torret Rocha	19/12/2001	1º/12/2016
143	Wilson Augusto do Nascimento	30/1/2002	27/1/2011
144	Nelson Juliano Schaefer Martins	30/1/2002	1º/8/2016
145	José Volpato de Souza	30/1/2002	13/3/2014
146	Sérgio Roberto Baasch Luz	30/1/2002	
147	Antônio do Rêgo Monteiro Rocha	6/3/2002	
148	Fernando Carioni	8/3/2002	8/3/2022
149	José Antônio Torres Marques	7/6/2002	
150	Luiz Carlos Freysleben	14/6/2002	9/1/2013
151	Rui Francisco Barreiros Fortes	10/12/2002	30/4/2018
152	Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	11/12/2002	5/9/2011
153	Marcus Túlio Sartorato	12/12/2002	12/12/2021
154	César Augusto Mimoso Ruiz de Abreu	13/12/2002	13/3/2018
155	Salete Silva Sommariva	31/3/2003	16/01/2023
156	Ricardo Orofino da Luz Fontes	23/4/2003	
157	Nicanor Calírio da Silveira	8/10/2003	9/1/2007
158	Salim Schead dos Santos	19/11/2003	
159	Maria do Rocio Luz Santa Ritta	8/3/2005	
160	Edson Nelson Ubaldo	17/8/2005	2/9/2010
161	Cid José Goulart Júnior	13/12/2005	
162	Hilton Cunha Júnior	22/2/2007	4/5/2012

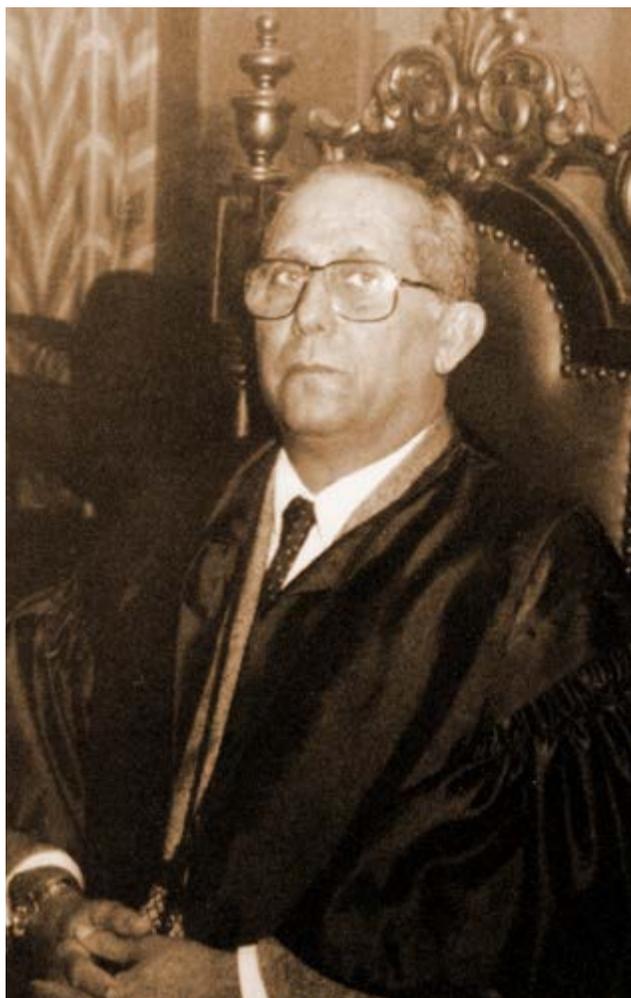
Na sequência se apresentam a biografia das desembargadoras e dos desembargadores e algumas fotos.



Desembargadores
Desembargadores

Desembargador

Alberto Luiz da Costa





Alberto Luiz da Costa

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 16/1/1935.

Filiação: Lauro da Costa Filho e Leontina Hortêncina da Costa.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1964.

Experiência profissional: foi escrevente juramentado na Escrivania de Órfãos, Ausentes, Provedoria, Resíduos e, posteriormente, na Escrivania de Família e Sucessões, ambas da comarca da Capital, e servidor do TJSC.

Posse como desembargador: 19/9/1990.

Trajatória na magistratura catarinense: assumiu como juiz substituto na comarca de Joinville (SC) em 31/8/1967. Em 27/10/1967 foi nomeado para juiz de direito, atuando em diversas comarcas, entre as quais Mondai (1967), São Miguel do Oeste (1970), São José (1971), Chapecó (1975, na 2ª Vara) e Capital (1980). Na comarca de Joinville atuou como juiz de direito na 3ª Vara, 3ª Vara Cível e 1ª Vara Cível. Na comarca da Capital atuou na 1ª Vara Criminal. Foi nomeado para desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em 1990. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (2000-2001), vice-presidente do Tribunal de Justiça (2002-2004) e corregedor-geral da Justiça (2004-2005). Como desembargador, atuou na 2ª Câmara Criminal.

Aposentadoria: 20/1/2005.

Falecimento: 23/7/2019.

Outros: durante sua gestão no TRE-SC foram realizadas as eleições de 2000. Nesse ano, pela primeira vez, todo o eleitorado brasileiro votou por meio da urna eletrônica. Atuou como diretor da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

TJSC. Nota de falecimento: desembargador aposentado Alberto Luiz da Costa. Florianópolis, 23 jul. 2019.

SANTA CATARINA. Tribunal Regional Eleitoral. Apresentação resumida: Alberto Luiz da Costa. Florianópolis.

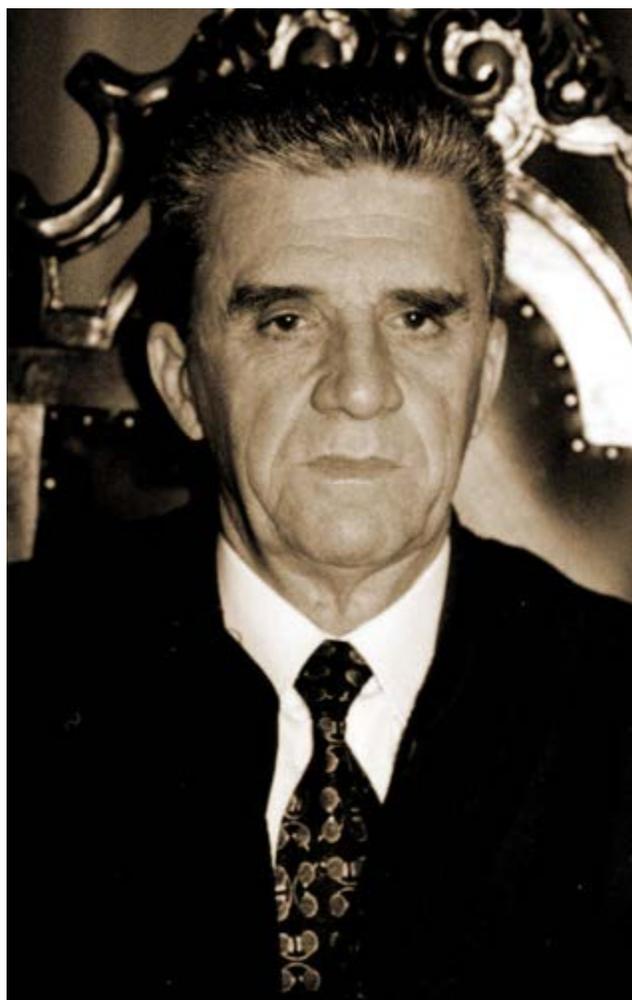


Brasil, Santa Catarina, Registro Civil, 1850-1999", database with images, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:D6P5-D82M> : 27 December 2020), Leontina Hortencia Da Costa in entry for Margot Costa Blumenberg, 1979.



Desembargador

Alcides dos Santos Aguiar





Alcides dos Santos Aguiar

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 16/1/1939.

Filiação: Antônio Honório de Aguiar e Maria Santos de Aguiar.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1963.

Experiência profissional: exerceu o cargo de assessor judiciário, assumindo-o em 18/3/1964.

Posse como desembargador: 21/3/1990.

Trajatória na magistratura catarinense: iniciou sua carreira como juiz substituto na comarca de Araranguá (1966). Em 1967 foi promovido a juiz de direito da comarca de Santa Cecília. Posteriormente julgou em Capinzal (1970), 2ª Vara de Curitibaanos (1970), 1ª Vara de Jaraguá do Sul (1972), 2ª Vara de Joaçaba (1973) e 2ª e 1ª Vara de Rio do Sul (1974). Na Capital atuou na 5ª Vara Cível. Tornou-se desembargador em 1990. Presidiu o Tribunal Regional Eleitoral de 23/3/1999 a 23/3/2000. Esteve na Vice-Presidência e na Corregedoria de 1998 a 1999. Como desembargador, integrou o Órgão Especial (antigo) e a 3ª Câmara Comercial.

Aposentadoria: 16/1/2009.

Outros: casou-se com Lourdes Maria Allet Aguiar. Durante sua gestão como presidente, foi inaugurado o Museu Histórico da Justiça Eleitoral Catarinense, denominado Centro de Memória Desembargador Adão Bernardes, o qual reúne acervo de documentos e objetos que retratam todo o processo eleitoral no estado de Santa Catarina. Foi professor da Escola Superior da Magistratura.

Fontes:

Correio do Povo, Jaraguá do Sul, ed. n. 2676, p. 1, 25-3-1972.

https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/memoria/apresentacao_resumida/Presidente_35.pdf<https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/60anos/presidentes/photos/photo33.html>

https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/60anos/comemoracao/discurso_des_gaspar_rubik.htm

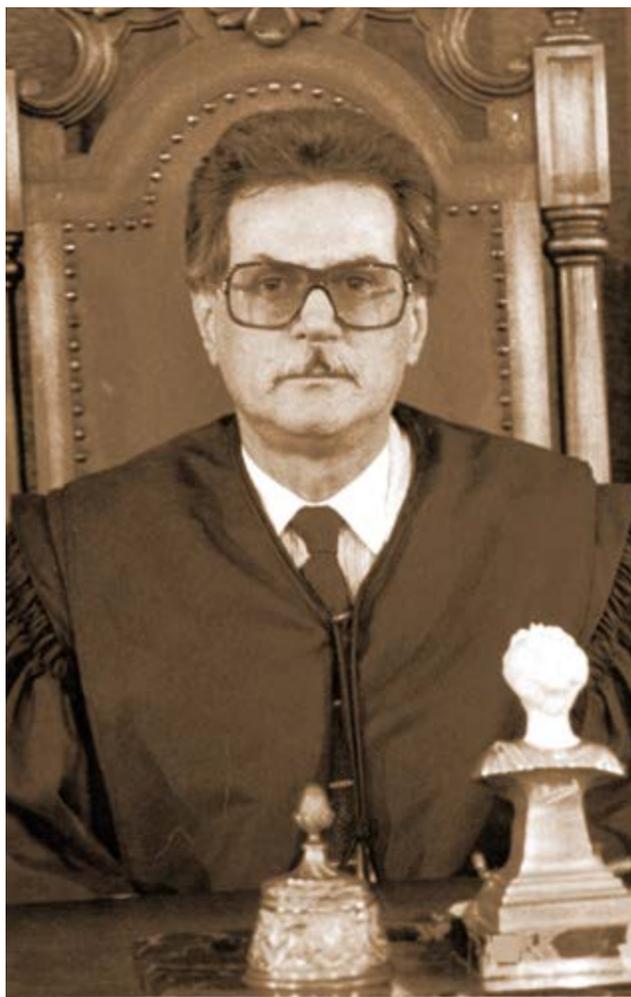
O Estado, Florianópolis, ed. n. 14891, p. 8, 19-3-1964.

Centro de Ciências Jurídicas da UFSC.



Desembargador

Aloysio de Almeida Gonçalves





Aloysio de Almeida Gonçalves

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 1º/3/1927.

Filiação: Pedro de Almeida Gonçalves e Benta Pacheco Gonçalves.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1954.

Experiência profissional: em 31/12/1948 tomou posse e assumiu como professor na Penitenciária do Estado. Em 28/7/1955 foi nomeado como promotor público. Nessa função atuou nas comarcas de Porto União, Ibirama, São Joaquim, Biguaçu, Chapecó, Laguna, Tubarão e Criciúma. Em 16/4/1971 foi promovido a procurador de justiça. De 1972 a 1976 foi presidente da Associação Catarinense do Ministério Público.

Posse como desembargador: 15/3/1979.

Trajetória na magistratura catarinense: atuou na 2ª Câmara Criminal no ano de 1979. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral de 1986 a 1987 e presidente do Tribunal de Justiça de 6/3/1992 a 1º/3/1994. Atuou na 1ª Câmara Criminal de 1º/6/1994 a 1º/6/1996. Atuou também na 2ª Câmara de Direito Civil de 10/6/1996 a 1º/8/1996.

Aposentadoria: 27/2/1997.

Falecimento: 17/12/2004.

Outros: no ano de 1993 o desembargador Aloysio de Almeida Gonçalves editou a Resolução GP n. 10, de 4 de novembro, que regularizou normas e definiu que o Museu do Judiciário Catarinense deveria ser informado formal e antecipadamente sobre a movimentação de quaisquer artefatos históricos, e que esses objetos deveriam permanecer sob a tutela do Poder Judiciário, diferentemente do que acontecia. Em 2010 o Fórum de Otacílio Costa recebeu o nome desse desembargador como homenagem.

Fontes:

Ata de sessão solene do Tribunal Pleno em que tomou posse como presidente do Tribunal de Justiça.



https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/memoria/apresentacao_resumida/Presidente_23.pdf<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/noticias/2176889/novo-forum-de-otacilio-costa-levara-nome-do-desembargador-aloyzio-goncalves>

<https://amures.org.br/noticias/ver/2014/09/novo-forum-de-otacilio-costa-sera-inaugurado-hoje>

<https://www.acmp.org.br/a-entidade/ex-presidentes.html>

<https://www.tjsc.jus.br/web/memoria/museu>

Centro de Ciências Jurídicas da UFSC.

Fichas funcionais do TJSC.



Desembargador

Aluizio Blasi





Aluizio Blasi

Local e data de nascimento: Campos Novos (SC), 14/4/1930.

Filiação: Paulo Henrique Blasi e Adolfina Rupp Blasi.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1955.

Experiência profissional: foi 2º vice-presidente do Instituto Geográfico e Histórico de Santa Catarina (1991-1993). Foi secretário-geral da Faculdade de Direito de Santa Catarina (1957). Foi 1º secretário da OAB (1971). Era membro da Academia Catarinense de Letras Jurídicas. Além disso, advogava em seu escritório (Aluizio Blasi Advocacia) e foi cofundador da Universidade Federal de Santa Catarina. Exerceu o cargo de presidente da OAB/SC no período de 1º/2/1977 a 31/1/1979, além de ter exercido o cargo de conselheiro estadual no biênio 1979-1981.

Posse como desembargador: 22/9/1980.

Trajetória na magistratura catarinense: no Tribunal de Justiça integrou a 3ª Câmara Cível.

Aposentadoria: 29/2/1984.

Falecimento: 17/9/2018.

Outros: tio do desembargador João Henrique Blasi e pai da advogada, ex-juíza do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e desembargadora do Tribunal Regional Federal da 4ª Região Ana Cristina Ferro Blasi. É o patrono da cadeira n. 6 na Academia Catarinense de Letras Jurídicas.

Fontes:

Correio do Povo, Jaraguá do Sul, ed. n. 3661, p. 8, 19 a 25-10-1991.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 12337, p. 6, 2-12-1955.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 13110, p. 7, 23-7-1957.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 14026, p. 8, 23-10-1960.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 16675, p. 2, 14-7-1971.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 13032, p. 2, 14-4-1957.



O Estado, Florianópolis, ed. n. 12337, p. 6, 2-12-1955.

OAB, Santa Catarina. Nota de falecimento de Aluizio Blasi.
Florianópolis, 17 set. 2018.

ACALEJ. Aluizio Blasi.

OAB, Santa Catarina. Ex-presidentes: Aluizio Blasi.

Fichas funcionais do TJSC.



Desembargador

Álvaro Wandelli Filho





Álvaro Wandelli Filho

Local e data de nascimento: Rio de Janeiro (RJ), 17/9/1934.

Filiação: Álvaro Wandelli e Olga Silva Wandelli.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1962.

Experiência profissional: atuou na função de meteorologista aeronáutico no aeroporto Santos Dumont (RJ) em 1954, no aeroporto Salgado Filho (RS) de 1954 a 1956 e no aeroporto Hercílio Luz (SC) de 1956 a 1966. Além disso, atuou como advogado, promotor de justiça na comarca de Pitanga (PR) e na comarca de Xaxim (SC) de 1966 a 1967. Exerceu funções como docente em língua portuguesa e direito na Unisul e na Escola Superior da Magistratura Catarinense.

Posse como desembargador: 18/3/1992.

Trajetória na magistratura catarinense: atuou na comarca de Orleans em 1967. Nomeado para juiz de direito da comarca de Sombrio (1967). Em 2/6/1971 foi promovido para Capinzal. Judiciou também na 1ª Vara da comarca de Xanxerê (1971), em Jaraguá do Sul (1974), na 2ª Vara de Tubarão (1977) e na Vara de Execuções Penais da comarca da Capital (1988). Como desembargador integrou a 2ª Câmara Criminal.

Aposentadoria: 22/9/2000.

Outros: organizou o livro *Salvemos Nosso Lar Planetário*, publicado pela editora Insular; é autor do ensaio *Ciência Holística, Direito e Misticismo* e do livro de poemas *A Casa da Solidão*, publicado pela editora Terceiro Milênio. Ao aposentar-se foi homenageado pelos relevantes serviços prestados na Escola Superior da Magistratura Catarinense.

Fontes: Texto de Fabrício Severino publicado no jornal *O Judiciário*, edição de janeiro e fevereiro de 2011. Material cedido pela AMC.

<http://www.amc.org.br/novo/post-amc-6782049/>. Acesso em: 1º dez. 2022.

<http://www.academiadeletrasdepalhoca.com.br/index.php/54-academicos/alvaro-wandelli-filho/396-dados-do-academico>

Fichas funcionais do TJSC.



Desembargador

Anselmo Cerello





Anselmo Cerello

Local e data de nascimento: São Paulo (SP), 4/10/1938.

Filiação: Anselmo Cerello e Teresa Cerello.

Formação: bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Universidade de São Paulo em 1963 (turma Braz Arruda). Tem especializações em direito processual civil, direito do trabalho e direito do estado pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Experiência profissional: antes de ingressar na magistratura foi delegado de polícia no estado de São Paulo, com atuação no município de Auriflana (SP) e região, e procurador do Estado de São Paulo, cargo que exerceu durante dois anos e meio. Os dois cargos foram conquistados mediante concurso público. Lecionou durante sete anos direito público no município de Lages e por uma década direito tributário na Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina. Depois de aposentado, passou a exercer a advocacia, vinculado ao escritório de Diogo Apóstolo Pítsica.

Posse como desembargador: 17/3/1993.

Trajetória na magistratura catarinense: iniciou sua carreira como juiz substituto na comarca de Lages (1971). Em 1972 foi promovido a juiz de direito, passando a atuar na comarca de Santa Cecília (1972). Judiciou também em Orleans (1975), Araranguá (1978), 3ª Vara Cível de Lages (1979) e 4ª Vara Cível da Capital (1988). Em 1993 chegou ao cargo de desembargador, atuando de 1993 a 2002 na 2ª Câmara de Direito Civil. Entre 2003 e 2004 atuou, em alguns períodos, na 1ª Câmara de Direito Público. De 31/1/2006 a 1º/2/2006 atuou na 3ª Câmara de Direito Civil. Em 2006 atuou na 1ª Câmara de Direito Comercial. De 15/10/2007 a 31/1/2008 atuou na 4ª Câmara de Direito Público. Presidiu o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina de 2002 a 2003. No Tribunal de Justiça assumiu as funções de vice-presidente (2004) e corregedor-geral da Justiça (2007).

Aposentadoria: 4/10/2008 (compulsória).

Outros: tem 37 anos de carreira jurídica, dos quais 15 foram dedicados à magistratura. Casou-se com Maria Luiza de Mattos.



Publicou, em São Paulo, A Correção Parcial, além de inúmeros artigos na Revista de Jurisprudência do TJSC.

Fontes:

Texto enviado pelo desembargador à equipe da DDI, por e-mail, em 22/3/2023.

Fichas funcionais do TJSC.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 16238, p. 8, 3-10-1969.

SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça de. Pleno do TJ presta homenagem ao desembargador Cerello. Jusbrasil, Florianópolis, 17 dez. 2008.

TRE-SC. Apresentação resumida de presidente: Anselmo Cerello.

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X84-KVTR>

Desembargador

Antônio do Rêgo Monteiro Rocha





Antônio do Rêgo Monteiro Rocha

Local e data de nascimento: Teresina (PI), em 29/4/1951.

Filiação: José Virgílio Castelo Branco Rocha e Almerinda do Rêgo Monteiro Rocha.

Formação: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PR), 1978.

Experiência profissional: é escritor, tendo publicado algumas obras jurídicas.

Posse como desembargador: 6/3/2002.

Trajetória na magistratura catarinense: nomeado para exercer o cargo de juiz substituto na comarca de São Miguel do Oeste em 1980. Na condição de juiz substituto, atuou também na 1ª Vara Cível da comarca de Chapecó (1983). Promovido a juiz de direito para a comarca de Imaruí em 1983. Posteriormente judiciou nas comarcas de Maravilha (1983), Palmitos (1983) e Porto União (1987), na 1ª Vara Cível de Lages (1990) e a partir de 1993 na Capital, onde atuou na 2ª Vara Cível e na condição de juiz especial. Entre junho e dezembro de 1994, foi juiz auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, cargo que voltou a exercer entre abril de 1998 e junho de 1999, quando assumiu como juiz efetivo, permanecendo no cargo até junho de 2001.

Outros: além de magistrado, é escritor, tendo publicado algumas obras jurídicas. É autor da obra Código do Consumidor: a Desconsideração da Personalidade Jurídica, publicada em 1999, e tem decisões judiciais publicadas em periódicos de circulação nacional.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/desembargador-antonio-do-rego-monteiro-rocha-e-eleito-novo-presidente-do-tre-sc>. Acesso em: 4 jul. 2022.

<https://www.estantevirtual.com.br/livros/antonio-do-rego-monteiro-rocha>

Informação fornecida pelo Gabinete do Desembargador à equipe da DDI por e-mail.



Desembargador

Antônio Fernando do Amaral e Silva





Antônio Fernando do Amaral e Silva

Local e data de nascimento: Laguna (SC), 31/8/1939.

Filiação: Cantídio do Amaral e Silva e Irene do Amaral.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1965.

Experiência profissional: entre 1961 e 1965 exerceu atividades jornalísticas e foi redator-chefe do jornal O Estado, em Florianópolis. Foi diretor da Divisão de Documentação, Estatística e Divulgação da Universidade Federal de Santa Catarina (1963 a 1965). Atuou no cargo de promotor público das comarcas de Bom Retiro, Anita Garibaldi e Palhoça, de 1965 a 1968. Além disso, exerceu a docência na Universidade Regional de Blumenau e na Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, em Blumenau e Florianópolis respectivamente. De 10/5/2002 a 21/5/2002 e de 13/8/2002 a 16/8/2002 exerceu o cargo de governador interino.

Posse como desembargador: 4/10/1990.

Trajetória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura no ano de 1968, assumindo o cargo de juiz substituto na comarca de Lages. No ano seguinte foi promovido a juiz de direito, cargo que exerceu até 1990 em diversas comarcas do estado, como Tangará (1968), Bom Retiro (1969), Ibirama (1971), São Miguel do Oeste (1971), Araranguá (1973) e Blumenau (1978), onde atuou na 4ª Vara Cível e na Vara da Família e Menores e Registros Públicos. No cargo de desembargador, atuou no Grupo de Câmaras de Direito Comercial e na 1ª Câmara de Direito Comercial (1990 a 1996). De 2001 a 2002 atuou na 1ª Câmara de Direito Público. Entre 1996 e 2009 atuou em diversos momentos na 1ª Câmara Criminal. No Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina foi vice-presidente e corregedor (2000-2001). Exerceu a presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de 2001 a 2002.

Aposentadoria: 30/8/2009.

Outros: professor convidado do Curso de Pós-Graduação em Direito da Criança e do Adolescente da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e



da Juventude (1997-1998); conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança (1997-1998); cidadão honorário dos municípios catarinenses de Araranguá, Blumenau, Palhoça, Rio do Campo e São Francisco do Sul; cidadão paraibano (1998); condecorado no grau de alta distinção da Ordem do Mérito do Ministério Público Militar pela Procuradoria-Geral da Justiça Militar (2003); agraciado com o Colar do Mérito Judiciário das Justiças Militares Estaduais, outorgado pela Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais (2003). Obteve o Prêmio Criança e Paz 1995, outorgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), e o Prêmio Nacional Direitos Humanos 1997, na categoria livre, outorgado pela Presidência da República. Exerceu a chefia do Executivo estadual em 2002.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Antônio Fernando do Amaral e Silva. 2022. Disponível em: https://memoriapolitica.ale.sc.gov.br/biografia/1374-Antonio_Fernando_do_Amaral_e_Silva. Acesso em: 1º fev. 2023.

Desembargador

Carlos Alberto Silveira Lenzi





Carlos Alberto Silveira Lenzi

Local e data de nascimento: Lages (SC), 11/5/1935.

Filiação: Osvaldo Damiano Lenzi e Maria de Lourdes Silveira Lenzi.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1961.

Experiência profissional: atuou como advogado. Foi presidente e conselheiro estadual e federal da Ordem dos Advogados do Brasil (SC) de 1983 a 1985; jornalista e articulista de órgãos de comunicação, como O Estado de São Paulo; comentarista político do Grupo RBS; professor do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina; coordenador voluntário do Núcleo de Conciliação de 2º Grau do Tribunal de Justiça de Santa Catarina durante nove anos, depois de aposentado.

Posse como desembargador: 3/2/1997.

Trajetória na magistratura catarinense: ingressou no Tribunal de Justiça de Santa Catarina em 3/2/1997, em vaga da OAB. Atuou no Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. De 1997 a 2003 atuou na 1ª Câmara de Direito Comercial. De 6/2/2002 a 1º/2/2004 atuou na Terceira Vice-Presidência, e na Segunda Vice-Presidência de 27/3/2003 a 2/2/2004 e de 9/2/2005 a 7/4/2005. Além disso, atuou na Câmara Civil Especial de 13/2/2002 a 25/3/2003 e de 2/2/2004 a 31/3/2005. De 2/1/2003 a 1º/7/2003 e de 3/1/2005 a 31/1/2005 integrou a Câmara de Férias Civil.

Aposentadoria: 11/5/2005.

Falecimento: 26/11/2014.

Outros: fundou a cadeira n. 14 na Academia Catarinense de Letras; integrou o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Publicou cinco livros: Partidos e Políticos de Santa Catarina (Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983); Código do Consumidor Comentado (1991); Celso Ramos: um Perfil Político



(Florianópolis: Terceiro Milênio, 1997); Manual de Comunicação: Judiciário & Imprensa (1998); Judiciário & Imprensa: Manual de Comunicação (2008).

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Silveira_Lenzi. Acesso em: 30 nov. 2022.

<https://www.tjsc.jus.br/documents/66294/66664/Edi%C3%A7%C3%A3o+157/f89ea387-8d20-46f1-a027-274d0f1b53de>. Acesso em: 30 nov. 2022.

<https://www.apufsc.org.br/2014/11/27/nota-de-falecimento-desembargador-aposentado-carlos-alberto-silveira-lenzi/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

Academia Catarinense 100 anos de letras, de Celestino Sachet. coleção ACL n. 45, 2020, p. 124-125.

Desembargador

Carlos Prudêncio





Carlos Prudêncio

Local e data de nascimento: Tubarão (SC), 24/12/1943.

Filiação: Roberto Pedro Prudêncio e Isabel Prudêncio.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1969. Escola Superior da Magistratura de Porto Alegre.

Experiência profissional: foi funcionário do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários. De 2001 a 2003 exerceu o cargo de coordenador nacional do Projeto de Modernização do Poder Judiciário Brasileiro. Em 2008 foi nomeado como membro do Conselho de Modernização do Poder Judiciário Brasileiro, do Conselho Nacional de Justiça, em Brasília.

Posse como desembargador: 28/4/1994.

Trajetória na magistratura catarinense: foi nomeado para exercer o cargo de juiz substituto na comarca de Joinville em 27/10/1969. Em março de 1971 foi promovido para o cargo de juiz de direito na comarca de Maravilha. Atuou também em Mondai (1972), Ituporanga (1974), Xanxerê (1976), Joaçaba (1978) e Brusque (1982). Ao longo da década de 1970 assumiu diversas vezes, em diferentes comarcas, a função de juiz eleitoral. Em 1994 tomou posse no cargo de desembargador e nessa condição atuou na 1ª Câmara de Direito Civil até 2013. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral de 26/3/2004 a 21/3/2005.

Aposentadoria: 23/6/2014.

Outros: foi o idealizador da votação eletrônica e o primeiro juiz eleitoral do Brasil a empregar urnas eletrônicas. A inovação deu-se em Brusque, no pleito de 1989, e recebeu atenção do TSE e da imprensa de todo o país. Atua hoje como presidente do Instituto dos Magistrados do Brasil, seção de Santa Catarina, em diversas frentes do instituto.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

<https://www.brusquememoria.com.br/site/acervo/acervo/AFCP::43>. Acesso em: 30 nov. 2022.

https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/tval/noticia_single_tval/desembargador-carlos-prudencio. Acesso em: 30 nov. 2022.

<https://www.prudencio.adv.br/profissionais-carlos-prudencio.php>



Desembargador

César Augusto Mimoso Ruiz de Abreu





César Augusto Mimoso Ruiz de Abreu

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 2/2/1959.

Filiação: Hélio Abreu e Regine Abreu.

Formação: bacharel em direito pela Universidade do Vale do Itajaí (1982). Mestrado em ciências jurídicas também pela Universidade do Vale do Itajaí, na área de concentração em fundamentos do direito positivo (2002). Doutorado em direito pela Universidade de Lisboa, Portugal (2013). Especialização em gestão e controle do setor público pela Universidade do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (2008).

Experiência profissional: exerceu a advocacia de 1983 a 1984 e em 2018. Foi professor na Unoesc (2012), na Academia Judicial do TJSC (2010), na Univali (2001) e na Fundeste (1987-1988). Membro do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária e Políticas Públicas e Institucionais, sendo um de seus fundadores (2008-2010). Exerceu a presidência da Associação dos Magistrados Catarinenses (1995-1997). Além disso, foi consultor jurídico designado da Consultoria-Geral do Estado de Santa Catarina (1983).

Posse como desembargador: 13/12/2002.

Trajatória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura em 1984, iniciando a carreira na comarca de Itajaí. Logo após atuou em São José e Tijucas. Promovido a juiz de direito, atuou nas comarcas de Abelardo Luz (1987), Xaxim (1988) e Araranguá (1988), na 4ª Vara Cível da comarca de Lages (1990) e como 5º juiz especial, mas removido para a 6ª Vara Cível da comarca da Capital (1993). Em 1996 foi removido para o cargo de 10º juiz especial da comarca da Capital e, a pedido, para o cargo de 3º juiz de direito substituto de segundo grau. De 1997 a 2002 exerceu a função de desembargador substituto no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Em 2002 foi promovido ao cargo de desembargador. Foi presidente da 3ª Câmara de Direito Público (2014-2015), presidente da Câmara Regional de Chapecó, instituída em caráter descentralizado e experimental (2010-2011), presidente da 2ª Câmara de Direito Público (2008-2009), membro titular da 4ª Câmara de Direito Civil (2016-2018). Vice-corregedor-geral da Justiça do Tribunal



de Justiça do Estado de Santa Catarina (2010-2012). Presidente, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (2016-2018).

Aposentadoria: 13/3/2018.

Outros: tem diversos artigos publicados em revistas especializadas e jornais. Recebeu diferentes honrarias, sendo uma delas a Medalha do Mérito Especial do Judiciário Catarinense, agraciado em 1º/10/2003, em sessão solene do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Fontes:

CURRICULUM VITAE: Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu.

Fichas funcionais do TJSC.



Desembargador

Cid Caesar de Almeida Pedroso





Cid Caesar de Almeida Pedroso

Local e data de nascimento: Campos Novos (SC), 1º/3/1927.

Filiação: Darcy Pedroso e Maria Conceição de Almeida Pedroso.

Formação: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1952.

Experiência profissional: foi aspirante a oficial de arma de infantaria do Exército Brasileiro em 1949. Na década de 1950 foi escrivão de paz e advogado, atividade que exerceu durante algum tempo. Foi vereador em Campos Novos, de 1955 a 1959, e consultor jurídico no mesmo município, de 1967 a 1979. Foi deputado estadual na década de 1980 e secretário estadual de justiça de 1987 a 1988. Lecionou na Escola de Comércio Dom João Batista Scalabrini e no Ginásio São João Batista, em Campos Novos. É o patrono da cadeira n. 28 da Academia Catarinense de Letras Jurídicas.

Posse como desembargador: 21/12/1988.

Trajectoria na magistratura catarinense: foi nomeado para exercer o cargo de desembargador por meio do quinto constitucional, em vaga oriunda da OAB, por ato de 27/9/1988, tomando posse em 21/12/1988.

Desligamento: 22/10/1993.

Falecimento: 22/10/1993, Tijucas (SC).

Outros: pelo MDB, elegeu-se deputado estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, com 14.352 votos, e tomou posse na 9ª Legislatura (1979-1983). Reeleito para deputado no mesmo parlamento, com 22.766 votos, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), fundado em 1980, participou da 10ª Legislatura (1983-1987). Em 1986 se candidatou a vaga no Senado, pelo PMDB, conquistando 225.961 votos, mas não foi eleito. Casou-se com Neiva Coninck de Almeida Pedroso.

Fontes:

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Cid Pedroso. 2022. Disponível em: [_](#) Acesso em: 27 jan. 2023.

TJSC. Fichas funcionais.

ACALEJ. Cid Caesar de Almeida Pedroso.



Desembargador

Cid José Goulart Júnior





Cid José Goulart Júnior

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 15/4/1961.

Filiação: Cid José Goulart e Marly Terezinha Vieira Goulart.

Formação: Universidade do Vale do Itajaí, 1984.

Experiência profissional: iniciou sua carreira na Comarca de São Joaquim e tomou posse no cargo de procurador de justiça em 6/2/2004, atuando na Procuradoria Cível. Foi vice-presidente e corregedor do Ministério Público de Santa Catarina. Atuou como promotor de justiça do Ministério Público em nove comarcas de Santa Catarina.

Posse como desembargador: 13/12/2005.

Trajetória na magistratura catarinense: tomou posse como desembargador por meio do quinto constitucional, em vaga oriunda do Ministério Público, e de 2005 a 2017 integrou a 2ª Câmara de Direito Público no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Foi coordenador do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional do Poder Judiciário catarinense de 2014 a 2016. Em 25/4/2019 assumiu a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, cargo que ocupou até 2020. Atualmente atua na 2ª Câmara de Direito Público.

Fontes:

Informações fornecidas à equipe da Divisão de Documentação pelo Gabinete do Desembargador, por e-mail, em 4/4/2023.

<https://www.mpsc.mp.br/noticias/goulart-junior-tomara-posse-no-tjsc-dia-13-12>

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/desembargador-cid-goulart-junior-toma-posse-como-presidente-do-tre-de-santa-catarina>

Fichas funcionais do TJSC.



Desembargador

Cláudio Barreto Dutra





Cláudio Barreto Dutra

Local e data de nascimento: São Bento do Sul (SC), 4/12/1947.

Filiação: Osmundo Vieira Dutra e Neli Barreto Dutra.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1975.

Experiência profissional: atuou como servidor da Secretaria de Estado da Fazenda.

Posse como desembargador: 14/3/1997.

Trajatória na magistratura catarinense: foi promovido ao cargo de juiz de direito da Comarca de Canoinhas no ano de 1984. Atuou também nas Comarcas de Chapecó (1987), Criciúma (1987), Blumenau (1989) e Capital (1991). Na Comarca da Capital julgou na 2ª Vara da Família, na 5ª Vara Cível e na 1ª Turma de Recursos. No Tribunal de Justiça atuou na 1ª Câmara de Direito Comercial, na 3ª e na 4ª Câmara de Direito Público e na 5ª Câmara de Direito Comercial. De 1994 a 1996 compôs o Tribunal Regional Eleitoral, na classe de juiz de direito da 12ª Zona Eleitoral. Presidiu o TRE-SC entre 25/3/2009 e 25/3/2010. Foi presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina entre 1º/2/2012 e 31/1/2014.

Aposentadoria: 4/11/2022.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/memoria/apresentacao_resumida/Presidente_45.pdf. Acesso em: 1º dez. 2022.

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/desembargador-claudio-barreto-dutra-ex-presidente-do-tjsc-tem-aposentadoria-aprovada>

<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/noticias/3003641/conheca-mais-sobre-o-curriculo-dos-novos-dirigentes-do-tjsc-2012-2014>





Cláudio Marques de Sousa

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 13/1/1927.

Filiação: Antônio Marques de Souza e Adelina Paladino Marques de Souza.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1953.

Experiência profissional: foi um dos sócios fundadores da Associação Catarinense do Ministério Público em 1959. Atuou como promotor público da Comarca de Palhoça em 1970. Nomeado pelo Governo do Estado, tomou posse do cargo de delegado adjunto da Delegacia de Ordem Política e Social em 12/2/1954.

Posse como desembargador: 20/11/1991.

Trajetória na magistratura catarinense: tomou posse como desembargador por meio do quinto constitucional, em vaga oriunda do Ministério Público. Integrou a 1ª Câmara Criminal no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Aposentadoria:** 26/11/1996.

Aposentadoria: 26/11/1996.

Falecimento: 2/9/2003.

Outros: em 1919, o pai de Cláudio Marques de Sousa, Antônio Marques de Souza, foi delegado de Curitibaanos, ao mesmo tempo em que Guilherme Abry era juiz naquela comarca. Antônio Marques de Souza foi capitão da Força Policial Catarinense e comandou ataques contra os sertanejos que lutaram na Guerra do Contestado. Como major, Antônio Marques de Souza, foi fiscal interino da Força Policial Catarinense, presidiu, em 1928, o Conselho de Justiça Militar e, em 1931, foi subcomandante da Força Pública.

Fontes:

Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial, de 1891 a 1940

O Estado, Florianópolis, ed. n. 13540, p. 8, 26-2-1959.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 16390, p. 3, 15-5-1970.



Diário Carioca, Rio de Janeiro, ed. n. 7856, p. 7, 13-2-1954.

O miliciano, Florianópolis, ed. n. 9, de 5 de junho de 1928.

Fichas funcionais do TJSC.



Desembargador

Edson Nelson Ubaldo





Edson Nelson Ubaldo

Local e data de nascimento: Lages (SC), 16/12/1940.

Filiação: Nelson Varela Ubaldo e Maria Vieira Ubaldo.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1965.

Experiência profissional: foi vereador em Campos Novos entre os anos de 1969 e 1972, viveu em São Paulo onde o exerceu a advocacia. Foi professor de direito e escritor. Ocupou o cargo de professor de direito na Escola Superior da Magistratura e na Escola Superior de Advocacia de Santa Catarina, professor honorário das Universidades Hermilio Valdizán, Garcilaso de la Vega, Santo Toribio de Mogrovejo (Peru) e Domingo Savio (Bolívia). Também foi sócio benemérito do Instituto de Filosofia do Direito da Universidad de Lomas de Zamora (Argentina) e membro do Círculo de Especialistas em Direito da Fundação Konrad Adenauer (Alemanha).

Posse como desembargador: 17/8/2005.

Trajectoria na magistratura catarinense: tomou posse como desembargador por meio do quinto constitucional, em vaga oriunda da OAB. Atuou na 2ª Câmara de Direito Comercial e na 1ª Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Aposentadoria: 2/9/2010.

Falecimento: 13/2/2021.

Outros: tem diversas obras de ficção e jurídicas publicadas no Brasil e no exterior. Foi sucessor da cadeira n. 12 da Academia Catarinense de Letras. Foi contemplado com alguns prêmios literários. Viticultor em Campos Novos (SC), implantou o primeiro vinhedo de viníferas nobres do estado em 1981, o que lhe valeu a outorga da Comenda Anita Garibaldi, a mais alta condecoração do Governo catarinense, em 2009. Organizador e fundador da Academia Catarinense de Gastronomia, instalada em 8/10/2014. Foi músico e poeta.

Fontes:

Boletim Trimestral Subcomissão Catarinense de Folclore, Santa Catarina, ed. n. 50, p. 152, 1998.



O Estado, Florianópolis, ed. n. 14261, p. 1, 14-9-1961.

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/nota-de-falecimento-desembargador-aposentado-edson-nelson-ubaldo>

<http://www.abgastronomia.org/member/edson-nelson-ubaldo/>

<https://ndmais.com.br/cultura/academia-homenageia-hoje-escritor-advogado-e-desembargador-edson-ubaldo/>

<https://ndmais.com.br/justica/judiciario-e-oab-sc-pesar-e-luto-pela-morte-de-edison-ubaldo/>

<http://www.familiabeckhauser.com.br/reportagens/rev-oab-121-ENTREVISTA.pdf>

Academia Catarinense 100 anos de letras, de Celestino Sachet. coleção ACL n. 45, 2020, p. 117-118

Fichas funcionais do TJSC.

Desembargador

Eládio Torret Rocha





Eládio Torret Rocha

Local e data de nascimento: Meleiro (SC), 18/8/1950.

Filiação: Silvino Rocha e Rosa Torret Rocha.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1976.

Experiência profissional: foi balconista na loja de materiais elétricos do cunhado até concluir o ginásio em 1966. A partir de 1967 trabalhou como ajudante em oficina de consertos de aparelhos de rádio e TV. Concomitantemente passou a realizar serviços de instalação elétrica residencial nas cidades de Turvo e Meleiro. Aprovado no vestibular para cursar direito na UFSC, mudou-se para Florianópolis, onde passou a atuar como desenhista industrial na empresa Planasa. Foi admitido, por concurso público, pela Fundação Educacional de Santa Catarina, e a partir de 1973 dava expediente na Escola Superior de Administração e Gerência como bibliotecário. Em setembro desse mesmo ano, também por concurso público, tornou-se economiário da Caixa Econômica Estadual. Foi servidor da Caixa até a data em que tomou posse como juiz substituto.

Posse como desembargador: 19/12/2001.

Trajectoria na magistratura catarinense: em 1979 assumiu o cargo de juiz substituto da Comarca de São José. Em 1º/6/1981 foi promovido para o cargo de juiz de direito da Comarca de São Carlos. Em 15/6/1981 foi promovido para a Comarca de Mondaí. Em 24/2/1983 foi removido da Comarca de Mondaí para a de Sombrio. Promovido da Comarca de Sombrio para a de Timbó em 5/9/1984. Em 4/8/1987 foi promovido para a Comarca de Criciúma. Por ato de 9/6/1995, foi removido da Comarca de Criciúma para a Comarca da Capital. No Tribunal de Justiça de Santa Catarina integrou a 1ª Câmara de Direito Comercial e a 4ª Câmara de Direito Civil. Em 2/2/2005 assumiu o cargo de corregedor-geral da Justiça. Assumiu a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina em 6/2/2013, onde permaneceu até 5/2/2014.

Aposentadoria: 1º/12/2016.

Outros: no período em que foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina foi instituído o Conselho de Gestão



Estratégica e de Integração da Justiça Eleitoral de Santa Catarina. Recebeu o título de cidadão honorário da Câmara de Criciúma. É mestre em direito público pela UFSC.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

Informações fornecidas pelo desembargador à equipe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário.

https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/memoria/apresentacao_resumida/Presidente_50.pdf

<https://www.camaracriciuma.sc.gov.br/noticia/desembargador-eladio-torret-rocha-recebe-titulo-de-cidadao-honorario-pela-camara-de-criciuma-1468>

<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/noticias/405351318/desembargador-eladio-torret-rocha-despede-se-da-toga-em-sua-ultima-sessao-do-pleno>

ROCHA, E. T. O menino da Rosa – memórias de um juiz. Carboeditora: Florianópolis, 2023.

Desembargador

Erico Borges





Erico Borges

Local e data de nascimento: Curitibaanos (SC), 15/9/1932.

Filiação: Heráclides Vieira Borges e Olga Irau Borges.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1958.

Experiência profissional: iniciou a vida profissional como “solicitador acadêmico” no ano de 1956, na Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Na função de subprocurador da Prefeitura Municipal de Florianópolis trabalhou de 1957 a 1960. Logo após ingressou no Ministério Público, onde exerceu suas funções de 1960 até 1963. Exerceu a advocacia nos anos de 1963 a 1966.

Posse como desembargador: 2/3/1995.

Trajetória na magistratura catarinense: iniciou sua carreira em agosto de 1967, quando foi nomeado para o cargo de juiz substituto da Comarca de Chapecó. Judiciou nas Comarcas de Tubarão (1968), Urubici (1971), Capinzal (1974) e Braço do Norte (1976), na 2ª e na 1ª Vara da Comarca de Concórdia (1978), na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lages (1979), na 1ª Vara Criminal, na 2ª Vara Cível e na 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville (1984), e na Comarca da Capital (1995), onde foi 7º juiz especial e juiz da Vara de Execuções Penais.

Aposentadoria: 23/3/1995.

Falecimento: 1º/4/2018, Balneário Camboriú (SC).

Outros: foi condecorado pela Câmara de Vereadores da cidade de Lages com o título de cidadão lageano.

Fontes:

República, Florianópolis, ed. n. 964, p. 2, 17-12-1929.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 13476, p. 8, 3-12-1958.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 14175, p. 1, 19-4-1961.

SANTA CATARINA, Procuradoria-Geral do Estado de. Órgão Especial do TJ manifesta voto de pesar pelo falecimento do des. Érico Borges. Site TJSC, Florianópolis, 6 abr. 2018.

Fichas funcionais do TJSC.



Desembargador

Ernani Palma Ribeiro





Ernani Palma Ribeiro

Local e data de nascimento: São Joaquim (SC), 4/4/1927.

Filiação: Enedino Batista Ribeiro e Lídia Palma Ribeiro.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1953.

Experiência profissional: bancário, autônomo (década de 1950).

Posse como desembargador: 31/12/1979.

Trajatória na magistratura catarinense: iniciou a carreira como juiz substituto em São José em 1958. Em 1959 foi promovido a juiz de direito da Comarca de Tangará. Judiciou também na Comarca de Ibirama (1963), na 1ª Vara de Curitibaanos (1966), na 2ª e na 1ª Vara de Criciúma (1968), na 1ª Vara Criminal e na 4ª Vara Cível da Comarca da Capital (1978), além de ter desempenhado as funções de juiz de forma esporádica em algumas outras comarcas. Exerceu, durante pouco tempo e em caráter interino, a presidência do Tribunal Regional Eleitoral (julho de 1992) e a vice-presidência do Tribunal de Justiça (julho de 1994).

Aposentadoria: 22/5/1995.

Falecimento: 15/9/2004.

Outros: durante sua gestão no TRE-SC foram realizadas as eleições de 1992. Em 2006, o fórum da Comarca de Itapema passou a ser denominado Fórum Des. Ernani Palma Ribeiro.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

https://www.conjur.com.br/2004-set-16/morre_desembargador_aposentando_ernani_palma_ribeiro

https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/memoria/apresentacao_resumida/Presidente_28.pdf

Centro de Ciências Jurídicas da UFSC.



Desembargador

Fernando Carioni





Fernando Carioni

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 31/8/1947.

Filiação: Liberato Carioni e Ludovica Zanini Carioni.

Formação: tem formação acadêmica em direito (1980) e em ciências econômicas (1974), ambas na Universidade Federal de Santa Catarina.

Experiência profissional: ministrou funções docentes na Universidade do Vale do Itajaí. Exerceu a advocacia de 1981 a 2002. Exerceu o cargo de presidente da OAB/SC no período de 1º/2/1995 a 31/12/1997, além de ter exercido o cargo de tesoureiro no biênio 1987-1989, 1º secretário no biênio 1989-1991, conselheiro estadual no biênio 1991-1993 e conselheiro federal no biênio 1993-1994 e no período de 1º/2/1998 a 11/9/1998.

Posse como desembargador: 8/3/2002.

Trajetória na magistratura catarinense: tomou posse como desembargador por meio do quinto constitucional, em vaga oriunda da OAB. No Tribunal de Justiça de Santa Catarina ocupou os cargos de vice-presidente e corregedor regional eleitoral (2020). Exerceu o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina de abril de 2021 a abril de 2022. No Tribunal de Justiça de Santa Catarina integrou de 9/3/2002 a 1º/1/2003 a 1ª Câmara de Direito Comercial, em diversos momentos de 2003 a 2005 também integrou a 3ª Câmara de Direito Comercial e de 2006 a 2015 a 3ª Câmara de Direito Civil.

Aposentadoria: 8/3/2022.

Outros: na aposentadoria Fernando Carioni retomou a advocacia.

Fontes:

<https://www.escavador.com/sobre/1427332/fernando-carioni>

<https://www.tre-sc.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Marco/desembargador-fernando-carioni-se-despede-da-corte-eleitoral>

<https://www.blogdoprisco.com.br/desembargador-aposentado-fernando-carioni-volta-a-advocacia/>

<https://www.oab-sc.org.br/ex-presidentes>

Fichas funcionais do TJSC.



Desembargador

Francisco Borges





Francisco Borges

Local e data de nascimento: Tijucas (SC), 27/9/1935.

Filiação: Antônio Moreira Borges e Orlandina Alves Borges.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1969.

Experiência profissional: oficial judiciário no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina de 1960 a 1969.

Posse como desembargador: 23/2/1994.

Trajetória na magistratura catarinense: em 1969 se tornou juiz substituto da Comarca de Palmitos. Em 1971 foi promovido a juiz de direito, passando a atuar na Comarca de Anita Garibaldi. Atuou ainda nas Comarcas de São Lourenço do Oeste (1972), Videira (1975) e Criciúma (1978). No ano de 1993 foi juiz corregedor no Tribunal de Justiça. Também no Tribunal de Justiça, em momentos diferentes, presidiu o Fundo de Reaparelhamento da Justiça e a Comissão de Gestão e Informatização do Poder Judiciário, além de ter sido membro do Conselho de Administração nas áreas de orçamento e informática. Foi membro efetivo do Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Também exerceu o cargo de 2º vice-presidente. Como desembargador atuou na 4ª Câmara Civil e na 1ª Câmara Criminal.

Aposentadoria: 6/8/2001.

Falecimento: 31/12/2001.

Outros: Orlandina Alves Borges, mãe de Francisco Borges, foi oficial administrativa do Estado de Santa Catarina até 1941. Em 1945, Orlandina foi transferida do cargo de escriturário para o de estatístico auxiliar.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

Centro de Ciências Jurídicas da UFSC.



Desembargador

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho





Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho

Local e data de nascimento: Niterói (RJ), 13/2/1939.

Filiação: Francisco José Rodrigues de Oliveira e Maria Emília Siqueira de Oliveira.

Formação: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 1964. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, 1983.

Experiência profissional: atuou como advogado em Curitiba. Teve diversas experiências como docente em cursos de pós-graduação na área do direito e na Academia Judicial. Ministrou a disciplina de direito processual civil na UFSC e na Escola Superior da Magistratura Catarinense.

Posse como desembargador: 29/11/1989.

Trajectoria na magistratura catarinense: ingressou na magistratura estadual em 14/5/1968, no cargo de juiz substituto, com lotação na Comarca de Blumenau. Em 21/8/1968 foi nomeado para juiz de direito, lotado na Comarca de Palmitos. A seguir foi promovido sucessivamente para as Comarcas de Orleans (1971) e São Francisco do Sul (1971) e para a 2ª e a 1ª Vara de Joaçaba (1975), de onde foi removido para a 6ª Vara Cível da Capital em 18/4/1978. A partir de 7/4/1986 foi colocado à disposição da Corregedoria-Geral da Justiça, exercendo o cargo de juiz corregedor, quando a corregedora-geral da Justiça a desembargadora Thereza Grisólia Tang. Foi corregedor e presidente do Tribunal Regional Eleitoral no biênio 1996-1997. Na sequência, foi corregedor-geral da Justiça no biênio 1998-1999, exercendo, concomitantemente, a presidência do Colégio dos Corregedores-Gerais da Justiça. Como desembargador integrou, a partir de 29/11/1989 até o ano 2000, a 1ª Câmara de Direito Civil, e de 2000 a 2006 integrou a 2ª Câmara de Direito Público. De 19/12/2007 a 31/1/2008 integrou a 3ª Câmara de Direito Público. Presidiu o Tribunal de Justiça de 1º/2/2008 a 13/2/2009. Assumiu o Governo do Estado.

Aposentadoria: 13/2/2009.

Outros: recebeu o título de cidadão honorário de Canoinhas,



Florianópolis, São José e Chapecó.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1377-Francisco_Jose_Rodrigues_de_Oliveira_Filho. Acesso em: 2 dez. 2022. [Rodrigues de Oliveira Filho](#). Acesso em: 2 dez. 2022. [Rodrigues de Oliveira Filho](#). Acesso em: 2 dez. 2022.



Desembargador

Francisco Xavier Medeiros Vieira





Francisco Xavier Medeiros Vieira

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 26/11/1931.

Filiação: Alfredo Xavier Vieira e Cydolina Medeiros Vieira.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1957.

Experiência profissional: exerceu a advocacia até 1961. Foi presidente da União Catarinense de Estudantes.

Posse como desembargador: 26/2/1982.

Trajetória na magistratura catarinense: iniciou a magistratura no cargo de juiz substituto da Comarca de Tijucas no ano de 1961. Assumiu como juiz de direito na Comarca de Ituporanga em 1º/8/1966. Exerceu o cargo ainda nas Comarcas de Timbó (1965), Concórdia (1966) e Rio do Sul (1970). No ano de 1974 assumiu a Vara da Família, Órfãos e Sucessões da Comarca da Capital. Em 1993 assumiu a Vice-Presidência e a Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral, e em 25/3/1994 ascendeu à função da Presidência da Corte Eleitoral. Em 1º/3/1996 assumiu a Vice-Presidência do TJSC. Foi presidente do Tribunal de Justiça de 1º/2/2000 a 26/11/2001.

Aposentadoria: 26/11/2001.

Outros: em 1972 lançou o livro *Prática das Correções*. Sob sua gestão da Corte Eleitoral, deram-se as primeiras eleições eletrônicas da América Latina. Durante sua presidência foram criados o Conselho de Administração do Poder Judiciário, a Coordenadoria dos Magistrados e a CGInfo. As câmaras foram especializadas, e o Tribunal aderiu ao Programa de Qualidade e Participação na Administração Pública do Governo Federal. Também foi ativado o Centro de Estudos Jurídicos e criada a Academia Judicial. Foi instituído o primeiro mestrado exclusivo para magistrados, em parceria com a AMC e a Univali.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/memoria/apresentacao_resumida/Presidente_30.pdf. Acesso em: 9 ago. 2021.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 13092, p. 10, 2-7-1957.



Desembargador

Galvão Nery Caon





Galvão Nery Caon

Local e data de nascimento: Vacaria (RS), 24/9/1930.

Filiação: Álvaro Nery dos Santos e Maria Corina Caon.

Formação: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1958.

Experiência profissional: serviu o Exército Nacional no ano de 1946. Foi professor na cidade de Vacaria (RS) de 1962 a 1965. De 1965 a 1976 prestou serviços advocatícios.

Posse como desembargador: 6/9/2000.

Trajetória na magistratura catarinense: ingressou no cargo de juiz substituto na Comarca de Tubarão no ano de 1976. Removido para a Capital em 1978. Promovido em 1979 a juiz de direito de Guarapiririm. Judiciou também em Capinzal (1979), Braço do Norte (1980), São Miguel do Oeste (1980), Mafra (1983), 3ª Vara Cível da Comarca de Tubarão (1985) e 3ª e 1ª Vara Cível de Lages (1988). Promovido ao cargo de desembargador em 24/8/2000. Em 11/9/2000 integrou a 2ª Câmara de Direito Público na Comarca da Capital.

Aposentadoria: 25/9/2000.

Falecimento: 14/7/2005.

Outros: é irmão do advogado (e presidente da seccional catarinense da OAB), jornalista e deputado estadual Evilásio Nery Caon. Também é irmão do professor, jornalista, advogado, político e escritor Edézio Nery Caon, perseguido e preso durante a Ditadura Militar no Brasil. Foi professor das disciplinas de Direito Agrário, Teoria Geral do Processo e Direito Processual Civil, na Uniplac, em Lages. Nessa oportunidade foi colega de trabalho de Anselmo Cerello, de seu sobrinho Edézio Henrique Waltrick Caon e Raulino Jacó Bruning.

Fonte:

Fichas funcionais do TJSC..



Desembargador

Genésio Noll





Genésio Nolli

Local e data de nascimento: Rio do Sul (SC), 5/1/1934.

Filiação: Santo Nolli e Maria Bogo.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1961.

Experiência profissional: atuou na Secretaria de Negócios da Agricultura do Estado do Paraná de 1954 a 1961; foi professor no estado do Paraná de 1962 a 1968. Além disso, trabalhou na Prefeitura Municipal de Rio do Sul (SC).

Posse como desembargador: 2/6/1993.

Trajatória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura em 5/11/1968. Como juiz de direito atuou nas Comarcas de Urubici (1969), Itaiópolis (1971), Curitibaanos (1975), Chapecó (1978) e Itajaí (1979). No ano de 1993 deixou Itajaí, onde atuava na Vara Criminal, devido a sua promoção ao cargo de desembargador. No Tribunal de Justiça atuou na 1ª Câmara Criminal (1994 a 2002).

Aposentadoria: 20/10/2003.

Falecimento: 20/6/2004, Balneário Camboriú.

Outros: tem formação como técnico em direito social (1955). O Fórum Universitário de Itajaí leva o nome do desembargador Genésio Nolli. Pai das juízas Alaíde e Patrícia Nolli e do procurador federal Genésio Nolli Filho. Presidiu e compôs o Conselho da Administração do Sistema da Conta Única de Depósitos sob Aviso da Disposição da Justiça (2002). Em 12/9/2005 o Tribunal Pleno aprovou o nome do desembargador para a denominação do Fórum de Camboriú.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 13420, p. 8, 27-8-1958.

Diário do Paraná, Curitiba, ed. n. 217, p. 7, 15-12-1955.

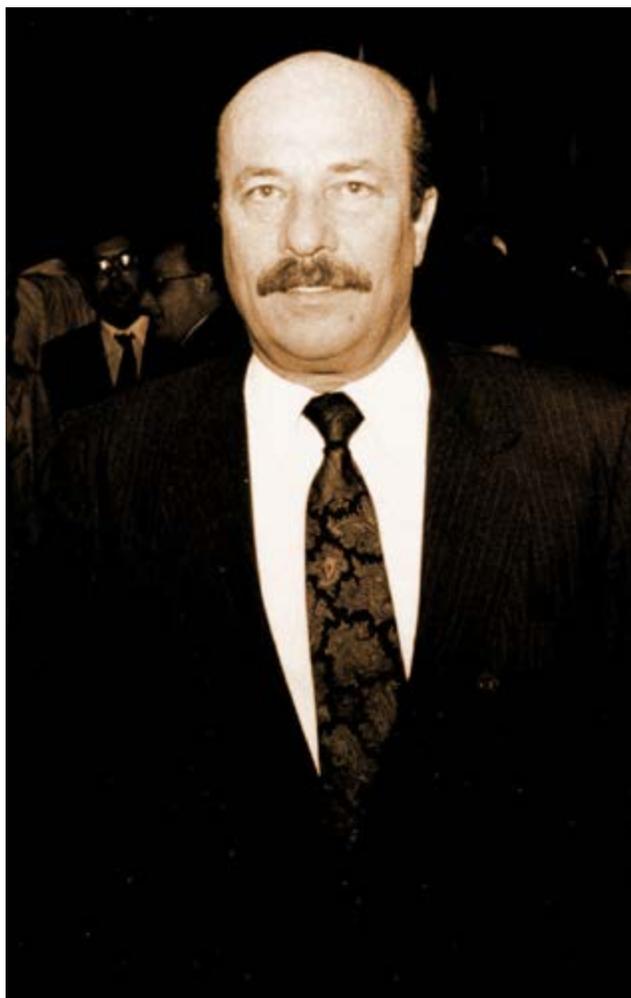
Centro de Ciências Jurídicas da UFSC.

<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/equipada-sala-de-advogados-no-forum-universitario-de-itajai/29056>



Desembargador

Hélio de Melo Mosimann





Hélio de Melo Mosimann

Local e data de nascimento: Lages (SC), 18/10/1936.

Filiação: Adriano Mosimann e Lia de Melo Mosimann.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1960.

Experiência profissional: foi ajudante de bibliotecário (1959), chefe de seção administrativa (1960), oficial judiciário (1960) e assessor judiciário (1961). Ministro do Superior Tribunal de Justiça (1990).

Posse como desembargador: 25/4/1979.

Trajectoria na magistratura catarinense: iniciou sua carreira na Comarca de Rio do Sul no ano de 1964. Nomeado para juiz de direito da Comarca de São Miguel do Oeste em 1965. Atuou também nas Comarcas de Mondaiá (1966), São João Batista (1966), Capinzal (1967), Videira (1968) e Brusque (1970), na 2ª Vara de Joinville (1971) e na Comarca da Capital (1975). Em 1975 foi removido da 4ª Vara de Substituição da Comarca da Capital para a 2ª Vara Cível. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral em janeiro de 1990. Em agosto de 1990 foi exonerado do cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por ter sido empossado no cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Aposentadoria: 8/8/1990.

Outros: atualmente exerce a advocacia e é sócio do escritório Mosimann, Horn & Advogados. Primo da desembargadora Marli Mosimann Vargas.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 13072, p. 10, 6-6-1957.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 14060, p. 4, 8-12-1960.

NAVES, Nilson Vital. Homenagem ao ministro Hélio Mosimann. BDJur, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br//dspace/handle/2011/8879>. Acesso em: 23 jan. 2023.

STJ. Ministro Hélio Mosimann. Traços biográficos. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/coletanea/articulo/download/1881/1800>.



Desembargador

Hélio Veiga Magalhães





Hélio Veiga Magalhães

Local e data de nascimento: Laguna (SC), 8/10/1918.

Filiação: Dácio de Alcântara Magalhães e Justina Veiga Magalhães.

Formação: Faculdade de Direito de Florianópolis, 1949.

Experiência profissional: atuou como professor particular (em curso preparatório para concursos públicos) e foi promotor público em Curitiba, Concórdia e na Capital.

Posse como desembargador: 24/4/1979.

Trajetória na magistratura catarinense: nomeado para juiz substituto da Comarca de Lages em 15/6/1953. Em 6/7/1953 assumiu o exercício do cargo de juiz de direito da Comarca de São Joaquim. No mesmo mês, assume a Comarca de Campos Novos. No ano de 1955 atuou na Comarca de Bom Retiro. Atuou ainda na Comarca de Curitiba (1957). Em 10/6/1967 assumiu como juiz de direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Lages, onde atuou também na 1ª Vara Cível. Em 1979 foi promovido ao cargo de desembargador.

Aposentadoria: 8/5/1979.

Falecimento: 12/6/2012, Curitiba (PR).

Outros: a vida de Hélio Veiga Magalhães foi marcada desde sempre por problemas de visão. Por conta disso interrompeu os estudos universitários durante um ano para submeter-se a cirurgias. Aposentou-se por invalidez. Outros: em 1907, o pai de Hélio foi encarregado do telégrafo da Fortaleza de Santa Cruz, na ilha de Anhatomirim. Em 1914, o pai de Hélio era auxiliar do telégrafo de Laguna e a mãe era professora.

Fontes:

TJSC. Fichas funcionais: Hélio Veiga Magalhães.

Migalhas, Ribeirão Preto, ed. n. 2892, 12-6-2012.

JURISPRUDÊNCIA CATARINENSE. Tribunal de Justiça. Florianópolis, SC, 1973 – Trim. repositório autorizado sob n. 8/85-STF e 18/91-STJ.

SEVERINO, Fabrício. O Judiciário, ed. jan.-fev., 2012. AMC.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 16934, 13-7-1972.



Desembargador

Heliodoro Franzoi





Heliodoro Franzoi

Local e data de nascimento: Gaspar (SC), 3/4/1926.

Filiação: Luiz Franzoi e Rosa Coutinho Franzoi.

Formação: Universidade Federal do Paraná.

Experiência profissional: advogou no estado do Paraná, no município de Morretes, onde também gerenciava uma usina de açúcar e lecionava no Ginásio e na Escola de Contabilidade.

Posse como desembargador: 22/7/1980.

Trajetória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura em 24/4/1961. Foi nomeado para juiz substituto na 5ª Circunscrição Judiciária, com sede na Comarca de Blumenau. Em 7/8/1961 foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Itaiópolis. Exerceu a função em Campos Novos (1965), Jaraguá do Sul (1968) e Criciúma (1970), onde atuou na 2ª Vara, na 1ª Vara e por último na 3ª Vara Cível. No ano de 1980 foi promovido a desembargador, cargo que não chegou a exercer por ter sido forçado a se aposentar dias depois por problemas graves de saúde.

Aposentadoria: 25/8/1980.

Falecimento: 30/3/2006, Curitiba (PR).

Outros: casado com Zilda de Lourdes Grossi Franzoi.

Fontes:

AMC. Nota de falecimento: desembargador aposentado Heliodoro Franzoi. Florianópolis, 3 abr. 2006.

Registro civil de Morretes (PR), 1852-1996.

JURISPRUDÊNCIA CATARINENSE. Tribunal de Justiça. Florianópolis, SC, 1973, 1º trim. 2001, n. 93.

Fichas funcionais do TJSC.



Desembargador

Hilton Cunha Junior





Hilton Cunha Junior

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 25/10/1951.

Filiação: Hilton Cunha e Florentina Reinert Cunha.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1977.

Experiência profissional: foi servidor da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, onde atuou como policial civil, na função de investigador.

Posse como desembargador: 22/2/2007.

Trajetória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura como juiz substituto da Comarca de São José do Cedro (1981). Nessa categoria ainda atuou na Comarca de Joaçaba (1983). Promovido em 14/10/1983 ao cargo de juiz de direito da Comarca de Tangará. Judiciou nas Comarcas de Itaiópolis (1985), Tijucas (1986), Chapecó (1989), na 3ª Vara Cível, e da Capital (1993), onde foi 10º juiz especial e integrou a 4ª Vara Criminal. A partir de 1982 exerceu a função de juiz eleitoral no Tribunal Regional Eleitoral. Tornou-se juiz substituto desse tribunal em 2001 e, em 2003, efetivo. No ano de 2007 foi promovido ao cargo de desembargador, passando a integrar, de 2007 a 2009, a 3ª Câmara de Direito Comercial e, a partir de 9/3/2009, a 1ª Câmara Criminal.

Aposentadoria: 4/5/2012.

Falecimento: 4/5/2012.

Outros: Era sócio torcedor do Avaí Futebol Clube e teve uma passagem pelo Figueirense como uma espécie de assessor do seu presidente à época, Major Ortiga.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 17096, p. 11, 14-1-1973.

<https://egressos.sistemas.ufsc.br/>



Desembargador

Irineu João da Silva





Irineu João da Silva

Local e data de nascimento: Brusque (SC), 18/3/1948.

Filiação: João Frederico da Silva e Palmira da Silva.

Formação: Universidade Regional de Blumenau, 1972.

Experiência profissional: trabalhou em escritório de contabilidade e na empresa Cremer.

Posse como desembargador: 6/9/2000.

Trajetória na magistratura catarinense: atuou como juiz substituto nas Comarcas de Mafra, Itaiópolis, Canoinhas (1977), São Bento do Sul, Porto União, Videira e Caçador. Em 1978 passou a ocupar o cargo de juiz de direito, julgando nas Comarcas de Urubici, Ituporanga, Caçador e Itajaí, Bom Retiro e São Joaquim. Foi vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. No cargo de desembargador integrou a 1ª Câmara de Direito Público (11/9/2000 a 20/9/2000) e a partir de 21/9/2000 integrou a 2ª Câmara Criminal. Integrou o Órgão Especial e o Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Aposentadoria: 5/11/2011.

Falecimento: 5/11/2011.

Outros: integrava o Órgão Especial e o Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Trabalhou durante certo período em um escritório de contabilidade e também para a empresa Cremer.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

<https://apps.tre-sc.jus.br/site/imprensa/noticia/2011/11/nota-de-falecimento-desembargador-irineu-joao-da-silva/index.html>

<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/noticias/2914486/judiciario-catarinense-perde-o-desembargador-irineu-joao-da-silva>



Desembargador

João Eduardo de Souza Varella





João Eduardo de Souza Varella

Local e data de nascimento: Joaçaba (SC), 30/11/1942.

Filiação: Antônio Nunes Varela e Itamar Souza Varela.

Formação: Universidade Federal do Paraná, 1966.

Experiência profissional: entre 1967 e 1973 exerceu a advocacia e lecionou literatura, direito usual e língua portuguesa em instituições de ensino de Joaçaba. Em 1972 foi o primeiro diretor-geral da Fundação Universitária do Oeste Catarinense. Lecionou em cursos da área do direito em Joaçaba, Joinville e Florianópolis.

Posse como desembargador: 5/6/1996.

Trajetória na magistratura catarinense: iniciou a carreira em 1973 como juiz substituto na Comarca de Concórdia. Posteriormente atuou como juiz de direito nas Comarcas de Itapiranga (1974), Tangará (1975) e Palmitos (1978), na 2ª Vara da Comarca de Campos Novos (1978), na 1ª Vara Criminal da Comarca de Joinville (1980) e na Comarca da Capital (1987). Foi juiz corregedor na Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina (1990-1992) e juiz de direito substituto de segundo grau no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (1994-1996). No Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina ocupou os postos de vice-presidente, corregedor (2007-2008) e presidente (2008-2009). Foi presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina nos anos de 2009 e 2010. Como desembargador integrou a 1ª Câmara Criminal de 1996 até 2009 e a 4ª Câmara de Direito Civil em 2010. De 25/1/2011 a 28/2/2011 integrou a 4ª Câmara Criminal.

Aposentadoria: 26/4/2011.

Falecimento: 9/2/2014.

Outros: seu pai, Antônio Nunes Varella, foi advogado, promotor público, professor, jornalista, deputado constituinte de 1947 e deputado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O avô paterno do desembargador João Eduardo, Boaventura de Haro Varella, professor particular, foi nomeado, em 1905, como agente do serviço postal na localidade de Minas, no ponto final da Estrada de



Ferro Tereza Cristina. Foi homenageado como cidadão honorário de Tangará (SC), em 2010. O desembargador João Eduardo de Souza Varella foi governador interino de Santa Catarina, de 21 de janeiro a 1º de fevereiro de 2010, na ausência do titular, Luiz Henrique da Silveira. O avô materno de João Eduardo, João Tomaz de Souza, foi armador e exportador em Laguna. João Tomaz de Souza era sócio da Empresa Lagunense de Navegação, em sociedade com Pinho & Cia e Sady Candemil. João Eduardo de Souza Varella era primo do desembargador Márcio Souza Batista da Silva.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1378-Joao_Eduardo_de_Souza_Varella. Acesso em: 27 jun. 2022.

Desembargador

João José Ramos Schaefer





João José Ramos Schaefer

Local e data de nascimento: Lages (SC), 8/3/1932.

Filiação: Evaldo Schaefer e Maria José Ramos Schaefer.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1957.

Experiência profissional: trabalhou no Banco do Brasil em 1957. Em 1965 assumiu o cargo de conselheiro estadual na Ordem dos Advogados. Foi presidente da OAB de Santa Catarina por três mandatos (1971-1973, 1973-1975 e 1987-1989).

Posse como desembargador: 22/12/1989.

Trajetória na magistratura catarinense: tornou-se desembargador por meio do quinto constitucional, em vaga oriunda da OAB. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral em 24/3/1997, permanecendo até 24/3/1998. Foi o primeiro advogado a ingressar na magistratura como desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, em vaga do quinto constitucional da advocacia (exerceu a função de 1990 a 2002). Como desembargador integrou a 2ª Câmara de Direito Comercial até 1999, a 1ª Câmara de Direito Civil de 22/12/1999 a 31/1/2000, a 1ª Câmara de Direito Público de 1º/2/2002 a 7/2/2002. De 1º/2/2000 a 23/5/2000 exerceu a primeira vice-presidência e de 26/11/2001 a 1º/2/2002 foi presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Aposentadoria: 13/3/2002.

Outros: no ano de 1998 recebeu a Medalha João Baptista Bonnassis, o mais alto símbolo de honra conferida pela seccional catarinense. João José é autor do livro *O direito por ideal*, lançado em 2022. Em 1937, o pai do desembargador, Evaldo Schaefer, foi prefeito de Lages e, em sessão plenária do Tribunal de Segurança Nacional, em 10 de junho de 1938, foi concedido habeas corpus a Evaldo Schaefer, preso por ter sido condenado por participar do movimento integralista em Santa Catarina e de tentativa de golpe em março de 1938.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.



O Estado, Florianópolis, ed. n. 13182, p. 8, 8-12-1957.

Correio da manhã, 11 de junho de 1938. [http://
memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.
aspx?bib=089842_04&pagfis=46700&url=http://memoria.bn.br/
docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_04&pagfis=46700&url=http://memoria.bn.br/docreader#)

[https://www.oab-sc.org.br/noticias/oabsc-vai-sediar-lancamento-
biografia-joao-jose-ramos-schaefer-nesta-quinta-feira-28/20102](https://www.oab-sc.org.br/noticias/oabsc-vai-sediar-lancamento-biografia-joao-jose-ramos-schaefer-nesta-quinta-feira-28/20102)

[https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/
memoria/apresentacao_resumida/Presidente_33.pdf](https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/memoria/apresentacao_resumida/Presidente_33.pdf)[https://www.oab-
sc.org.br/noticias/oabsc-celebra-memoria-advocacia-catarinense-no-
lancamento-obra-biografica-joao-jose-ramos-schaefer/20114](https://www.oab-sc.org.br/noticias/oabsc-celebra-memoria-advocacia-catarinense-no-lancamento-obra-biografica-joao-jose-ramos-schaefer/20114)

<https://www.youtube.com/watch?v=3w-Ty09s7Uc>

[https://www.flickr.com/photos/tjsc_oficial/14089978038/in/
album-72157644447801197/](https://www.flickr.com/photos/tjsc_oficial/14089978038/in/album-72157644447801197/)

Desembargador

João Martins





João Martins

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 29/8/1933.

Filiação: João dos Passos Martins e Rosalina Borja Martins.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1959.

Experiência profissional: foi advogado em Florianópolis e também trabalhou na Delegacia Regional de Polícia.

Posse como desembargador: 22/9/1980.

Trajatória na magistratura catarinense: iniciou a carreira em 1964. Atuou em Trombudo Central (1966), Braço do Norte (1968), 2ª Vara da Comarca de Xanxerê (1970), Brusque (1971) e 1ª Vara Criminal da Comarca de Lages (1971). Atuou ainda na 2ª Vara Criminal e na 1ª Vara Cível de Florianópolis (1974). Ocupou as funções de vice-presidente, corregedor-geral e presidente (1998 e 2000). No período em que presidiu o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, assumiu interinamente, por duas vezes, o cargo de governador do Estado, de 22/6/1998 a 1º/7/1998 e entre os dias 30/7/1998 e 31/7/1998. Como desembargador integrou a 2ª Câmara de Direito Civil de 1º/2/2000 a 16/2/2000 e a 1ª Câmara de Direito Público a partir de 11/9/2000.

Aposentadoria/desligamento: 25/8/2003.

Falecimento: 22/1/2020.

Outros: presidiu a Associação dos Magistrados Catarinenses de 1983 a 1987, e em seu mandato foi criada a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia João Martins. 2022. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1372-Joao_Martins. Acesso em: 6 mar. 2023.



Desembargador

Jorge Mussi





Jorge Mussi

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 8/3/1952.

Filiação: Alfredo Mussi e Walda de Oliveira Mussi.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1976.

Experiência profissional: entre 1977 e 1994 exerceu a advocacia. Entre 1980 e 1982 foi chefe do Gabinete do Procurador-Geral da Fazenda do Tribunal de Contas de Santa Catarina; de 1982 a 1983 foi superintendente da Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade; em 1983 foi consultor jurídico do Estado de Santa Catarina; de 1983 a 1985 foi procurador-geral de Florianópolis; de 1986 a 1991 foi conselheiro e diretor-tesoureiro da seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil.

Posse como desembargador: 4/2/1994.

Trajetória na magistratura catarinense: no final dos anos de 1980 iniciou a carreira de magistrado no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC), onde foi juiz substituto (1988-1989) e juiz efetivo (1989-1991). Foi presidente do TRE-SC de 2003 a 2004. Foi presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de 2004 a 2006. Desde a data de sua posse integrou a 1ª e a 2ª Câmara Criminal.

Desligamento: 14/12/2007.

Outros: exerceu a chefia do Executivo estadual em 2006. Em março daquele ano, foi agraciado com a ordem do mérito militar, no grau comendador, pelo Presidente da República. Em 14/12/2007 foi exonerado do cargo de desembargador para tomar posse no cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça. Desde então assumiu outras importantes funções: corregedor-geral da Justiça Federal (17/4/2015 a 5/10/2015), ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (10/11/2015 a 24/10/2017), ministro efetivo do TSE (24/10/2017 a 24/10/2019) e corregedor-geral da Justiça Eleitoral (14/8/2018 a 24/10/2019). Aposentou-se em 10 de janeiro de 2023.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.



<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/16072022-Ministro-Jorge-Mussi-assume-a-presidencia-do-STJ-ate-31-de-julho.aspx>. Acesso em: 28 jul. 2021.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Jorge_Mussi. Acesso em: 28 jul. 2021.



Desembargador

José Antônio Torres Marques





José Antônio Torres Marques

Local e data de nascimento: Porto Alegre (RS), 15/11/1954.

Filiação: José Luiz Duarte Marques e Elma Torres Marques.

Formação: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1979.

Experiência profissional: foi secretário da presidência do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul desde 1979 até a aprovação no concurso para a magistratura em Santa Catarina. Foi professor na Universidade do Planalto Catarinense - Uniplac, em Lages, e na Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina - Esmesc, lecionando Direito e Processo Penal.

Posse como desembargador: 7/6/2002.

Trajatória na magistratura catarinense: iniciou sua carreira na magistratura como juiz substituto na Comarca de Lages em 3/5/1985. Foi promovido a juiz de direito em 26/8/1985 na Comarca de Trombudo Central. Atuou ainda em Orleans (1987). Foi promovido para a 2ª Vara da Comarca de São Miguel do Oeste (1988), mas optou pela 1ª Vara da mesma comarca. Atuou também na 3ª Vara Criminal da Comarca de Lages (1990) e atuou ainda na 2ª Vara Criminal da Comarca da Capital (1994). Ocupou a Primeira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de 4/12/2013 a 29/1/2016. Presidiu a instituição de 31/1/2016 a 2/2/2018. Como desembargador integrou a 2ª Câmara Criminal (2001 a 2007) e a 3ª Câmara Criminal (2007 a 2014) e desde 2016 atua na 4ª Câmara de Direito Comercial.

Outros: filho do tabelião José Luiz Duarte Marques. Seu pai foi um dos fundadores do Colégio Notarial do Rio Grande do Sul. O desembargador José Antônio Torres Marques, o longo da carreira, exerceu funções em diversas comissões e conselhos, como Conselho de Administração (2004 e 2006), Comissão Examinadora do Concurso para Ingresso na Magistratura Catarinense (2004), comissão que definiria critérios para instalação de novos cartórios extrajudiciais em todo o estado (2009), Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais (2010), Conselho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (como presidente em 2010) e Conselho Gestor de Tecnologia da Informação (como presidente no biênio 2012-2013).



Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

<http://www.oab-sc.org.br/noticias/oabsc-e-caasc-prestigiam-posse-do-desembargador-jose-antonio-torres-marques-no-tjsc/12345>

<https://www.oab-sc.org.br/noticias/desembargador-torres-marques-assume-tj-crise-nao-e-justificativa-para-estagnacao/12355>

https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=6a3b_3zjQTE

Desembargador

José Bonifácio da Silva





José Bonifácio da Silva

Local e data de nascimento: Canoinhas (SC), 8/3/1931.

Filiação: Ubaldo Ricardo da Silva e Julieta Machado da Silva.

Formação: Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, 1958.

Experiência profissional: no ano de 1949 atuou como auxiliar de cartório na cidade de Itajaí (SC). Serviu o Exército Brasileiro e após isso trabalhou na função de bancário durante um ano no Banco Comercial do Estado de São Paulo, na cidade de Londrina (PR). Durante sua graduação trabalhou no Banco Lavoura e logo depois de se formar se dedicou à advocacia. Seu escritório ficava na rua Dr. Nereu Ramos, Itaiópolis (SC), próximo ao fórum.

Posse como desembargador: 22/12/1989.

Trajetória na magistratura catarinense: nomeado para o cargo de juiz substituto na Comarca de Chapecó em 26/12/1961. Nessa condição atuou também na Comarca de Mafra (1962). Em 16/10/1963 é nomeado para juiz de direito da Comarca de São Miguel do Oeste. Judiciou também em Tangará (1964), Ituporanga (1966), Laguna (1967), 1ª Vara da Comarca de Blumenau (1971) e 2ª Vara Cível da Comarca da Capital.

Aposentadoria: 29/3/1993.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

Correio do Norte, Canoinhas, ed. n. 293, p. 6, 6-3-1954.

Correio do Norte, Canoinhas, ed. n. 523, p. 1, 13-12-1958.

<https://tjscjusbr0.sharepoint.com/sites/PesquisaDesembargadores/Documentos%20Compartilhados/General/Deses%20AMC/Desembargador%20ap.%20Jos%C3%A9%20Bonif%C3%A1cio%20da%20Silva.pdf?CT=1678470269243&OR=ItemsView>



Desembargador

José Gaspar Rubick





José Gaspar Rubick

Local e data de nascimento: Nova Trento (SC), 2/6/1945.

Filiação: Estanislau Rubick e Helena Kuppig Rubick.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1969.

Experiência profissional: foi advogado.

Posse como desembargador: 19/4/1995.

Trajetória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura em setembro de 1971, sendo lotado em Araranguá como juiz substituto. Na condição de juiz de direito atuou nas Comarcas de Maravilha (1972), Guaramirim (1975), Palmitos (1976) e Indaial (1978) e na 2ª Vara da Comarca de Curitibanos (1978). Já na Comarca de Criciúma atuou na 1ª Vara, na Vara Criminal e Feitos da Fazenda Pública e na 2ª Vara Cível (1980). Na Capital atuou na Vara de Execuções Penais e na 1ª Vara Cível. Exerceu a vice-presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e teve atuação na Justiça Eleitoral. Em 22/3/2005 assumiu a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, permanecendo no cargo até 27/3/2006. No cargo de desembargador integrou a 2ª Câmara de Direito Civil até 17/10/2000. De 20/10/2000 até 2001 atuou na 1ª Câmara de Direito Público. Atuou em diferentes períodos na 1ª e na 3ª Câmara Criminal, na 1ª Câmara de Direito Público e na 1ª Câmara de Direito Comercial.

Aposentadoria: 3/6/2015.

Outros: durante sua gestão foi realizado o referendo de 2005, sobre a proibição ou não do comércio de armas de fogo e munição no Brasil.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/pleno-presta-justa-homenagem-aos-desembargadores-trindade-dos-santos-e-gaspar-rubick>. Acesso em: 6 dez. 2022.

https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/memoria/apresentacao_resumida/Presidente_41.pdf

Centro de Ciências Jurídicas da UFSC.



Desembargador

José Joaquim Lisboa





José Joaquim Lisboa

Local e data de nascimento: Bento Gonçalves (RS), 29/4/1927.

Filiação: Lycippo Lisboa e Ercila Meneguzzo Lisboa.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1960.

Posse como desembargador: 22/12/1989.

Trajatória na magistratura catarinense: foi nomeado para o cargo de juiz substituto da Comarca de São Miguel do Oeste em 19/8/1963. Ainda nessa condição atuou nas Comarcas de Porto União (1963), Canoinhas (1964), Videira (1965), Caçador (1965) e Concórdia (1965). Foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Mondai em abril de 1966. Depois julgou também em Palmitos (1967), Dionísio Cerqueira (1967), Curitibaanos (1969), São José (1970) e Lages (1971). Na Comarca de Lages atuou na 1ª, na 2ª e na 3ª Vara Criminal e na 2ª Vara Cível.

Aposentadoria: 30/1/1990.

Falecimento: 8/11/2010.

Outros: é pai do desembargador José Maurício Lisboa.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/noticias/2457303/nota-de-falecimento-desembargador-jose-joaquim-lisboa>. Acesso em: 25 nov. 2022.

A Nação, Blumenau, ed. n. 142, p. 1, 25-11-1960.



Desembargador

José Mazoni Ferreira





José Mazoni Ferreira

Local e data de nascimento: São Sepé (RS), 29/1/1942.

Filiação: Manoel Leandro Ferreira e Joana Azambuja Pereira Ferreira.

Formação: Faculdade de Direito de Passo Fundo.

Experiência profissional: foi contador e advogado. Atuou como ouvidor judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Posse como desembargador: 18/4/2000.

Trajetória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura com a nomeação para o cargo de juiz substituto na Comarca de São Miguel do Oeste no ano de 1963. Nessa condição atuou também na Comarca de Seara (1974). Em 16/9/1980 foi promovido para o cargo de juiz de direito da Comarca de Braço do Norte. Judiciou nas Comarcas de Videira (1978), na 1ª Vara, Concórdia (1979), na 1ª Vara, e Criciúma (1980), na 1ª Vara Criminal. Já na Comarca de Blumenau (1996) optou por atuar na 1ª Vara Cível. Após, foi designado para o cargo de desembargador, chegando também a exercer a vice-presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Integrou a 2ª Câmara de Direito Civil.

Aposentadoria: 28/1/2012.

Outros: é pai da juíza de direito Érica Lourenço de Lima Ferreira.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

O Município, Brusque, ed. n. 3896, p. 1, 2-6-2008.



Desembargador

José Roberge





José Roberge

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 24/4/1930.

Filiação: Marciliano Acastro Roberge e Maria Mônia Roberge.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1955.

Experiência profissional: advogou por três anos no município de Ituporanga (SC). Em 1959 passou no concurso para promotor público.

Posse como desembargador: 21/3/1990.

Trajetória na magistratura catarinense: atuou como juiz substituto na Comarca de Rio do Sul (1961). Em 25/3/1964 foi promovido ao cargo de juiz de direito da Comarca de Dionísio Cerqueira. Judiciário nas Comarcas de Timbó (1967), Canoinhas (1970), Palhoça (1971) e Blumenau (1971), na 3ª e na 2ª Vara Cível. Em Blumenau atuou por 19 anos até chegar ao Tribunal de Justiça no ano de 1990, quando foi promovido por antiguidade. Como desembargador integrou a 2ª Câmara Criminal e a 2ª Câmara de Direito Civil, em diferentes momentos.

Aposentadoria: 9/2/2000.

Falecimento: 17/7/2018.

Outros: o pai de José Roberge, Marciliano Acastro Roberge, foi fiscal aduaneiro. José era trineto de Ambroise Alexander Michel Roberge, nascido em Lion-sûr-Mer, Normandia, França. Ambroise emigrou para o Brasil na primeira metade do século XIX e se instalou em Santo Antônio de Lisboa. Dois filhos de José Roberge seguiram carreira no meio jurídico: Paulo Roberge como procurador e Renato Roberge como magistrado. Esse juiz é, atualmente, juiz de 2º grau.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

TJSC. Nota de falecimento: desembargador aposentado José Roberge. Florianópolis, 17 jul. 2018.

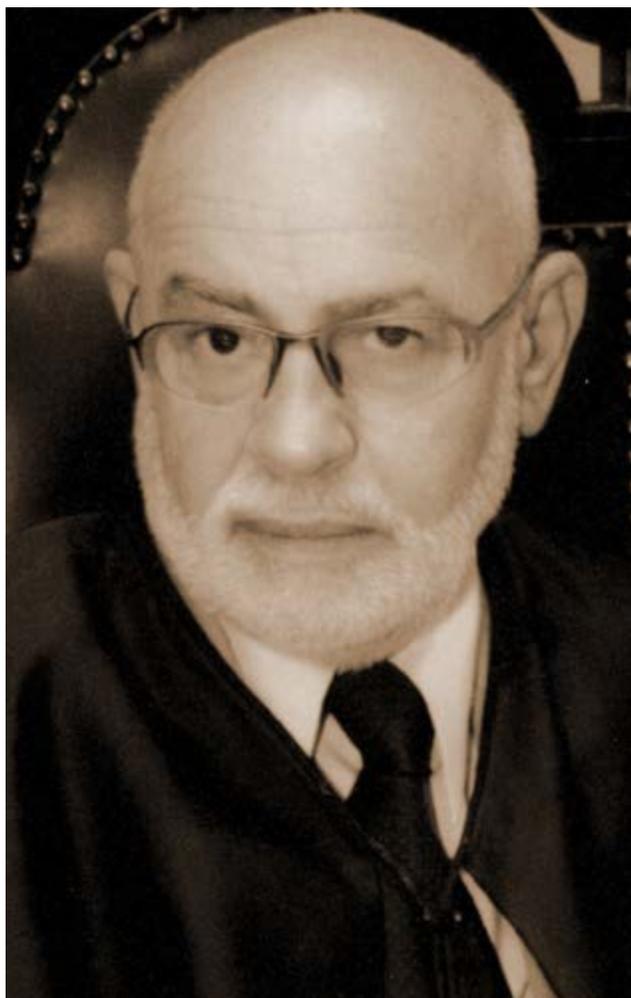
O Estado, Florianópolis, ed. n. 12341, p. 6, 10-12-1955.

Jornal O Judiciário - <https://tjscjusbr0.sharepoint.com/sites/PesquisaDesembargadores/Documentos%20Compartilhados/General/Deses%20AMC/Desembargador%20aposentado%20Jos%C3%A9%20Roberge.pdf?CT=1678472017530&OR=ItemsView>



Desembargador

José Trindade dos Santos





José Trindade dos Santos

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 27/5/1945.

Filiação: Francisco Vitor dos Santos e Olimpia Cordeiro dos Santos.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1971.

Experiência profissional: nna condição de presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina assumiu interinamente o Governo de Santa Catarina de 17 a 26 de julho de 2010, porque o titular, Leonel Pavan, viajou para o exterior, e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, concorreu em pleito eleitoral naquele ano.

Posse como desembargador: 2/8/1995.

Trajetória na magistratura catarinense: iniciou a magistratura em dezembro de 1972 na Comarca de Chapecó. Em 16/6/1976 foi promovido ao cargo de juiz de direito de Anita Garibaldi. Judiciou também em Urussanga (1979), 1ª Vara da Comarca de Xanxerê (1979), 1ª Vara de Joaçaba (1981) e 1ª Vara Cível de Tubarão. Permaneceu 12 anos na 1ª Vara Cível de Tubarão. Em 1995 foi promovido, por merecimento, para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, onde integrou as seguintes câmaras: 1ª e 4ª de Direito Civil e 2ª e 3ª de Direito Comercial. Ocupou os cargos de corregedor regional eleitoral, vice-presidente e presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (de março de 2007 a março de 2008). Atuou como corregedor-geral da Justiça em 2009. Foi membro do Conselho Gestor e do Conselho da Magistratura, quando, por fim, foi eleito para presidente do Tribunal de Justiça no biênio 2010-2012.

Aposentadoria: 26/5/2015.

Falecimento: 24/5/2022.

Outros: aposentou-se em 2015, com mais de 40 anos de magistratura.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.



MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia José Trindade dos Santos. 2022. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1379-Jose_Trindade_dos_Santos. Acesso em: 28 fev. 2023.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Santa Catarina. Nota de pesar: desembargador José Trindade dos Santos, ex-presidente do TRE-SC. Florianópolis, 24 jun. 2022.



Desembargador

José Volpato de Souza





José Volpato de Souza

Local e data de nascimento: Braço do Norte (SC), 12/3/1950.

Filiação: João José de Oliveira Souza e Augusta Volpato de Souza.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1976.

Experiência profissional: além de ter exercido diversos cargos durante sua carreira na magistratura, o desembargador lançou a obra *Serventias Extrajudiciais: Prática Correccional* em fevereiro de 2009 na cidade de Florianópolis.

Posse como desembargador: 30/1/2002.

Trajetória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura em 21/2/1979 como juiz substituto em Tijucas, quando em 3/4/1981 foi promovido para o cargo de juiz de direito da Comarca de Itaiópolis. Judiciou na 1ª Vara da Comarca de Canoinhas (1984) e na 1ª Vara Criminal, na 2ª Vara Cível e na Vara do Juiz Especial Cível da Comarca de Joinville (1987). No Tribunal de Justiça, depois de ser promovido ao cargo de desembargador, tornou-se membro efetivo do Tribunal Pleno e do Órgão Especial; além disso, era integrante da 4ª Câmara de Direito Público. Foi eleito para vice-corregedor-geral da Justiça em 16/2/2005 e em 24/2/2014 para vice-presidente. Como desembargador também atuou na 3ª Câmara de Direito Civil, na 3ª Câmara de Direito Comercial e na 1ª Câmara de Direito Civil.

Desligamento: 13/3/2014.

Falecimento: 13/3/2014, São Paulo (SP).

Outros: era casado com Sonia Maria Gil de Souza e pai de dois filhos, Solange e Marcelo (também juiz de direito). O velório do desembargador foi realizado no auditório do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e o sepultamento, no Jardim da Paz, em Florianópolis.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.



SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Ata n. 79 de sessão solene do Tribunal Pleno. Florianópolis, 2006.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Nota de falecimento: desembargador José Volpato de Souza. Jusbrasil. Florianópolis, 14 mar. 2014.

SANTA CATARINA. Tribunal Regional Eleitoral. Nota de falecimento: desembargador José Volpato de Souza. Jusbrasil. Florianópolis, 14 mar. 2014.





Leonardo Alves Nunes

Local e data de nascimento: Jaguaruna (SC), 6/11/1936.

Filiação: Manoel Júlio Nunes e Maria Leonardo Alves.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1965.

Experiência profissional: integrou a Comissão Diretora do Museu Anita Garibaldi, em Laguna (SC). Teve averbado em seu assentamento funcional o período de cinco anos e quatro meses de serviços prestados ao Estado e ao Exército Nacional. Prestou serviços ao Ginásio Lagunense.

Posse como desembargador: 31/8/1993.

Trajetória na magistratura catarinense: foi juiz substituto da Comarca da Capital (1968), na Vara dos Feitos da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho. No ano de 1969 assumiu a Vara de Menores, a 1ª Vara Criminal, a Vara da Família e Sucessões e a Vara de Menores, todas da comarca da Capital. Em 1969 foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Ponte Serrada. Judiciou nas Comarcas de Gaspar (1971), Dionísio Cerqueira (1971), São Lourenço do Oeste (1972) e São Miguel do Oeste (1972), na 2ª e na 1ª Vara de Campos Novos (1973), na 4ª Vara Cível da Comarca de Blumenau (1981) e na 2ª Vara Cível da Comarca da Capital (1982).

Aposentadoria: 24/1/1994.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

Estado, Florianópolis, ed. n. 15746, p. 8, 10-10-1967.

Estado, Florianópolis, ed. n. 16049, p. 2, 31-12-1968.

SANTA CATARINA, Universidade Federal de. Relação dos formandos do curso de direito do ano de 1965. Centro de Ciências Jurídicas. Florianópolis.



Luiz Carlos Cercato Padilha

Local e data de nascimento: Caxias do Sul (RS), 6/3/1947.

Filiação: Onesimo Sebben Padilha e Hilda Ida Sassi Cercato Padilha.

Experiência profissional: foi professor no Centro de Educação Superior de Blumenau – Cesblu, onde ministrou a disciplina de Direito Civil - parte geral e teoria geral do processo, e professor na Fundação Universidade Regional de Blumenau – Furb.

Posse como desembargador: 19/9/2001.

Trajatória na magistratura catarinense: ingressou como juiz substituto na Comarca da Capital (1979). Nessa condição atuou nas Comarcas de Lages (1979) e São Miguel do Oeste (1980). Em 1981 foi promovido ao cargo de juiz de direito da Comarca de São José do Cedro. Judiciou também na Comarca de Sombrio (1982), na 2ª Vara de Videira, na 1ª Vara de Joaçaba (1985) e na 3ª e na 4ª Vara Cível e na 1ª Vara Criminal de Blumenau (1990). No cargo de desembargador atuou na 2ª e na 3ª Câmara de Direito Comercial, de 2001 a 2003.

Aposentadoria: 31/3/2003.

Falecimento: 6/1/2006.

Outros: o Fórum de Catanduvas recebeu o nome do desembargador Luiz Carlos Cercato Padilha em sua homenagem. Era casado com Berenice Bernadete Brehm Padilha.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

Veredicto: boletim informativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Florianópolis, ed. n. 23, 7-5-2008.

Desembargador

Luiz Carlos Freyesleben





Luiz Carlos Freyesleben

Local e data de nascimento: Herval d'Oeste (SC), 10/1/1943.

Filiação: Alberto Jorge Freyesleben e Francisca de Melo Freyesleben.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1971.

Experiência profissional: trabalhou desde os 13 anos no jornal do pai como gráfico, paginador, repórter e cobrador de anúncios. Integrou a Polícia da Aeronáutica. Foi aprovado em concurso para escrivão do Instituto Nacional da Previdência Social. Quatro meses depois de se formar foi aprovado em concurso público para promotor do Ministério Público estadual. Foi procurador de justiça e membro do Conselho Superior do Ministério Público. Durante os anos de Ministério Público também ministrou aulas de literatura e língua portuguesa em diversas escolas pelo interior do estado e dedicou-se à Fundação Universitária do Oeste Catarinense, atual Universidade do Oeste de Santa Catarina. Na Capital lecionou e dirigiu por duas vezes a Escola Superior da Magistratura na década de 1990. Foi o criador da biblioteca e da cantina dessa instituição.

Posse como desembargador: 14/6/2002.

Trajetória na magistratura catarinense: tornou-se desembargador por meio do quinto constitucional, em vaga oriunda do Ministério Público. No Tribunal de Justiça de Santa Catarina atuou na 2ª Câmara de Direito Civil.

Aposentadoria: 9/1/2013.

Outros: ao mesmo tempo em que estudava direito emprestava sua voz nas horas vagas à banda Os Moognatas, que desbravou o estado tocando em bailes nos finais de semana. Dessa experiência nasceu um gosto por programas de calouros que o acompanhou a vida toda. Quando atuava como promotor no interior de Joaçaba, criou um programa em uma rádio local para responder a perguntas dos ouvintes, com a intenção de levar informações sobre direito aos moradores da região. Nos momentos em que estava no ar usava o pseudônimo Alberto Júnior, em alusão ao pai. O pai de Luiz Carlos, Alberto Jorge Corcoróca Freyesleben, foi 4º escrivão do Tesouro e escrivão em Biguaçu, em 1912. Em 1918, Alberto Jorge Corcoróca Freyesleben aparece em um alistamento eleitoral no município de



Florianópolis, como jornalista. A avó de Luiz Carlos, Angélica Adélia Corcoróca, era filha de Joaquim José de Souza Corcoróca, primeiro diretor da colônia alemã de Santa Isabel, no caminho entre a Ilha de Santa Catarina e Lages, e diretor da colônia nacional de Angelina, no mesmo caminho. Angélica casou-se com Anton Freyesleben, nascido em Viena, Áustria. Casado com Glória Ribeiro Freyesleben, possui dois filhos, o magistrado Luiz Eduardo Ribeiro Freyesleben e a servidora Priscila Ribeiro Freyesleben.

Fontes:

Fichas funcionais TJSC.

Jornal da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), texto de Eduardo Nascimento.



Desembargador

Luiz César Medeiros





Luiz César Medeiros

Local e data de nascimento: Joinville (SC), 9/5/1955.

Filiação: Francisco da Silveira Medeiros e Joaquina Barbi Medeiros.

Formação: Universidade do Vale do Itajaí, 1979. Especialização em Metodologia do Ensino Superior, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS), 1990. Mestrado em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí, 2002.

Experiência profissional: lecionou matérias do curso de direito em diversas instituições de ensino. Atuou como promotor público.

Posse como desembargador: 6/9/2000.

Trajetória na magistratura catarinense: tornou-se desembargador por meio do quinto constitucional, em vaga oriunda do Ministério Público. No tribunal de Justiça de Santa Catarina atuou na 2ª Câmara de Direito Público, na 3ª Câmara de Direito Público e na 5ª Câmara de Direito Civil. Atuou na Corregedoria-Geral. Assumiu a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina em 21/5/2012, permanecendo até 6/2/2013.

Outros: durante sua gestão foram realizadas as eleições de 2012. Seu pai também foi advogado. É professor da Escola Superior da Magistratura Catarinense - Esmesc, Escola de Preparação e Aperfeiçoamento do Ministério Público - Epampsc e Associação Catarinense de Ensino – Faculdade de Direito de Joinville – Curso de Pós-graduação “lato sensu”, especialização em Direito Civil.

Fontes:

https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/memoria/apresentacao_resumida/Presidente_49.pdf

<https://www.escavador.com/sobre/2025937/luiz-cezar-medeiros>

Correio do Povo, Jaraguá do Sul, ed. n. 3395, p. 2, 5 a 11-7-1986.

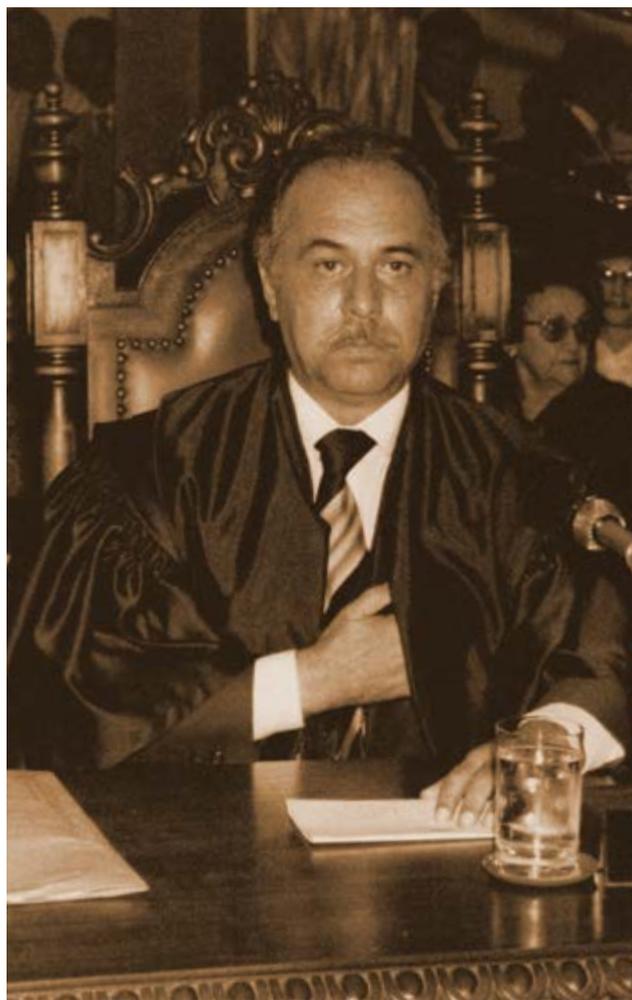
O Município, Brusque, ed. n. 5777, p. 5, 25-6-2015.

<https://www.escavador.com/sobre/2025937/luiz-cezar-medeiros>



Desembargador

Márcio Souza Batista da Silva





Márcio Souza Batista da Silva

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 14/11/1933.

Filiação: Ildefonso Batista da Silva e Norma de Souza Batista.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1958.

Posse como desembargador: 5/6/1985.

Trajatória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura como juiz substituto da Comarca de Chapecó em 27/8/1962. Ainda como juiz substituto atuou em Criciúma. Foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Xaxim em 17/8/1964. Atuou também em Balneário Camboriú (1966), Orleans (1967) e Campos Novos (1970), na 2ª Vara de Joaçaba (1971), na 2ª e na 1ª Vara de Tubarão e na 3ª Vara Cível da Capital (1976). Promovido ao cargo de desembargador em 1985.

Aposentadoria: 10/3/1994.

Falecimento: 30/3/1995.

Fontes:

Ficha funcional do TJSC.

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/244274/Cat%C3%A1logo%20Faculdade%20de%20Direito.pdf?sequence=1>



Desembargador

Marco Aurélio Gastaldi Buzzi





Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Local e data de nascimento: Timbó (SC), 4/2/1958.

Filiação: Gelindo Sebastião Buzzi e Apolônia Gastaldi Buzzi.

Formação: Universidade do Vale do Itajaí, 1980. Tem pós-graduação em Instituições Jurídico-Políticas (1986) pela UFSC e UNOESC, em Direito do Consumo na Universidade de Coimbra (2002) e em Gestão e Controle do Setor Público pela UDESC (2009), além de mestrado em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (2001).

Experiência profissional: exerceu atividades como repórter do jornal A Nação e na direção e administração do Jornal do Povo, em 1978. Em 1979, ocupava o cargo de assessor municipal de imprensa da Prefeitura Municipal de Itajaí. Já de 1980 a 1981 exerceu a advocacia. Ainda em 1981 atuou como diretor do jornal A Tribuna. Quanto às atividades docentes, lecionou em diversos cursos de Direito, como o Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Escola de Direito de Brasília e Universidade do Vale do Itajaí.

Posse como desembargador: 11/12/2002.

Trajetória na magistratura catarinense: em 1982 ocupou o cargo de juiz substituto da Comarca de Joinville. De 1984 a 1985, como juiz de direito atuou na Comarca de Seara. De 1985 a 1986 atuou na Comarca de Dionísio Cerqueira. Em 1987 foi promovido para a 2ª Vara da Comarca de São Joaquim, optando pela 1ª Vara da mesma comarca. De 1988 a 1991 atuou na 2ª Vara de Concórdia. De 1991 a 1993 atuou na 3ª Vara Cível da Comarca de Itajaí. Em 1993 foi removido para o cargo de 4º juiz especial da Comarca da Capital e em 1994 voltou a atuar em Itajaí. Como desembargador atuou na 1ª e na 3ª Câmara de Direito Comercial.

Desligamento: 5/9/2011.

Outros: foi aprovado em primeiro lugar no concurso de ingresso na magistratura catarinense em 1982. Durante a graduação, presidiu o Diretório Acadêmico Desembargador Henrique da Silva Fontes entre 1978 e 1979. Foi presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) no biênio 1998-1999. Foi também coordenador dos juizados especiais de Santa Catarina (2004-2010), secretário-geral (2006-2007) e presidente (2009-2010) do FONAJE – Fórum



Nacional de Juizados Especiais, além de coordenador nacional do Movimento pela Conciliação de 2006 a 2009. Foi nomeado em agosto de 2011 para ministro do STJ, em vaga destinada a membro de tribunal de justiça estadual. Integrou o Comitê Executivo do Movimento pela Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e presidiu o Comitê Especial para Implementação do Manual dos Juizados Especiais no CNJ. É casado com Katcha Valesca de Macedo Buzzi.

Fontes:

<https://www.cjf.jus.br/cjf/composicoes/marco-aurelio-gastaldi-buzzi>

https://www.stj.jus.br/web/verCurriculoMinistro?cod_matriculamin=0001212

<https://www.escavador.com/sobre/4094420/marco-aurelio-gastaldi-buzzi>



Desembargador

Marcus Túlio Sartorato





Marcus Túlio Sartorato

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 9/11/1947.

Filiação: Pedro João Sartorato e Maurília Hoog Sartorato.

Posse como desembargador: 12/12/2002.

Trajetória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura em 1980, tendo atuado nas Comarcas de Curitiba (1981), Lages (1983), Guaramirim (1983) e Biguaçu (1983), na 2ª Vara de Caçador (1985), na Vara Criminal e dos Feitos da Fazenda Pública, na 3ª Vara Cível e na Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude da Comarca de Tubarão (1988). Foi também vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Como desembargador atuou na 3ª Câmara de Direito Civil e integrou o Órgão Especial.

Desligamento: 12/12/2021.

Falecimento: 12/12/2021.

Outros: como desembargador foi designado para presidir o Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em 2006.

Fontes:

Fichas funcionais TJSC.

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/luto-na-justica-catarinense-desembargador-marcus-tulio-sartorato-falece-na-capital?redirect=%2F>



Desembargador

Maria do Rocio Luz Santa Ritta





Maria do Rocio Luz Santa Ritta

Local e data de nascimento: Joinville (SC), 3/10/1960.

Filiação: Ernani A. Santa Ritta e Marylda Luz Santa Ritta.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1982.

Experiência profissional: exerceu a advocacia por cerca de dois anos, em 1983 e 1984.

Posse como desembargadora: 8/3/2005.

Trajatória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura em 1985 como juíza substituta do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, atuando em diversas comarcas do estado. Em 1987 foi promovida a juíza de direito e julgou nas Comarcas de Itapiranga e Dionísio Cerqueira (1988), na 2ª Vara de Biguaçu (1988), na 1ª Vara Criminal de Chapecó (1990) e como 1ª juíza especial da Comarca da Capital, optando pela 4ª Vara Criminal (1993). Atuou também na 6ª Vara Cível em 1996. Foi juíza eleitoral em diversas zonas eleitorais, na categoria juíza de direito. Em novembro de 2000 foi para o Tribunal de Justiça, onde exerceu o cargo de juíza substituta de segundo grau até 2/2/2005, quando foi eleita para desembargadora pelo Tribunal Pleno. Atuou na 1ª e na 2ª Câmara de Direito Comercial, na 1ª Câmara de Direito Civil e na 3ª Câmara de Direito Civil. Em 30/8/2022 foi eleita para presidente da 3ª Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Outros: ao assumir como presidente da 3ª Câmara de Direito Civil, tornou-se a sexta representante feminina a comandar sessões de um órgão fracionário da Corte estadual (TJSC, 2022).

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

Gabinete da Desembargadora.

SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça de. Desa. Maria do Rocio assume presidência da 3ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de SC. Florianópolis, 30 ago. 2022.

<https://www.tre-sc.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/novos-presidente-e-vice-sao-eleitos-no-tre-sc>



Desembargador

Maurílio Moreira Leite





Maurílio Moreira Leite

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 29/9/1935.

Filiação: Manfredo Silveira Leite e Nathalia Moreira Leite.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1965.

Experiência profissional: foi professor de sociologia da Escola Normal Prof. Lauro Locks, em Braço do Norte (SC). De 1976 a 1978 atuou na docência da Universidade Federal de Santa Catarina, lecionando a disciplina de direito processual penal. Foi diretor da Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense. Atuou como promotor público nas Comarcas de Braço do Norte, Palmitos, São Joaquim, Xanxerê, Brusque, Chapecó, Criciúma e Capital. Foi promovido, por merecimento, para o cargo de procurador de justiça em 20/11/1979. Também acumulava as funções no Ministério Público Eleitoral.

Trajetória na magistratura catarinense: Foi nomeado para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público.

Posse como desembargador: 2/7/1999.

Aposentadoria: 29/9/2005.

Outros: foi aprovado em primeiro lugar no concurso de ingresso à carreira do Ministério Público em 7/7/1966. O pai de Maurílio, Manfredo Silveira Leite, era chefe de seção do Tribunal Regional Eleitoral e trabalhou no Diretoria de Obras Pública do Estado de Santa Catarina.

Fontes:

Fichas funcionais TJSC.

Centro de Ciências Jurídicas da UFSC.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 12555, p. 3, 29-9-1956.



Desembargador

Napoleão Xavier do Amarante





Napoleão Xavier do Amarante

Local e data de nascimento: Videira (SC), 2/12/1939.

Filiação: Joaquim Amarante e Agueda Ferreira da Silva.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1964.

Experiência profissional: no ano de 1967 atuou como promotor público da Comarca de Rio do Sul. Em 1971 ocupou o cargo de professor no Curso Preparatório de Ingresso na Magistratura e Ministério Público, lecionando a disciplina de direito processual penal. Ocupou o cargo de procurador-geral do Estado de 1975 a 1979.

Posse como desembargador: 25/4/1979.

Trajatória na magistratura catarinense: tornou-se desembargador por meio do quinto constitucional, em vaga oriunda do Ministério Público. De 19/4/1991 a 21/2/1992 exerceu o cargo de presidente do TRE-SC. Atuou como corregedor-geral da Justiça de 1º/3/1992 a 1º/3/1994. Foi presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de 1º/3/1996 a 2/2/1998.

Aposentadoria: 11/5/1999.

Outros: sob sua gestão, o TRE, em parceria com a UFSC e a Univali, organizou a primeira votação totalmente informatizada da América Latina, a consulta plebiscitária sobre a emancipação do distrito de Cocal (atual Cocal do Sul) do município de Urussanga. Atualmente advoga com seu irmão Aldemar Gabriel do Amarante. É escritor. É sucessor da cadeira n. 29 da Academia Catarinense de Letras. O pai de Napoleão participou do processo de emancipação de Videira.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

A Nação, Blumenau, ed. n. 507, p. 3, 24-8-1967.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 16573, p. 9, 14-2-1971.

MPSC. Procuradores de justiça que já chefiaram o MPSC.
Procuradoria-Geral de Justiça.



Academia Catarinense de Letras. Biografia.

Academia Catarinense 100 anos de letras, de Celestino Sachet.
coleção ACL n. 45, 2020, p. 195



Desembargador

Nauro Luiz Guimarães Collaço





Nauro Luiz Guimarães Collaço

Local e data de nascimento: Tubarão (SC), 15/7/1928.

Filiação: João Luiz Collaço e Maria Conceição Guimarães Collaço.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1954.

Experiência profissional: presidiu o Diretório Acadêmico no biênio 1952-1953. Advogou para o Sindicato dos Mineiros de Criciúma nos anos de 1955 e 1956.

Posse como desembargador: 6/6/1979.

Trajectoria na magistratura catarinense: foi juiz substituto da Comarca de Blumenau, onde assumiu em 3/12/1957. Passou a ser juiz de direito da Comarca de Mondaí em 20/5/1959. Depois atuou também nas Comarcas de Turvo (1962), São Joaquim (1963), Orleans (1963), Concórdia (1965) e Laguna (1966), na 2ª Vara Criminal de Lages (1967) e finalmente na 3ª Vara Cível da Capital (1971). No Tribunal de Justiça, como juiz substituto e como desembargador, atuou na 3ª Câmara Civil. Também atuou na Câmara Criminal. Foi presidente do TRE-SC, em 1990. Em março de 1992 assumiu o cargo de vice-presidente do Tribunal de Justiça. Entre 1994 e 1995 foi corregedor-geral da Justiça.

Aposentadoria: 3/1/1995.

Falecimento: 21/5/2017.

Outros: foi secretário e presidente da AMC. Nauro possuía dois sobrinhos na magistratura catarinense: o desembargador Rodrigo Tolentino Carvalho Collaço e a juíza de direito Mônica Bonelli Paulo.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/noticias/460992643/nota-de-falecimento-desembargador-aposentado-nauro-luiz-guimaraes-collaco>



Desembargador

Nelson Juliano Schaefer Martins





Nelson Juliano Schaefer Martins

Local e data de nascimento: Tubarão (SC), 8/1/1955.

Filiação: Nelson Antunes Martins e Therezinha do Menino Jesus Schaefer Martins.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1978. Especialização em direito civil na Universidade do Vale do Itajaí, 1989. Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

Experiência profissional: de 1973 a 1979 foi servidor da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). Foi promotor de justiça substituto do Ministério Público de Santa Catarina (1980). Em 2014 assumiu duas vezes interinamente o cargo de governador de Santa Catarina.

Posse como desembargador: 30/1/2002.

Trajatória na magistratura catarinense: iniciou a carreira da magistratura em 1981 como juiz substituto na Comarca de Concórdia. Em 1983 foi promovido a juiz de direito na Comarca de Seara. Posteriormente desempenhou trabalhos nas Comarcas de Guaramirim (1983) e Indaial (1983), na 1ª Vara Cível de Balneário Camboriú (1986), em Tubarão (1988), na 3ª Vara Cível de Blumenau (1991) e na Capital (1996). Foi promovido, por merecimento, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no ano de 2001. Atuou como vice-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina entre 1º/2/2008 e 31/1/2010. Foi presidente do Tribunal de 2014 a 2016. Como desembargador integrou a 2ª Câmara de Direito Civil, a 2ª Câmara de Direito Comercial e a 2ª e a 4ª Câmara de Direito Público.

Aposentadoria: 1º/8/2016.

Outros: ocupou a cadeira n. 28 da Academia Catarinense de Letras Jurídicas. Em sua gestão registrou passagem interina como governador do Estado. Integrou ainda lista tríplice para ocupar vaga de ministro no Superior Tribunal de Justiça. Recebeu o título de cidadão honorário de Blumenau (2015), a Medalha Anita Garibaldi (2014) e a Medalha do Mérito Judiciário, no grau de mérito especial (2003).



Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Nelson Schaefer Martins. 2022. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1381-Nelson_Schaefer_Martins. Acesso em: 14 fev. 2023.

ACALEJ. Nelson Schaefer Martins. Florianópolis, 2022.

SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça de. Ex-presidente, des. Nelson Schaefer Martins é homenageado pelo Tribunal de Justiça. Jusbrasil. Florianópolis, 28 jul. 2016.



Desembargador

Nestor José da Silveira





Nestor José da Silveira

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 26/4/1939.

Filiação: Carlos Nestor da Silveira e Otilia da Silveira.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1965.

Experiência profissional: trabalhou em uma empresa de terraplanagem entre 1960 e 1961, na Caixa Econômica Federal de 1961 a 1967 e entre 1967 e 1968 no Ministério Público Estadual. Exerceu a advocacia em seu escritório, Nestor Silveira Advocacia e Consultoria.

Posse como desembargador: 22/12/1989.

Trajatória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura como juiz substituto em Joaçaba em novembro de 1968. Em janeiro de 1969 foi promovido a juiz de direito da Comarca de Xaxim. Depois atuou também em Guaramirim (1970), Palmitos (1971), Concórdia (1972), 4ª e 1ª Vara Cível de Joinville (1978) e Vara da Fazenda da Comarca da Capital (1982). Como desembargador atuou na 1ª e na 2ª Câmara de Direito Civil.

Aposentadoria: 8/4/1996.

Falecimento: 29/7/2021, Balneário Camboriú (SC).

Outros: foi presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses entre os anos de 1993 e 1995.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

TJSC. Nota de falecimento: desembargador aposentado Nestor José da Silveira. Florianópolis, 29 jul. 2021.

Histórias de vida: os procuradores-gerais / organizado por Gunter Axt. Florianópolis: PGJ. CEAF, 2011. 246 p. (Histórias de vida; v. 1.)

UFSC. Relação dos formandos do curso de direito do ano de 1965. Florianópolis, 1932.



Desembargador

Newton Trisotto





Newton Trisotto

Local e data de nascimento: Ituporanga (SC), 2/9/1948.

Filiação: Lívio Trisotto e Martha Lúcia Trisotto.

Formação: Faculdade de Direito da Fundação Regional de Blumenau, 1972.

Experiência profissional: foi professor de direito civil da Faculdade de Direito de Joinville, professor de direito civil da Escola do Ministério Público de Santa Catarina e professor de direito processual civil e vice-diretor da Escola da Magistratura do Estado de Santa Catarina.

Posse como desembargador: 19/3/1997.

Trajetória na magistratura catarinense: iniciou sua carreira na magistratura como juiz substituto da Comarca de Indaial (1976). Em 1979 é promovido para juiz de direito da Comarca de Anita Garibaldi. Nessa condição ainda atuou na Comarca de Maravilha (1979), na 2ª Vara da Comarca de São Miguel do Oeste (1980), na Comarca de Concórdia (1980) e na 1ª Vara Cível da Comarca de Joinville (1985). Em julho de 1994 foi nomeado para juiz de direito substituto de segundo grau. Exerceu o cargo de corregedor-geral da Justiça do Estado de Santa Catarina no biênio 2006-2008. De abril de 2008 a março de 2009 exerceu o cargo de juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Atuou como vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina de março de 2009 a março de 2010. Em março de 2010 assumiu o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, permanecendo até março de 2011.

Aposentadoria: 13/2/2019.

Outros: durante sua gestão na Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, foram realizadas as eleições de 2010. Atuou como ministro convocado no Superior Tribunal de Justiça.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

https://www.stj.jus.br/internet_docs/ministros/curriculos//Curriculo_Newton_Trisotto.pdf



Desembargador

Nicanor Calírio da Silveira





Nicanor Calírio da Silveira

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 2/1/1947.

Filiação: Calírio Gregório da Silveira e Normandina Izolina da Silveira.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1974.

Posse como desembargador: 8/10/2003.

Trajatória na magistratura catarinense: iniciou sua carreira na magistratura como juiz substituto na Comarca de Itajaí em 1981. Três anos após foi promovido ao cargo de juiz de direito com atuação em São Domingos. Posteriormente atuou na Comarca de Mondaí (1985), na 1ª Vara de Xanxerê (1986), na Vara da Fazenda Pública, Família e Menores de Balneário Camboriú (1988), na 2ª Vara Cível da Comarca de Tubarão (1989), na 2ª Vara Cível de Itajaí (1991) e por último na Capital (1993), no cargo de 5º juiz especial e tempos depois no de 1º juiz especial e na 2ª Vara da Fazenda Pública. Atuou na Corregedoria-Geral da Justiça como juiz corregedor auxiliar. Como desembargador atuou na 1ª Câmara de Direito Público.

Desligamento: 9/1/2007.

Falecimento: 9/1/2007.

Outros: o magistrado integrou o Conselho de Administração e ocupou o cargo de ouvidor da Justiça catarinense.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

<http://www.amc.org.br/novo/post-amc-678803/>

O Estado, Florianópolis, ed. n. 17415, 8-12-1973.



Desembargador

Norberto Ulysséa Ungaretti





Norberto Ulysséa Ungaretti

Local e data de nascimento: Laguna (SC), 15/5/1936.

Filiação: Gil Ungaretti e Otilia Ulysséa Ungaretti.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1960.

Experiência profissional: iniciou sua carreira profissional aos 20 anos de idade como secretário particular do governador Jorge Lacerda (1956-1958). Em 1958 foi nomeado para subchefe da Casa Civil, cargo que exerceu até janeiro de 1961. Foi candidato ao cargo de vereador pela União Democrática Nacional em 1963, sendo eleito e obtendo entre os candidatos de todos os partidos a melhor votação no Centro de Florianópolis. Durante o ano de 1965 chegou a presidir a Câmara Municipal, foi eleito por unanimidade para exercer a função e reeleito em 1966. O fato ocorrido ficou marcado como a primeira vez na história da câmara em que todos os partidos se uniram para eleger um presidente. Renunciou à presidência em outubro de 1966, por ter sido nomeado para exercer o cargo de secretário do Interior e Justiça na administração do governador Ivo Silveira, permanecendo na função durante cinco anos. Presidiu a comissão que elaborou o projeto de constituição de Santa Catarina em 1967 e a Lei Orgânica dos Municípios no ano seguinte. Foi consultor jurídico e procurador fiscal do Estado. Foi assessor especial do governador Jorge Bornhausen em 1978, tendo permanecido na função durante o governo de Esperidião Amin, a partir de 1983. Lecionou por 36 anos ininterruptos na Universidade Federal de Santa Catarina. Exerceu de 1986 a 1994 a direção da Escola Superior da Magistratura.

Posse como desembargador: 16/5/1984.

Trajatória na magistratura catarinense: tornou-se desembargador por meio do quinto constitucional, em vaga oriunda da OAB. Foi o candidato mais votado na lista organizada pelos desembargadores e foi nomeado para o cargo pelo então governador Esperidião Amin.

Aposentadoria: 2/10/1990.

Falecimento: 9/1/2014.



Outros: foi historiador (sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina), autor de Laguna: um Pouco do Passado (2002), membro e vice-presidente da Academia Catarinense de Letras, onde ocupava, como sucessor, a cadeira n. 40. Foi agraciado com a Medalha Anita Garibaldi pelo Governo do Estado, com a Ordem do Mérito Judiciário pelo Tribunal de Justiça, com a Medalha Castorina Lobo de São Thiago pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, com a Medalha do Mérito do Município de Florianópolis e com o título de cidadão florianopolitano pela Câmara Municipal da Capital. Estava preparando a biografia de Jerônimo Coelho, fundador da imprensa e da Maçonaria em Santa Catarina, quando faleceu.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

Academia Catarinense 100 anos de letras, de Celestino Sachet. coleção ACL n. 45, 2020, p. 249-250

https://pt.wikipedia.org/wiki/Norberto_Ungaretti

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/jornalista-lanca-livro-sobre-a-vida-e-obra-do-desembargador-do-tjsc-norberto-ungaretti>

Desembargador

Orli de Ataíde Rodrigues





Orli de Ataíde Rodrigues

Local e data de nascimento: Lages (SC), 1º/10/1938.

Filiação: Celso Rodrigues e Edeala de Ataíde Rodrigues.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1969.

Experiência Profissional: antes de ingressar na magistratura atuou como técnico em contabilidade e advogado.

Posse como desembargador: 21/6/1995.

Trajetória na magistratura catarinense: em maio de 1972 foi juiz substituto da Comarca de Criciúma. Em 1º/8/1974 foi nomeado para juiz de direito na Comarca de Sombrio. Posteriormente julgou também em Pomerode (1978), Mondai (1978), 2ª Vara de Canoinhas (1979), Mafra (1980) e 3ª e 2ª Vara Cível de Criciúma (até 1987). Ocupou o cargo de 3º vice-presidente do Tribunal de Justiça de maio de 2005 a fevereiro de 2006. De março de 2006 a março de 2007 foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral. No cargo de desembargador atuou na 1ª Câmara de Direito Civil e na 2ª Câmara de Direito Público.

Aposentadoria: 1º/10/2008.

Falecimento: 27/7/2020.

Outros: teve registrado um elogio em sua ficha funcional pelo presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que considerou “de relevante valor o extraordinário e zeloso trabalho voluntário executado no 2º Mutirão da Conciliação e da Cidadania realizado nos dias 31/7 e 1º/8/2004 na comarca de Blumenau”.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/memoria/apresentacao_resumida/Presidente_42.pdf

Centro de Ciências Jurídicas da UFSC.



Desembargador

Osny Caetano da Silva





Osny Caetano da Silva

Local e data de nascimento: Curitiba (SC), 6/4/1930.

Filiação: Juvenal Caetano da Silva e Rosalina Rosa da Silva.

Formação: Universidade Federal do Paraná, 1954.

Experiência profissional: de 1952 a 1956 advogou. Durante o ano de 1956 prestou serviços à Prefeitura Municipal de Curitiba.

Posse como desembargador: 28/7/1976.

Trajetória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura como juiz substituto da Comarca de Mafra no final de 1956. No ano seguinte foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Xanxerê. Atuou também nas Comarcas de Urussanga (1957), Campos Novos (1961), Ibirama (1963), Porto União (1963) e Caçador (1963), na 1ª Vara de Rio do Sul (1966) e na 1ª Vara de Substituição da Capital (1974). Em dezembro de 1983 foi eleito para vice-presidente do Tribunal de Justiça. De 1988 a 1990 foi corregedor-geral da Justiça.

Aposentadoria: 3/8/1990.

Falecimento: 17/7/1992.

Outros: foi homenageado com a denominação do Fórum da Comarca de Pomerode (SC). No anfiteatro da Faculdade de Administração de Empresas do Alto Vale do Itajaí, a Câmara Municipal de Rio do Sul realizou sessão solene onde foi conferido ao desembargador Osny Caetano da Silva o título de cidadão rio-sulense.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados, Curitiba, ed. n. 5962, p. 2, 10-5-1975.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2005. 206 p., p. 128. Textos e edição Orivalda Lima Silva.



Desembargador

Paulo Benjamin Fragoso Gallotti





Paulo Benjamin Fragoso Gallotti

Local e data de nascimento: Canoinhas (SC), 3/3/1945.

Filiação: José do Patrocínio Gallotti e Maria Fragoso Gallotti.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1969.

Experiência profissional: nos anos de 1969 e 1970 exerceu a advocacia em Florianópolis. De agosto de 1970 a outubro de 1971 foi assessor judiciário no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Foi professor de direito processual penal na Fundação de Ensino do Polo Geoducacional do Vale do Itajaí, em Itajaí (1979 a 1981), e na Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (1988 e 1989).

Posse como desembargador: 7/4/1995.

Trajetória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura na Comarca de Rio do Sul (1971). Apenas dois meses depois se tornou juiz de direito da Comarca de Taió. Judiciou também em Xaxim (1975), Balneário Camboriú (1977), 2ª Vara da Comarca de Rio do Sul (1979) e como 1º juiz especial da Comarca da Capital (1987), optando pela 1ª Vara Criminal da mesma comarca, e em 1992 optou pela Vara de Execuções Penais. Em 1988 foi suplente no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, na classe de juiz de direito. Como desembargador atuou na 2ª e na 1ª Câmara de Direito Civil e na 1ª Câmara Criminal.

Aposentadoria: 30/6/1999.

Outros: em todas as comarcas onde serviu como juiz de direito, atuou também como juiz eleitoral. Também se dedicou às associações de magistrados. Nos anos de 1988 e 1989 foi diretor da Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC e nesse período, por indicação da entidade e do Tribunal de Justiça, prestou assessoria nos trabalhos de elaboração da Constituição Estadual de Santa Catarina. Foi presidente da AMC por dois biênios consecutivos, de 1990 a 1991 e de 1992 a 1993. Foi vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) no biênio 1992-1993 e presidente da AMB no biênio 1994-1995. Em 30/6/1999 se tornou ministro do Superior Tribunal de Justiça. Nesse tribunal foi presidente da 6ª Turma (2004-2006) e da 3ª Seção (2008-2009),



membro da Corte Especial, da Comissão de Regimento Interno, do Conselho de Administração e do Conselho da Justiça Federal. Aposentou-se em 1º/8/2009. É sobrinho de Luís d'Assunção Gallotti, que foi deputado estadual de Santa Catarina, procurador-geral da República e ministro do Supremo Tribunal Federal, e primo de Luiz Octavio Pires e Albuquerque Gallotti, que foi ministro do Tribunal de Contas da União e ministro do Supremo Tribunal Federal. Foi agraciado com a ordem do mérito militar, no grau comendador.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

www.stj.jus.br

www.pt.wikipedia.org

www.migalhas.com.br

Centro de Ciências Jurídicas da UFSC.

Desembargador

Pedro Manoel Abreu





Pedro Manoel Abreu

Local e data de nascimento: Santo Amaro da Imperatriz (SC), 5/1/1950.

Filiação: Manoel João de Abreu e Elvina Inês Garcia de Abreu.

Formação: formou-se em filosofia em 1971 e em direito em 1973 na Universidade Federal de Santa Catarina. Na mesma instituição cursou mestrado e doutorado em direito, finalizados em 2002 e 2008 respectivamente. Concluiu pós-doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2015.

Experiência profissional: lecionou no Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí, no Curso de Especialização em Processo Civil e Sociologia Judiciária da Academia Judicial e na Universidade Regional de Blumenau.

Posse como desembargador: 15/5/1995.

Trajatória na magistratura catarinense: iniciou a magistratura em 1975, quando foi nomeado para exercer o cargo de juiz substituto em 20/10/1975, e atuou na 21ª e na 11ª Circunscrição Judiciária, com sede nas Comarcas de Palmitos e Rio do Sul respectivamente. Promovido a juiz de direito em 30/10/1978, atuou nas Comarcas de Pinhalzinho (1978) e Gaspar (1979), na 2ª Vara de São Miguel do Oeste (1979), na 2ª Vara de Curitibaanos (1980), na 2ª Vara de Joaçaba (1983), na 1ª Vara Cível de Blumenau (1985) e como 1º juiz especial da Comarca da Capital (1990). Como juiz na Comarca da Capital atuou na 4ª Vara Cível. Em 1992 se tornou juiz corregedor e dois anos mais tarde passou a ser juiz de segundo grau. Integrou os quadros do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e ocupou os postos de corregedor-geral e de vice-presidente. Em 1995 foi nomeado para exercer o cargo de desembargador, chegando a exercer também a presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de 1º/2/2006 a 1º/2/2008. Atuou na 2ª Câmara de Direito Comercial, na 3ª Câmara de Direito Público, na 2ª Câmara Criminal e na 1ª Câmara de Direito Público.

Outros: quando ocupou o cargo de presidente do TJSC, assumiu interinamente o Governo de Santa Catarina de 7 a 14/7/2006, na ausência do titular, Eduardo Pinho Moreira.



Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça de. Ata n. 79 de sessão solene do Tribunal Pleno. Florianópolis, 2006.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Pedro Manoel Abreu. 2022. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1376-Pedro_Manoel_Abreu. Acesso em: 15 fev. 2023.



Desembargador

Protásio Leal Filho





Protásio Leal Filho

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 28/6/1923.

Filiação: Protásio Leal e Jandira Lopes Leal.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1951.

Experiência profissional: em 1944 foi nomeado para o cargo de escrevente juramentado da Escrivania de Paz do 1º Distrito de Florianópolis. De acordo com o art. 15, item 1, do Decreto-Lei n. 372, de 28 de outubro de 1941, foi nomeado em 1946 pelo interventor federal para exercer o cargo em comissão de oficial do Gabinete da Secretaria da Viação, Obras Públicas e Agricultura. Advogou em Rio do Sul (SC) em 1955.

Posse como desembargador: 1º/9/1980.

Trajetória na magistratura catarinense: em 1958 foi aprovado no concurso de juiz substituto para a Comarca de Rio do Sul. Em 1959 foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Palmitos. Judiciou nas Comarcas de Capinzal (1964) e Caçador (1966), na 2ª Vara de Joaçaba (1969), na 2ª Vara de Blumenau (1971), na Vara da Família da Comarca da Capital (1973) e na 2ª Vara Cível (1974).

Aposentadoria: 19/7/1993.

Falecimento: 23/11/2004.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

Folha Acadêmica, Florianópolis, ed. n. 20, p. 7, junho de 1947.

Folha Acadêmica, Florianópolis, ed. n. 37, p. 6, 11-2-1952.

A Voz de Gaspar, Gaspar, ed. n. 1, p. 4, 7-6-1953.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 9920, p. 3, 5-1-1947.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 9714, p. 6, 2-4-1946.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 9611, p. 3, 20-2-1946.

Correio do Povo, Jaraguá do Sul, ed. n. 1991, p. 3, 8-6-1958.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 15496, p. 8, 23-9-1966.



Desembargador

Raul Bayers Laus





Raul Bayers Laus

Local e data de nascimento: Tijucas (SC), 11/4/1934.

Filiação: Gaspar Laus e Laura Bayers Laus.

Formação: Faculdade de Direito de Florianópolis (atual UFSC), 1961.

Experiência profissional: trabalhou em 1959 e de 1961 a 1963 na Câmara Municipal de Tijucas, onde foi vereador. Além disso, atuou como oficial instrutivo do Tribunal de Contas do final de 1959 ao início de 1961, e de 1961 a 1963 exerceu a advocacia como autônomo.

Posse como desembargador: 12/2/1990.

Trajectoria na magistratura catarinense: assumiu o exercício como juiz substituto na Comarca de São Miguel do Oeste em novembro de 1963. Em seguida foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Palmitos (1966). Atuou também na Comarca de Turvo (1967), na 2ª e na 1ª Vara de Xanxerê (1968), na 1ª Vara de Joaçaba (1971) e na 2ª Vara de Itajaí (1973).

Aposentadoria: 16/2/1990.

Falecimento: 15/12/1994.

Outros: aposentou-se oito dias após tornar-se desembargador. O Fórum Universitário da Univali no Município de Tijucas (SC) leva o nome do desembargador.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

<https://www.univali.br/noticias/Paginas/forum-universitario-e-ema-sao-inaugurados-em-tijucas.aspx>

<https://itajaipedia.com.br/artigos/01-de-abril/>



Desembargador

Reynaldo Rodrigues Alves





Reynaldo Rodrigues Alves

Local e data de nascimento: Palhoça (SC), 19/4/1922.

Filiação: Reinoldo Rodrigues Alves e Leontina Rodrigues Alves.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1952.

Experiência profissional: a convite do professor Donner, foi professor do Colégio Lagunense, em Laguna (SC). Foi professor de inglês do ex-governador Colombo Salles, de sua esposa Dayse Salles e de muitas pessoas influentes da cidade de Laguna. Em Florianópolis trabalhou no Departamento Estadual de Estatística e depois de passar em concurso começou a trabalhar no Instituto de Previdência, antigo IAPI. Estudava no período da manhã e à tarde trabalhava no consultório do famoso médico Cesar Cívila, como tradutor de inglês. Por meio de concurso ingressou no Ministério Público em 31/3/1953, sendo nomeado para exercer o cargo de promotor público da Comarca de Bom Retiro. Foi removido, a pedido, para a Comarca de Biguaçu em 12/3/1954. Foi promovido, por merecimento, para Criciúma (SC) e, logo após, removido para Indaial. Por meio da Portaria n. 17, de 16/8/1955, do procurador-geral do Estado, foi convocado para ter exercício na Procuradoria-Geral.

Posse como desembargador: 28/6/1976.

Trajetória na magistratura catarinense: prestou o concurso para ingresso na magistratura, sendo aprovado com distinção e então nomeado para exercer o cargo de juiz substituto na Comarca de Mafra em 1955. Exerceu a judicatura nas Comarcas de São José, Palhoça, Tijucas, Orleans e São Francisco do Sul, como juiz substituto. Foi nomeado para exercer o cargo de juiz de direito da Comarca de Itaiópolis em 1956, inaugurada por ele e demais autoridades. Judiciou também em Chapecó (1959), São José (1961), Concórdia (1961), Tijucas (1963) e em Tubarão (1966), onde ocupou duas varas: cível (1967) e criminal (1968). Em 1969 atuou na Vara do Juizado de Menores da Comarca da Capital. Foi removido para a Vara Criminal em 1970. Em 1971 passou para a Vara da Fazenda. Em 19/6/1976, por ato do governador Jorge Lacerda, foi nomeado, por merecimento, para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça. Exerceu por muito tempo o cargo de presidente de concursos para juiz de direito. Em 1983 assumiu o cargo de



corregedor-geral da Justiça do Estado. Mais tarde Reynaldo exerceu o cargo de vice-presidente e o de presidente em exercício.

Aposentadoria: 7/3/1990.

Falecimento: 14/2/1995.

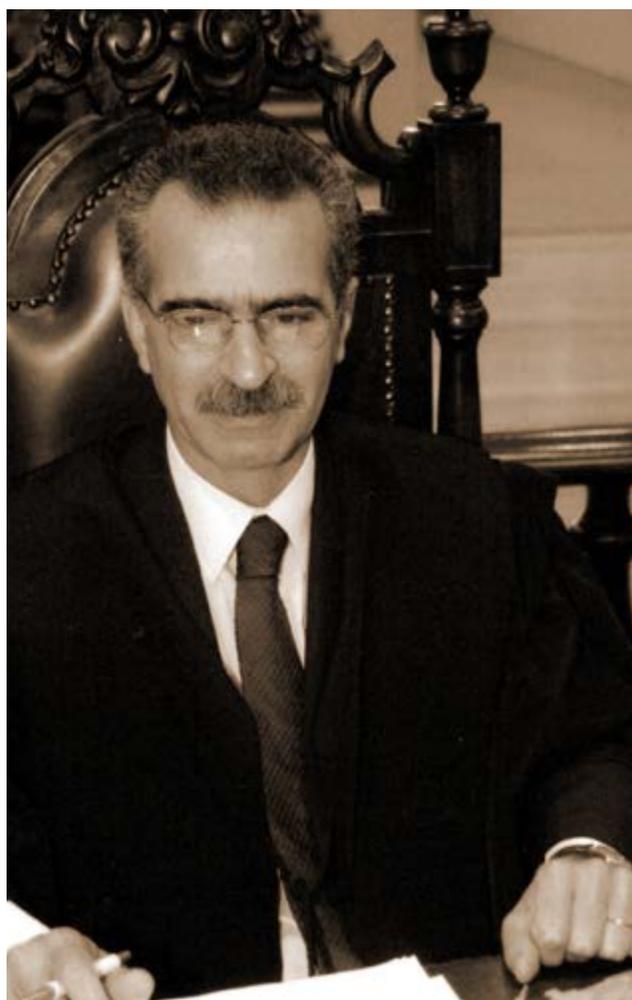
Outros: iniciou os estudos na Faculdade de Direito de Santa Catarina, porém transferiu-se posteriormente para a Universidade do Rio Grande do Sul e mais tarde, por conta do alto custo de vida em Porto Alegre, voltou para Florianópolis e para a Faculdade de Direito. Destacou-se em todas as matérias com nota máxima, recebendo uma medalha das mãos do diretor da faculdade, Henrique Rupp Júnior, pelas notas mais altas de toda a faculdade. Em 11/8/1987 foi agraciado com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, só concedida a juristas eminentes que se tenham distinguido por suas atividades em prol da Justiça do Trabalho. Reynaldo faleceu em Florianópolis, no Hospital de Caridade, em 14/2/1995, com 73 anos. Foi enterrado no cemitério Jardim da Paz, em Florianópolis.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

Desembargador

Ricardo Orofino da Luz Fontes





Ricardo Orofino da Luz Fontes

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 3/6/1955.

Filiação: Jose da Luz Fontes e Conceição Orofino da Luz Fontes.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1977.

Experiência profissional: foi funcionário da Eletrosul e advogado.

Posse como desembargador: 23/4/2003.

Trajetória na magistratura catarinense: assumiu como juiz substituto em 5/1/1981 e atuou nas Comarcas de Xanxerê e Tijucas. Promovido a juiz de direito em 28/4/1983, judiciou nas Comarcas de Trombudo Central e Dionísio Cerqueira (1983), na 2ª Vara de Xanxerê (1985), na 2ª Vara de Curitibanos (1988), na 2ª Vara Criminal de Blumenau (1990) e na Vara da Infância e Juventude da Capital (1996). Tomou posse como corregedor-geral da Justiça em 29/1/2016. Como desembargador atuou na 1ª Câmara de Direito Comercial e na 5ª Câmara de Direito Civil.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

Centro de Ciências Jurídicas da UFSC.





Rogério Domingos Farias Lemos

Local e data de nascimento: Curitiba (SC), 15/10/1937.

Filiação: Benony de Oliveira Lemos e Francisca Farias Lemos.

Formação: Universidade Federal do Paraná, 1962.

Experiência profissional: exerceu a advocacia até 1967.

Posse como desembargador: 18/4/1990.

Trajetória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura como juiz substituto da Comarca de Curitiba em agosto de 1967. Nessa condição atuou ainda nas Comarcas de Santa Cecília e São Joaquim. Em junho de 1968 foi nomeado para juiz de direito da Comarca de Anita Garibaldi. Judiciou também em Dionísio Cerqueira (1970), 2ª Vara de Xanxerê (1971), Vara Criminal e 1ª Vara de Joinville (1976) e 4ª Vara da Capital (1978). Em março de 1988 deixa a 4ª Vara Criminal da Capital para assumir o cargo de juiz corregedor auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça.

Aposentadoria/desligamento: 14/2/1995.

Falecimento: 8/3/2023.

Fontes:

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/nota-de-falecimento-desembargador-aposentado-rogerio-domingos-farias-lemos>

Fichas funcionais do TJSC.



Desembargador

Ruben Odilon Antunes Córdova





Ruben Odilon Antunes Córdova

Local e data de nascimento: Lages (SC), 27/6/1927.

Filiação: Hortêncio Antunes da Silva e Doralice Antunes Waltrick.

Formação: Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, 1955.

Experiência profissional: e 1948 a 1956 trabalhou no Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná, de 1956 a 1959 como autônomo e de 1959 a 1961 na Prefeitura Municipal de Capinzal.

Posse como desembargador: 21/12/1983.

Trajetória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura como juiz substituto na 4ª Circunscrição Judiciária, com sede na Comarca de Lages, em maio de 1961. Judiciou também nas Comarcas de Bom Retiro (1961), Tangará (1963), Xanxerê (1964) e Canoinhas (1967), na 1ª Vara de Xanxerê (1967) e na 1ª Vara de Chapecó (1971). Como desembargador atuou na 2ª Câmara de Direito Civil.

Aposentadoria: 31/1/1997.

Falecimento: 11/7/2012.

Outros: em 2009, por ocasião da instalação da Câmara Especial Regional de Chapecó, recebeu a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário, no grau de mérito especial, por ter atuado durante mais de 21 anos na região oeste de Santa Catarina.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

TJSC. Nota de falecimento: desembargador aposentado Rubem Córdova. Florianópolis, 2012.

<https://tjscjusbr0.sharepoint.com/sites/PesquisaDesembargadores/Documents%20Compartilhados/General/Deses%20AMC/Desembargador%20aposentado%20Ruben%20Odilon.pdf?CT=1678902302915&OR=ItemsView>



Desembargador

Rui Francisco Barreiros Fortes





Rui Francisco Barreiros Fortes

Local e data de nascimento: Laguna (SC), 2/4/1947.

Filiação: Artidonio Ramos Fortes e Ondina Barreiros Fortes.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1973.

Posse como desembargador: 10/12/2002.

Trajatória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura como juiz substituto da Comarca de São Miguel do Oeste em 1978. Em 1981 foi promovido a juiz titular da Comarca de Seara. Judiciou também nas Comarcas de Itaiópolis (1981) e Braço do Norte (1981), na 1ª Vara de Xanxerê (1983), na 2ª Vara de Jaraguá do Sul (1986), na 2ª Vara de Laguna (1987), na 3ª Vara Cível e na 2ª Vara Criminal de Criciúma (1987) e na 4ª Vara Cível e na Vara de Execuções Penais da Comarca da Capital (1993). Como desembargador atuou na 3ª Câmara de Direito Público e na 1ª e na 3ª Câmara Criminal.

Aposentadoria: 30/4/2018.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 17415, p. 3, 8-12-1973.

<https://espacovital.com.br/publicacao-26471-transmissao-de-cargos-no-tj-de-santa-catarina-sera-hoje>



Desembargador

Ruy Pedro Schneider





Ruy Pedro Schneider

Local e data de nascimento: Lajeado (RS), em 22/7/1951.

Filiação: João Adolfo Schneider e Nelda Cecília Schneider.

Formação: graduou-se em direito na Faculdade de Direito de Santo Ângelo (RS) em 1976. Ainda no mesmo ano fez o curso preparatório para o ingresso na magistratura promovido pela Ajuris, em Caxias do Sul. Especializou-se em metodologia do ensino do direito nas Faculdades Integradas de Santo Ângelo (RS) em 1978. Mais tarde Ruy também se especializou em teoria geral e dogmática jurídica na Universidade Federal de Santa Catarina (1995) e fez mestrado em direito na mesma instituição (1999).

Experiência profissional: depois de aposentado como desembargador, passou a advogar em Joinville.

Posse como desembargador: 1º/11/2000.

Trajetória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura como juiz substituto da Comarca de Palmitos em 1979. Em 31/3/1981 foi promovido ao cargo de juiz de direito da Comarca de Tangará. Atuou na Comarca de Ibirama (1981), na 1ª Vara de Caçador (1983) e na 3ª e na 4ª Vara Cível de Joinville. Como desembargador atuou na 1ª Câmara de Direito Civil.

Aposentadoria: 15/2/2002.

Outros: participou da criação do Curso de Direito da Univille em 1997, onde foi professor titular e coordenador de curso.

Fontes:

Texto enviado pelo desembargador à equipe da DDI, por e-mail, em 30/8/2022.

<https://www.escavador.com/sobre/744248/ruy-pedro-schneider>



Desembargador

Salete Silva Sommariva





Salete Silva Sommariva

Local e data de nascimento: Lages (SC), 17/1/1948.

Filiação: João Guimarães Silva e Meda Beims Silva.

Formação: Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis, Canoas (RS), 1977

Experiência profissional: foi professora em Lages no Grupo Escolar Correia Pinto e no Grupo Escolar Vidal Ramos. Também deu aulas de Direito e Legislação no Colégio Padrão, em Criciúma. Foi advogada tendo sido secretária, vice-presidente e presidente da OAB-SC Subseção Criciúma em várias gestões, além de membra do Tribunal de Ética da Seccional de Santa Catarina. Foi também assessora jurídica da Câmara Municipal de Vereadores de Siderópolis e integrante do Conselho do Prefeito, em Criciúma.

Posse como desembargadora: 31/3/2003.

Trajectoria na magistratura catarinense: tornou-se desembargadora por meio do quinto constitucional, em vaga oriunda da OAB. Como desembargadora integrou a 1ª e a 3ª Câmara de Direito Civil, a 1ª Câmara de Direito Comercial e a 2ª Câmara Criminal. Presidiu o Conselho de Administração do Fundo de Conta Única no biênio 2008-2010. Foi ouvidora judicial no biênio 2010-2012. Foi vice-corregedora-geral da Justiça no biênio 2012-2014 e assumiu a Corregedoria-Geral da Justiça nos últimos dois meses.

Aposentadoria: 16/1/2023.

Outros: Foi a primeira e única mulher advogada eleita para presidir a OAB de Criciúma. Esteve à frente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) por dois biênios (2012-2016). Além disso, foi presidente da Comissão-Executiva do Colégio dos Coordenadores de Cevids do Brasil por mais de um mandato. Recebeu o diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós, da Câmara dos Deputados, por sua luta em defesa dos direitos das mulheres. Recebeu homenagem do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Poder Judiciário Brasileiro (Cocevid), por seu comprometimento e dedicação à prevenção e combate à violência contra a mulher no



âmbito das relações domésticas e familiares e a “Comenda Tereza Grizólia Tang”, recebida em 30-04-2022, da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ), em virtude de sua atuação no enfrentamento da violência de gênero no Estado e no país. É atualmente Coordenadora Honorária da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJSC.

Fontes:

<https://www.oab-sc.org.br/noticias/presidente-oabsc-outorga-medalha-florisvaldo-diniz-desembargadora-saete-sommariva-e-ao-diretor-teso/19890>

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/desembargadora-saete-sommariva-e-magistrados-aposentados-sao-homenageados-pelo-tjsc>



Desembargador

Salim Schead dos Santos





Salim Schead dos Santos

Local e data de nascimento: Criciúma (SC), 12/12/1948.

Filiação: Valdemiro Cesario dos Santos e Maria Schead dos Santos.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1980. Também tem graduação em história pela mesma instituição.

Experiência profissional: atuou como professor na Universidade do Planalto Catarinense.

Posse como desembargador: 19/11/2003.

Trajetória na magistratura catarinense: atuou como juiz substituto das Comarcas de Concórdia e Seara. Foi nomeado para juiz de direito da Comarca de São Lourenço do Oeste (1985). Judiciou também na 1ª Vara de Caçador (1986) e na 3ª Vara Criminal de Lages (1988). Presidiu o Núcleo de Conciliação (2014-2015) e foi ouvidor judicial (2012-2013), vice-diretor jurídico do Centro de Estudos Jurídicos, vice-diretor-executivo da Academia Judicial e vice-corregedor-geral da Justiça (2016-2017). Como desembargador atuou na 1ª e na 2ª Câmara de Direito Comercial e no Órgão Especial. Foi ouvidor do poder judiciário entre 2012 e 2016, vice-corregedor-geral da justiça no biênio 2016-2018 e 3º vice-presidente do Tribunal de Justiça no biênio 2020-2022.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

<https://www.escavador.com/sobre/1416293/salim-scheid-dos-santos>

<http://www.amc.org.br/novo/ricardo-roesler-toma-posse-na-presidencia-do-tjsc/>



Desembargador

Sérgio Roberto Baasch Luz





Sérgio Roberto Baasch Luz

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 6/5/1952.

Filiação: Carlos Loureiro Luz e Vilma Baasch Luz.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1975.

Experiência profissional: ministrou disciplinas de direito na Universidade do Vale do Itajaí, na Escola Superior da Magistratura e na Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Posse como desembargador: 30/1/2002.

Trajetória na magistratura catarinense: foi juiz substituto em Urubici (1981) e Porto União (1983). No cargo de juiz de direito judiciou nas Comarcas de São Carlos (1983) e Maravilha (1983), na 1ª Vara de São Miguel do Oeste (1988), na 2ª Vara Criminal e na 1ª Vara Cível de Chapecó, como 9º juiz especial e na 1ª Vara Criminal da Capital (1994). Ocupou os cargos de vice-presidente e corregedor do Tribunal e em 5/2/2015 tomou posse como presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, permanecendo no cargo durante um ano. Como desembargador atuou na 2ª e na 1ª Câmara de Direito Comercial, na 1ª Câmara de Direito Civil e na 1ª e na 2ª Câmara de Direito Público.

Outros: recebeu o título de cidadão honorário da cidade de Palhoça. Em 1999 obteve o título de mestre e em 2009 o de doutor, ambos na Univali.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/desembargador-sergio-roberto-baasch-luz-recebe-titulo-de-cidadao-honorario-de-palhoca>

<https://www.escavador.com/sobre/1312132/sergio-roberto-baasch-luz>

<https://tre-sc.jusbrasil.com.br/noticias/209317539/desembargador-sergio-baasch-luz-toma-posse-como-presidente-do-tre-sc>

<https://apps.tre-sc.jus.br/site/imprensa/noticia/arquivo/2014/dezembro/artigos/desembargador-sergio-baasch-luz-foi-eleito-novo-presidente-do-tre-sc/index.html>



Desembargador

Sergio Torres Paladino





Sergio Torres Paladino

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 5/2/1944.

Filiação: Ítalo Paladino e Mercedes Torres Paladino.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1968.

Experiência profissional: trabalhou como consultor jurídico no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina. Atuou no Ministério Público como promotor de justiça na Circunscrição de Lages (SC). Foi procurador de justiça até 1997.

Posse como desembargador: 1º/7/1997.

Trajetória na magistratura catarinense: tornou-se desembargador por meio do quinto constitucional, em vaga oriunda do Ministério Público. Assumiu a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral em 24/3/2011, permanecendo até 14/12/2011. Como desembargador integrou a 2ª Câmara de Direito Civil, a 1ª Câmara de Direito Comercial e a 2ª Câmara Criminal.

Aposentadoria: 30/1/2014.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

Entrevista AMC.

https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/memoria/apresentacao_resumida/Presidente_47.pdf



Desembargador

Solon D'Eça Neves





Solon D'Eça Neves

Local e data de nascimento: Tubarão (SC), 16/2/1949.

Filiação: Solon Costa Neves e Myriam d'Eça Neves.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1974.

Experiência profissional: atuou na Assessoria Jurídica da Caixa Econômica Federal de 1º/4/1973 a 24/3/1974. Foi diretor do Serviço de Movimentação e Controle do Departamento de Administração da Secretaria de Educação de março de 1974 a dezembro de 1975.

Posse como desembargador: 9/8/1999.

Trajatória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura como juiz substituto na Comarca de Concórdia e tomou posse em 13/1/1976. Em 29/11/1978 é promovido para o cargo de juiz de direito da Comarca Itapiranga. Judiciou também na Comarca de Braço do Norte (1979), na 1ª Vara de Balneário Camboriú (1979), na 2ª Vara de Concórdia (1983), como juiz especial, na 2ª Vara Cível da Comarca de Joinville (1987) e como 1º juiz especial da Comarca da Capital (1990). Ocupou cargos na Corregedoria-Geral da Justiça e a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça. Assumiu a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral em 8/2/2012, permanecendo até 23/4/2012. Como desembargador integrou a 1ª e a 2ª Câmara Criminal e a 2ª Câmara de Direito Comercial.

Desligamento: 23/4/2012.

Falecimento: 23/4/2012.

Outros: no ano de 1986 cursou pós-graduação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em Joaçaba. Mais tarde fez mestrado em ciência jurídica na Univali de Itajaí. Em 2002 foi designado para exercer as funções de presidente da Comissão de Gestão de Informatização. A partir de agosto de 2010 também participou da Comissão Permanente de Segurança e Assistência dos Juízes Colocados em Situação de Risco.

Fontes:

Fichas funcionais TJSC.



Desembargador

Thereza Grisólia Tang





Thereza Grisólia Tang

Local e data de nascimento: São Luiz Gonzaga (RS), 10/2/1922.

Filiação: João Grisólia e Maria Wertonge Grisólia.

Formação: Faculdade de Direito de Porto Alegre, 1951.

Posse como desembargadora: 15/10/1975.

Trajetória na magistratura catarinense: foi nomeada para exercer o cargo de juíza substituta na Comarca de Criciúma (24/11/1954). Foi promovida ao cargo de juíza de direito da Comarca de Turvo (12/4/1956), de onde foi removida para a Comarca de Timbó (28/9/1956). Posteriormente julgou também nas Comarcas de Palhoça (15/3/1961), São José (25/3/1961), Laguna (3/6/1963), Joaçaba (8/8/1966) e Capital (18/7/1969). Mais tarde se tornou juíza substituta de segundo grau (26/2/1971). Foi corregedora-geral da Justiça de 1986 a 1988. Foi presidente do Tribunal de Justiça de 13/12/1989 a 5/3/1990. Atuou como presidente do Tribunal do Júri da Comarca da Capital.

Aposentadoria: 10/2/1992.

Falecimento: 17/10/2009.

Outros: foi a 37ª presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a primeira mulher presidente do Tribunal, além de primeira juíza no PJSC e desembargadora da corte. Na cerimônia de sua posse como presidente do Tribunal, Thereza Tang lembrou que se passaram 20 anos até que outra mulher, depois dela, ingressasse na magistratura catarinense. Até hoje foi a única mulher presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. O art. 1º da Lei n. 2.643, de 1987, determina: “Fica denominada praça Desembargadora Thereza Grisólia Tang o logradouro público conhecido por Quadra Z do loteamento Parque São Jorge, no bairro Itacorubi.” Após sua aposentadoria compulsória, a desembargadora foi representante do Instituto dos Magistrados do Brasil em Santa Catarina e presidiu o Centro de Estudos Jurídicos do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Em 2018 o Tribunal de Justiça de Santa Catarina criou o Auditório Thereza Grisólia Tang em sua homenagem.



Thereza Grisólia era uma dos 7 filhos do imigrante italiano João Grisólia e de Maria Wertonge Grisólia (filha de um imigrante belga). Thereza e seus irmãos tiveram a infância bastante humilde em uma região de fronteira entre o Brasil e Argentina, no oeste do Rio Grande do Sul. Sua mãe confeccionava doces e cigarros de palha que auxiliavam na renda familiar. O irmão mais velho de Thereza mudou-se para Santo Ângelo e lá instalou uma pequena tipografia e um jornal. Outro irmão de Thereza, José, ao aprender o ofício da impressão com o irmão mais velho, instalou, em São Luiz Gonzaga, uma tipografia e um jornal. José conseguiu montar sua tipografia com caixas de tipos e uma máquina impressora que no passado serviram para a impressão de folhetos e propagandas políticas. Esses equipamentos se mantiveram escondidos na fronteira entre os dois países e foram transportados para São Luiz Gonzaga de forma clandestina. Desse modo, José, irmão de Thereza, fundava o jornal A Notícia, em julho de 1934 (e em funcionamento até hoje). José era o redator, tipógrafo e impressor do jornal. As irmãs, e Thereza era uma delas, assim como os sobrinhos, ajudavam José nessas tarefas. Thereza casou-se com o alemão Gunther Friedrich Walter Tang.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

<http://leismunicipa.is/smftj>

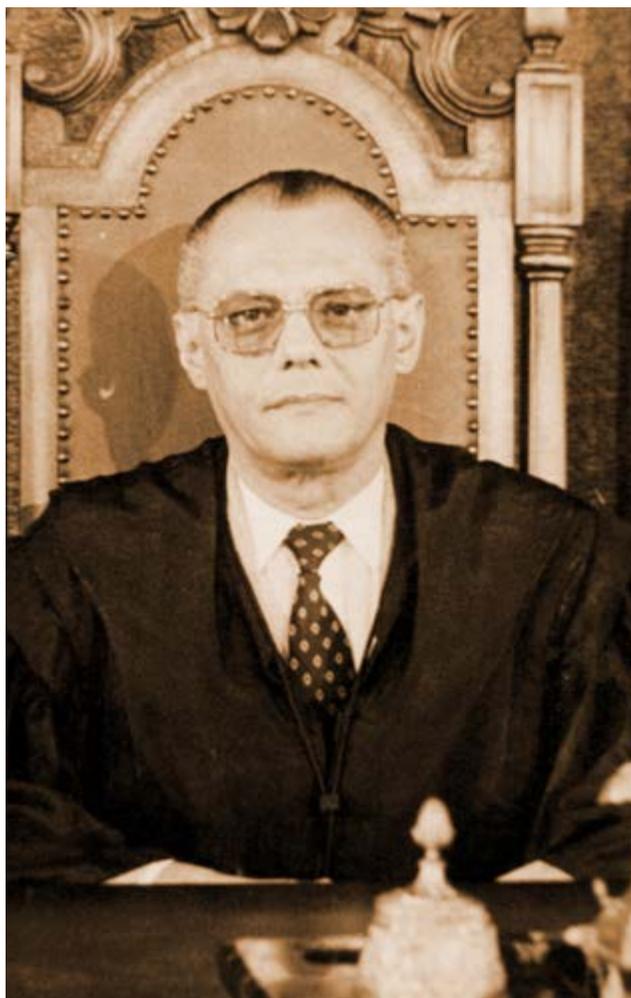
Leda de Oliveira Pinho (março de 2017). Thereza Grisólia Tang: a trajetória da primeira discente do curso de direito da UFRGS (<http://www.ufrgs.br/direito/gerenciador/uploads/Thereza%20Gris%C3%B3lia%20Tang%202.pdf>) (PDF). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tribunal de Justiça inaugura espaço multiúso e faz homenagem à des. Thereza Tang (http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/noticias/visualizar/-/asset_publisher/I22DU7evsBM8/content/tribunal-de-justica-inaugura-espaco-multiuso-e-faz-homenagem-a-des-thereza-tang;jsessionid=6235954683791F4992E917A8F889C25D?_101_INSTANCE_I22DU7evsBM8_redirect=https%3A%2F%2Fportal.tjsc.jus.br%2Fweb%2Fsala-de-imprensa%2F-%2Ftj-reafirma-politic-a-de-expansao-de-servicos-com-nova-unidade-no-sul-da-ilha-de-sc). Poder Judiciário de Santa Catarina. 24 de janeiro de 2018.

https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Thereza_Gris%C3%B3lia_Tang&oldid=60747017

Desembargador

Tycho Brahe Fernandes Neto





Tycho Brahe Fernandes Neto

Local e data de nascimento: Florianópolis (SC), 15/5/1935.

Filiação: Zenon da Silva Fernandes e Maria das Dores Capella Fernandes.

Formação: Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1957. Especialização em Direito do Estado na Universidade Federal de Santa Catarina, 1983. Concluiu mestrado em direito na Universidade Federal de Santa Catarina.

Experiência profissional: eadvogou entre 1957 e 1961. Em 1974 foi professor da Faculdade de Direito e lecionou as disciplinas de processo civil e processo penal até 1980.

Posse como desembargador: 18/4/1979.

Trajatória na magistratura catarinense: em 1961 foi nomeado para juiz substituto em Joinville. Em fevereiro de 1961 instalou a Comarca de Xaxim, onde permaneceu até 1964. De 1964 a 1966 atuou em Timbó; de 1966 a 1967 em Videira; de 1967 a 1970 em Canoinhas; de 1970 a 1973 em Tubarão; e ainda em 1973 assumiu a 2ª Vara Cível da Capital. Foi presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina entre 1º/3/1994 e 1º/3/1996. Além da presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral. Permaneceu no Tribunal de Justiça de Santa Catarina até 1997, e enquanto ocupou a função de corregedor-geral da Justiça foi criada a Comissão Estadual Judiciária de Adoção. Como desembargador atuou na 1ª Câmara Criminal e na 1ª Câmara de Direito Comercial.

Aposentadoria: 4/2/1997.

Falecimento: 27/7/2022.

Outros: é autor dos livros *A História do Judiciário Catarinense*, que relata todo o caminho do PJSC desde seu surgimento até os anos 2000, e *O Julgamento Histórico*, sobre um julgamento realizado em 1891, cujo resultado desagradou tanto o governador que este determinou a dissolução da Corte estadual. Foi contemporâneo da criação da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e



participou da criação da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, da qual foi o primeiro diretor e cujo regimento interno foi por ele elaborado. Em 2014 recebeu o título de sócio benemérito da AMC. Recebeu o título de cidadão honorário de Canoinhas, Tubarão, Videira e Xaxim. Já aposentado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi procurador-geral do Estado e tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Em sessão o Órgão Especial do TJ, de 20 de setembro de 2023, foi aprovado o nome do Desembargador Tycho Brahe Fernandes Neto para denominar o Museu do Judiciário Catarinense.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

Entrevista realizada pelo Projeto Memórias do TJSC.

AMC (entrevista publicada no jornal O Judiciário de jan. e fev./2010).

<https://www.tre-sc.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/nota-de-pesar-desembargador-tycho-brahe-fernandes-neto-ex-presidente-do-tre-sc>

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/nota-de-falecimento-desembargador-tycho-brahe-fernandes-ex-presidente-do-tjsc?redirect=%2F>

Desembargador

Vanderlei Romer





Vanderlei Romer

Local e data de nascimento: Videira (SC), 29/10/1945.

Filiação: Valfrido Romer e Nilsa da Silva Romer.

Formação: Universidade Regional de Blumenau (Furb), 1975.

Experiência profissional: lecionou na Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina. Além disso, atuou como contabilista, advogado e professor de história e de geografia política.

Posse como desembargador: 1º/11/2000.

Trajetória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura em 1977 como juiz substituto em Palmitos. Em 1979 foi promovido ao cargo de juiz de direito para a Comarca de Tangará. Judicou também na Comarca de Xaxim (1979), na 2ª e na 1ª Vara de São Joaquim (1980-1981), na 2ª Vara de São Francisco do Sul (1982), na Vara Criminal e Feitos da Fazenda Pública (1985), na 2ª Vara Cível de Joinville e na 4ª Vara Cível da Capital (1994). Foi corregedor-geral da Justiça do Poder Judiciário de Santa Catarina nos anos de 2012 e 2013 e presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina entre os anos de 2014 e 2015. Como desembargador atuou na 1ª Câmara Cível Especial, na 1ª Câmara de Direito Civil, na 2ª Câmara de Direito Civil, na 1ª Câmara de Direito Público e na 3ª Câmara de Direito Público.

Aposentadoria/desligamento: 30/10/2015.

Falecimento: 15/1/2023.

Outros: conduziu regionalmente as eleições presidenciais de 2014. Por ter construído parte de sua vida profissional em Indaial, o magistrado recebeu em 2003 o título de cidadão honorário indaialense.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.



Centro de Ciências Jurídicas da Furb.

<https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/nota-de-falecimento-desembargador-aposentado-vanderlei-romer?redirect=%2F>

<https://www.camaraindaial.sc.gov.br/imprensa/noticias/geral/nota-de-pesar-pelo-falecimento-do-desembargador-vanderlei-romer/2926>

https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/memoria/apresentacao_resumida/Presidente_51.pdf

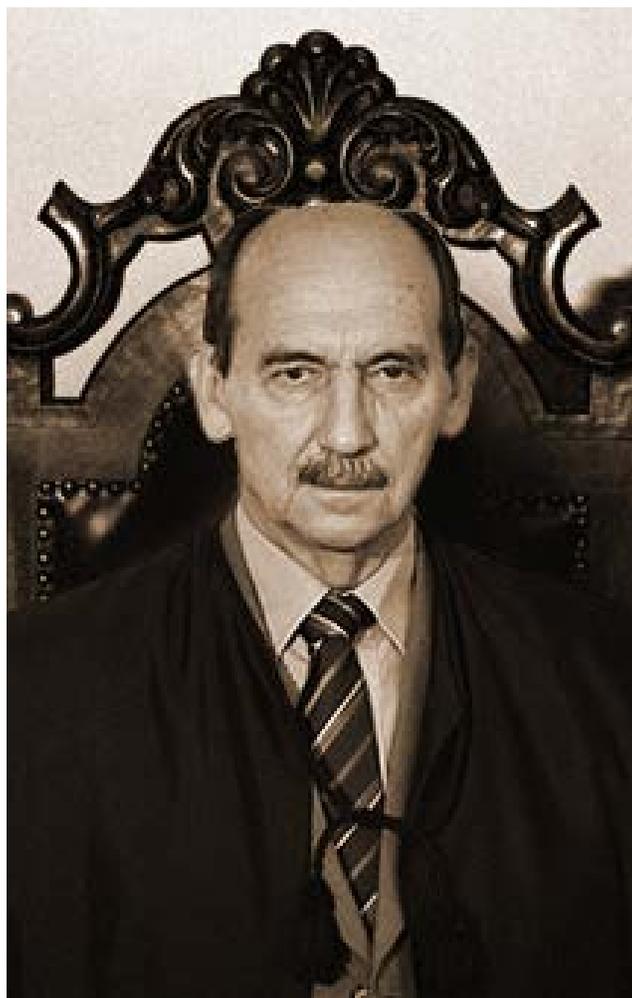
<https://tre-sc.jusbrasil.com.br/noticias/2711582/desembargador-vanderlei-romer-assume-como-juiz-substituto-no-tre-sc>

<https://www.oab-sc.org.br/noticias/des-vanderlei-romer-assumira-presidencia-do-tre-sc-nesta-quarta-5/8659>



Desembargador

Volnei Ivo Carlin





Volnei Ivo Carlin

Local e data de nascimento: Santa Cruz (RS), 19/5/1940.

Filiação: João Carlin e Ursulina Luchesi Carlin.

Formação: Universidade Federal do Paraná. Pós-graduação em direito na Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado na Université des Sciences Sociales de Toulouse I, na França.

Experiência profissional: realizou concurso para técnico judiciário do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Foi escolhido como assessor/secretário jurídico de um grupo de câmaras. Foi professor do Curso de Pós-Graduação em Direito da Academia Judicial do Poder Judiciário de Santa Catarina. Exerceu a função de ouvidor judicial e presidiu a 1ª Câmara de Direito Público do TJSC. Depois de se aposentar, passou a atuar na advocacia, foi integrante da equipe de advogados do escritório Buzaglo Dantas Advogados em 2010. Em 29/1/2013 tomou posse na Superintendência da Fundação Municipal do Meio Ambiente, vinculada à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina.

Posse como desembargador: 6/9/2000.

Trajetória na magistratura catarinense: ingressou na magistratura em 1969 como juiz substituto na Comarca da Capital. Atuou nas Comarcas de Santo Amaro da Imperatriz (1981) e Ituporanga (1981) e na 2ª Vara de Canoinhas (1981). Foi promovido em 1984 a juiz de direito da Comarca de Joinville. Judiciou na 4ª Vara Cível da Comarca da Capital e na Vara dos Feitos da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho (1990). Foi promovido ao cargo de desembargador no ano de 2000 e nessa posição integrou a 1ª Câmara de Direito Público. Foi também presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Aposentadoria: 18/5/2010.

Outros: publicou diversos artigos em revistas especializadas e entre seus livros destacam-se Direito Administrativo: Doutrina, Jurisprudência e Direito Comparado; A Face Feminina do Direito e da Justiça; e Ética e Bioética: Novo Direito e Ciências Médicas.



Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

BUZAGLO DANTAS. Desembargador aposentado Volnei Ivo Carlin é o novo integrante da equipe de advogados do escritório Buzaglo Dantas Advogados. Florianópolis, 3 set. 2010.

DE OLHO NA ILHA. Volnei Ivo Carlin toma posse na Floram. Florianópolis, 30 jan. 2013.

FECAM. Fecam e Idasc homenageiam o ex-desembargador do TJ/SC Volnei Ivo Carli. Fecam Portal. Comunicação. Florianópolis, 23 set. 2011.



Desembargador

Wilson Augusto do Nascimento





Wilson Augusto do Nascimento

Local e data de nascimento: Laguna (SC), 14/7/1951.

Filiação: Augusto João do Nascimento e Maria de Lourdes Fernandes Nascimento.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina, 1977.

Experiência profissional: foi secretário e vice-presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, de dezembro de 1977 a dezembro de 1999. Presidente da 3ª Câmara de Direito Civil, membro da Comissão de Organização Judiciária, membro da Comissão de Concurso de Ingresso na Magistratura e presidente da Câmara Especial de Agravos.

Posse como desembargador: 30/1/2002.

Trajetória na magistratura catarinense: como juiz substituto judiciou nas Comarcas de Mafra (1979) e Itapiranga (1981). Em março de 1981, já promovido para juiz de direito, foi promovido para a Comarca de Itapiranga e no mesmo mês para a Comarca de São Lourenço do Oeste. Como juiz de direito exerceu suas funções ainda na Comarca de São Joaquim (1983), na 2ª Vara de Laguna (1987), em Joaçaba (1987) e na Capital (1990). Foi juiz corregedor e juiz membro do Tribunal Regional Eleitoral. Promovido ao cargo de desembargador em 21/12/2001. Como desembargador atuou na 3ª Câmara de Direito Civil, na 2ª Câmara de Direito Comercial e na 3ª Câmara de Direito Público.

Aposentadoria: 27/1/2011.

Falecimento: 23/2/2020.

Outros: agraciado pelo Tribunal de Justiça com a Comenda do Mérito Judiciário.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

CARNEIRO, Marcio. Morre o desembargador Wilson Nascimento. Jornal de Laguna, Laguna, fev. 2020. Disponível em: <http://jornaldelaguna.com.br/morre-o-desembargador-wilson-nascimento/#respond>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Ata n. 79 de sessão solene do Tribunal Pleno. Florianópolis, 2006.



Desembargador

Wilson Eder Graf





Wilson Eder Graf

Local e data de nascimento: Luiz Alves (SC), 29/3/1936.

Filiação: Adolpho Osmar Graf e Erna Niebuhr Graf.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina.

Experiência profissional: de 1953 a 1955 trabalhou no Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.; de 1956 a 1959 no Sesc Serviço Social do Comércio; e de 1960 a 1963 como autônomo.

Posse como desembargador: 22/12/1989.

Trajetória na magistratura catarinense: em agosto de 1963 foi juiz substituto na Comarca de Lages. Nessa condição atuou também na Comarca de Tubarão. Em dezembro de 1966 foi nomeado para juiz de direito na Comarca de Taió. Judiciou ainda nas Comarcas de Ituporanga (1968), Biguaçu (1970) e Araranguá (1970), na 1ª Vara de Joaçaba (1973) e na 2ª Vara Criminal da Capital (1978). Desde o final dos anos de 1970 começou a atuar como juiz do Tribunal Regional Eleitoral. De 1997 a 1998 exerceu os cargos de vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Em 24/3/1998 assumiu como presidente do órgão, permanecendo no cargo até 24/3/1999. Como desembargador integrou a 1ª Câmara de Direito Comercial.

Aposentadoria: 11/8/2000.

Falecimento: 20/12/2000.

Outros: durante sua gestão foi aprovada a criação do Museu da Justiça Eleitoral Catarinense. A partir de 1999 Graf foi membro do Conselho Superior do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral e, durante o mês de fevereiro desse ano, assumiu a Presidência do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil. Também no mesmo ano começou a atuar como professor convidado permanente na Escola Superior de Advocacia – OAB/SC. O pai de Wilson, Adolpho Osmar Graf, foi diretor de expediente de pessoal na prefeitura de Itajaí (SC).

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

https://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/memoria/apresentacao_resumida/Presidente_34.pdf



Desembargador

Wilson Guarany Vieira





Wilson Guarany Vieira

Local e data de nascimento: Itajaí (SC), 4/4/1932.

Filiação: Bento da Cruz Vieira e Felisberta Espíndola Vieira.

Formação: Universidade Federal de Santa Catarina.

Experiência profissional: foi servidor, por 10 anos, do hoje extinto Instituto Nacional do Pinho.

Posse como desembargador: 17/3/1982.

Trajetória na magistratura catarinense: em 1962 foi juiz substituto da Comarca de Tubarão. Em 1963 foi promovido a juiz de direito da Comarca de Dionísio Cerqueira. Judiciou também nas Comarcas de Palmitos (1964), Braço do Norte (1966) e Palhoça (1967) e na Vara dos Feitos da Fazenda da Capital (1973). Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral entre março de 1995 e março de 1996. No Tribunal de Justiça de Santa Catarina atuou na 3ª Câmara de Direito Civil, da qual chegou a ser presidente. Foi corregedor-geral da Justiça (2000-2002) e vice-presidente do Tribunal, além de ter assumido a Presidência temporariamente em algumas ocasiões. Como desembargador integrou a 1ª Câmara de Direito Comercial.

Aposentadoria/desligamento: 4/4/2002.

Outros: fundou o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais para possibilitar a integração de TREs em todo o território nacional.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

UFSC. Arquivo Central – Faculdade de Direito, 1908-1982.
Florianópolis, maio 2007-2014.



Desembargador

Wilson Vidal Antunes Sênior





Wilson Vidal Antunes Sênior

Local e data de nascimento: Lages (SC), 3/6/1925.

Filiação: Vidal Antunes dos Santos e Angelina Antunes Medeiros.

Formação: Faculdade de Direito da Universidade do Paraná (PR), 1952.

Posse como desembargador: 11/4/1979.

Trajetória na magistratura catarinense: foi nomeado em 19/5/1956 para exercer o cargo de juiz substituto na Comarca de Lages. Tomou posse em 22/5/1956. Em 28/8/1957 foi nomeado para o cargo de juiz de direito na Comarca de Mondaí. Atuou nas Comarcas de Bom Retiro, Araranguá, São Joaquim, Caçador, Canoinhas e Lages. Em 9/4/1979 foi nomeado para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Aposentadoria: 31/10/1983.

Falecimento: 6/4/1999.

Outros: o fórum da Comarca de São Joaquim recebeu o nome desse desembargador em sua homenagem. Em sessão solene realizada na Câmara Municipal de Bom Retiro, foi dado a Wilson Vidal Antunes, na época juiz de direito de Araranguá, o título de cidadão bonretirense. Wilson Vidal Antunes Sênior, quando era juiz de direito na Comarca de Lages, realizaria curso na Escola Superior de Guerra (ESG), em 1965. Contudo, a Divisão Central de Informações da Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina - DCI/SSI/SC o considerou subversivo e, por esse motivo, não pôde participar de cursos naquela instituição.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2005. 206 p., p. 146. Textos e edição Orivalda Lima Silva.

O Estado, Florianópolis, ed. n. 14180, p. 12, 28-5-1961.

Diário da Tarde, Curitiba, ed. n. 17792, p. 2, 5-12-1952.



Desembargador

Wladimir D'Ivanenko





Wladimir D'Ivanenko

Local e data de nascimento: Laguna (SC), 31/7/1927.

Filiação: Constantino D'Ivanenko e Pedrinha D'Ivanenko.

Formação: Faculdade de Direito de Florianópolis, 1953.

Experiência profissional: prestou 383 dias de serviço como oficial do Gabinete da Secretaria da Fazenda e como contador e distribuidor do Juízo de Direito da Comarca de Itajaí (1961). Foi designado para sob sua presidência constituir comissão de estudos para a elaboração de atos e termos processuais padronizados, para serem adotados por todas as comarcas do estado.

Posse como desembargador: 20/12/1985.

Trajetória na magistratura catarinense: juiz substituto na Comarca de Itajaí (1958) e juiz de direito nas Comarcas de Taió (1959), Timbó (1961), São Joaquim (1964) e Tijucas (1966) e na Vara de Menores da Capital (1971). Foi promovido, por antiguidade, para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por meio do Ato n. 2.252, de 12/12/1985.

Aposentadoria: 1º/2/1993.

Falecimento: 27/9/2011.

Outros: é pai do desembargador Alexandre d'Ivanenko.

Fontes:

Fichas funcionais do TJSC.

SEVERINO, Fabrício. Nota de falecimento: des. aposentado Wladimir d'Ivanenko. O Judiciário, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.amc.org.br/novo/post-amc-6781442/>. Acesso em: 27 jan. 2023.





Anexos



Anexos

ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS

<i>Palácio da Justiça Ministro Luís Gallotti</i>	224
<i>Alberto Luiz da Costa</i>	225
<i>Aloysio de Almeida Gonçalves</i>	226
<i>Aluizio Blasi</i>	227
<i>Anselmo Cerello</i>	228
<i>Antônio do Rêgo Monteiro Rocha</i>	229
<i>Antonio Fernando do Amaral e Silva</i>	230
<i>Carlos Alberto Silveira Lenzi</i>	232
<i>Carlos Prudêncio</i>	233
<i>Cid José Goulart Júnior</i>	235
<i>Cláudio Barreto Dutra</i>	236
<i>Eládio Torret Rocha</i>	237
<i>Fernando Carioni</i>	238
<i>Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho</i>	239
<i>Francisco Xavier Medeiros Vieira</i>	240
<i>Heliodoro Franzói</i>	241
<i>Irineu João da Silva</i>	242
<i>João Eduardo Souza Varella</i>	243
<i>João José Ramos Schaefer</i>	244
<i>João Martins</i>	245
<i>Jorge Mussi</i>	246
<i>José Antônio Torres Marques</i>	247
<i>José Gaspar Rubick</i>	248
<i>José Mazoni Ferreira</i>	249
<i>José Trindade dos Santos</i>	250
<i>José Volpato de Souza</i>	251
<i>Maurílio Moreira Leite</i>	252
<i>Napoleão Xavier do Amarante</i>	253
<i>Nelson Juliano Schaefer Martins</i>	255
<i>Newton Trisotto</i>	256
<i>Nicanor Calírio da Silveira</i>	257
<i>Orli de Ataíde Rodrigues</i>	258
<i>Pedro Manoel Abreu</i>	260
<i>Raul Bayer Laus</i>	261
<i>Rubem Odilon Antunes Córdova</i>	262
<i>Rui Francisco Barreiros Fortes</i>	263
<i>Salete Silva Sommariva</i>	264

<i>Salim Schead dos Santos</i>	265
<i>Solon d'Eça Neves</i>	266
<i>Thereza Grisólia Tang</i>	268
<i>Vanderlei Romer</i>	271
<i>Volnei Ivo Carlin</i>	272
<i>Wladimir d'Ivanenko</i>	273

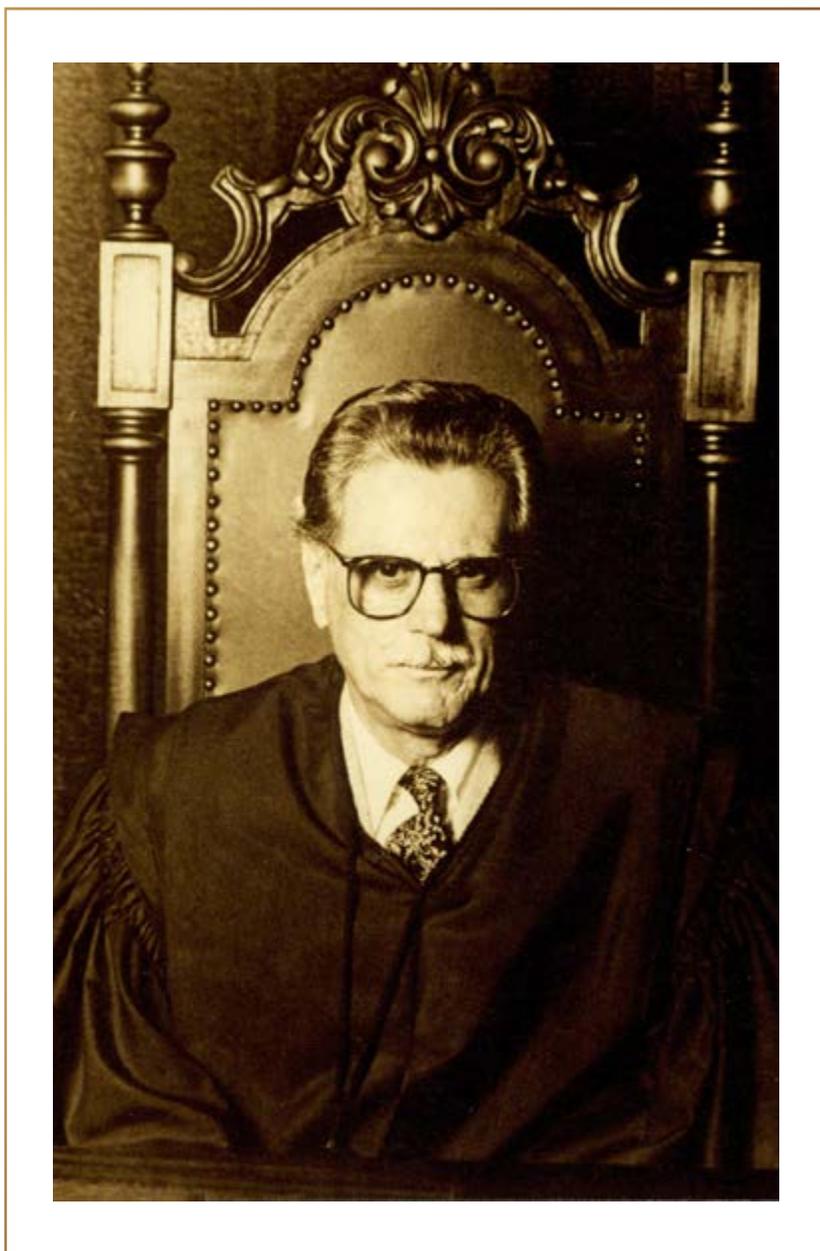
Palácio da Justiça Ministro Luís Gallotti



Alberto Luiz da Costa



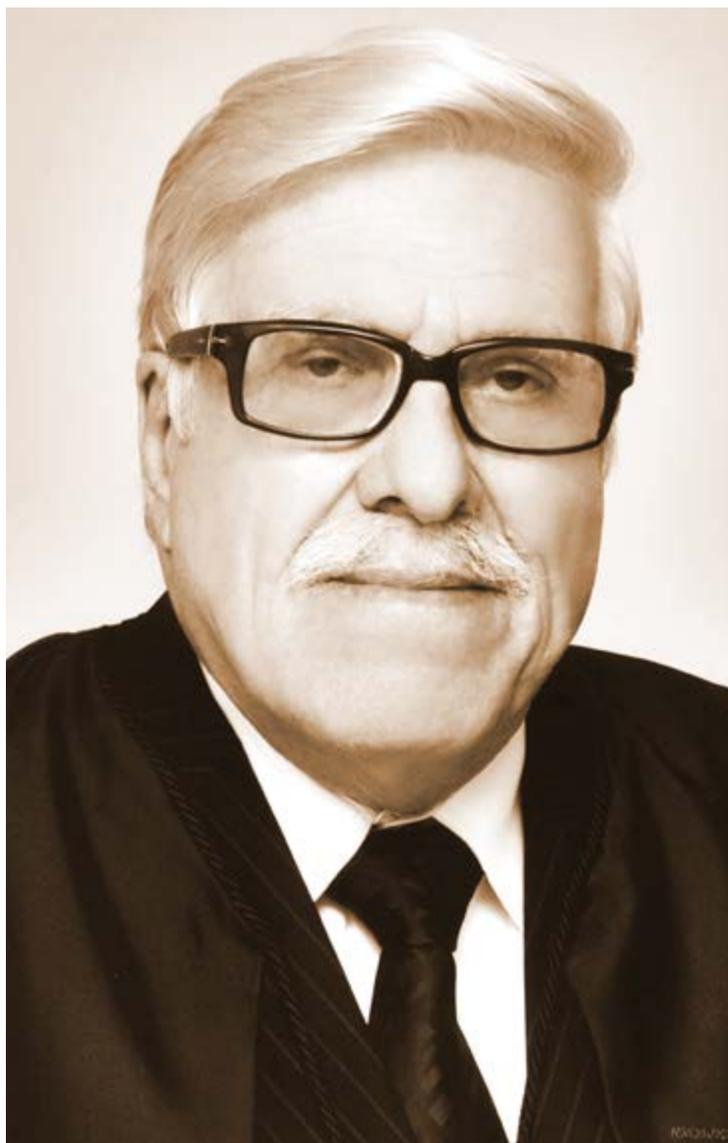
Aloysio de Almeida Gonçalves



Aluizio Blasi



Anselmo Cerello

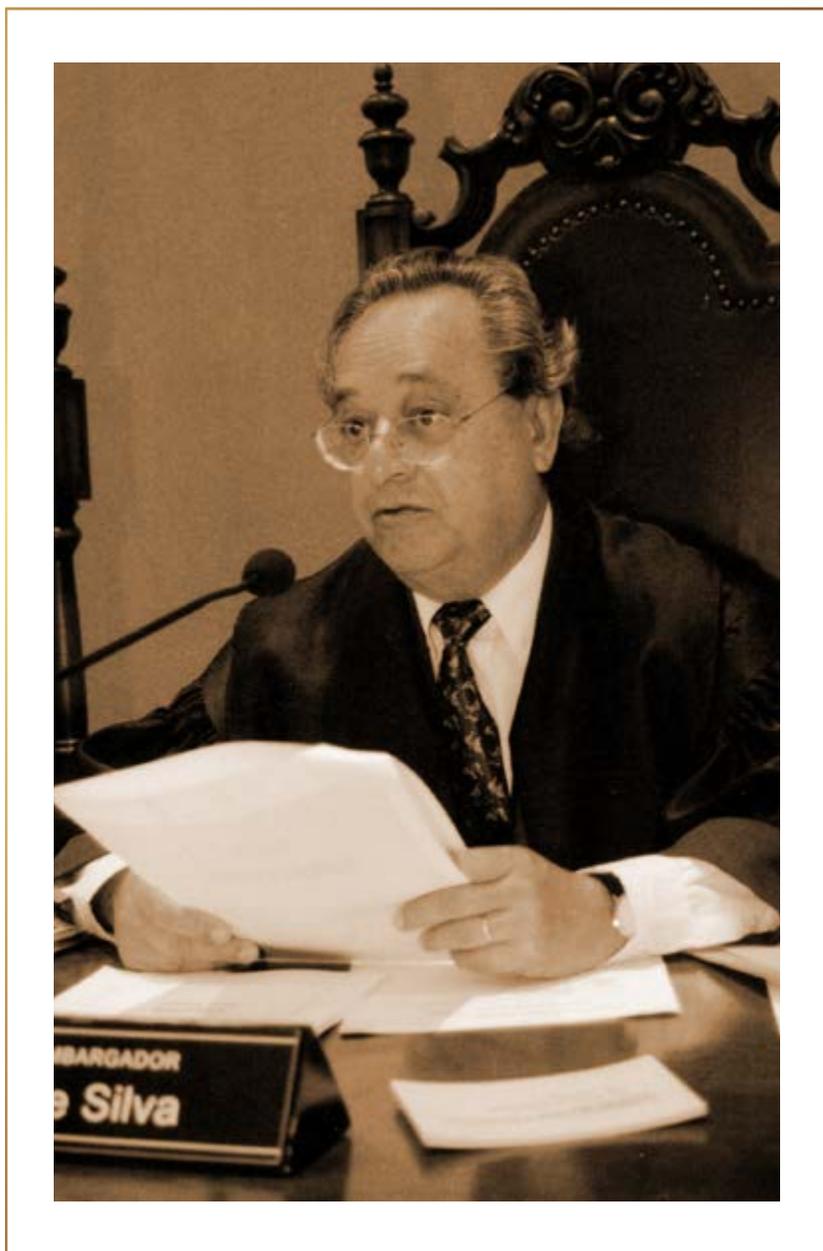


Antônio do Rêgo Monteiro Rocha



Antonio Fernando do Amaral e Silva





Carlos Alberto Silveira Lenzi



Carlos Prudêncio



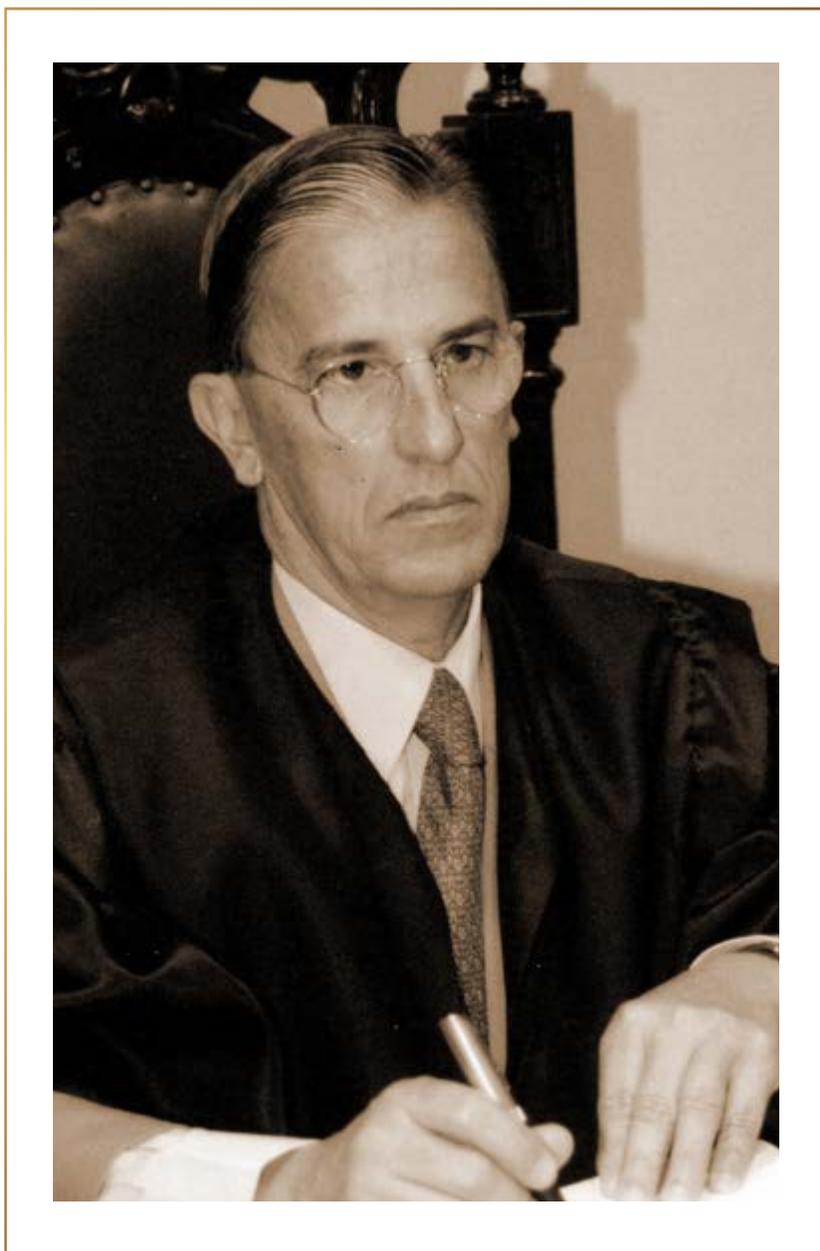
Carlos Prudêncio



Cid José Goulart Júnior



Cláudio Barreto Dutra



Eládio Torret Rocha



Fernando Carioni



Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho



Francisco Xavier Medeiros Vieira



Heliodoro Franzói



Irineu João da Silva



João Eduardo Souza Varella



João José Ramos Schaefer



João Martins



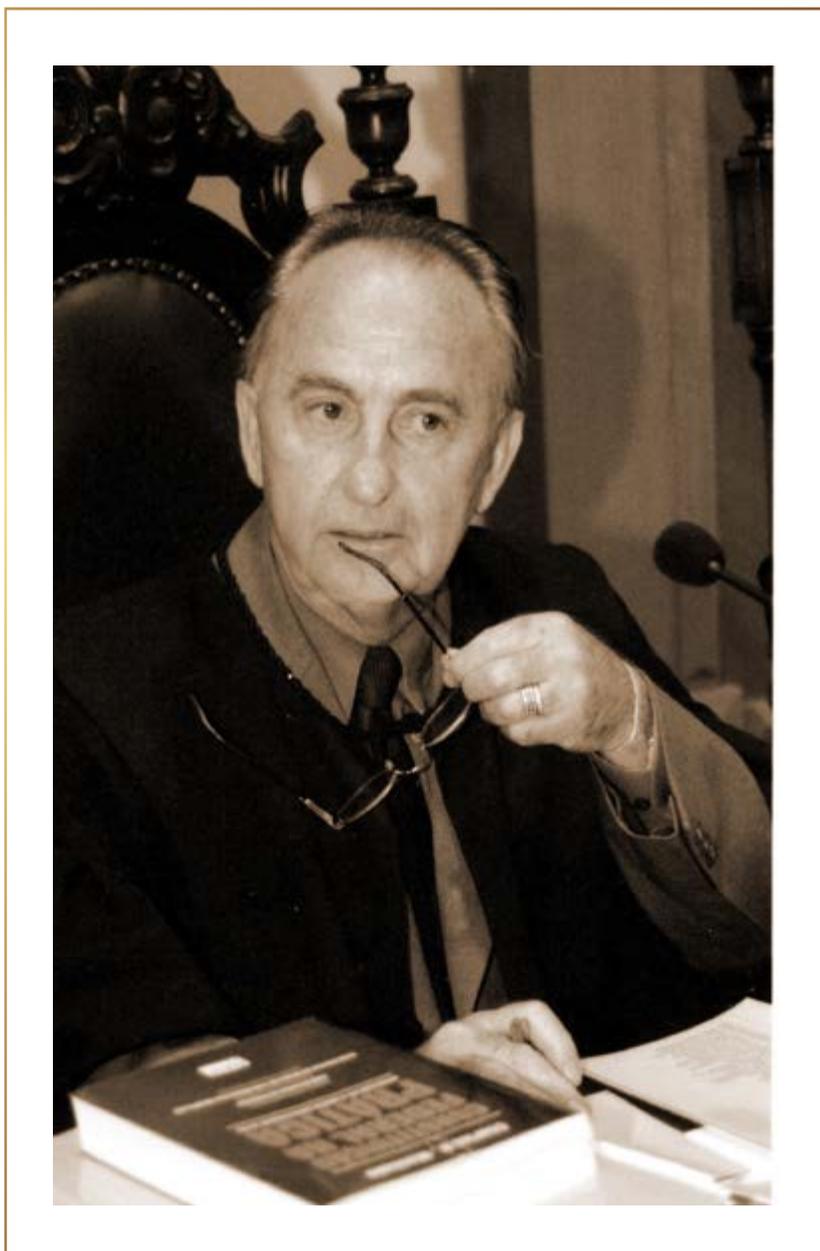
Jorge Mussi



José Antônio Torres Marques



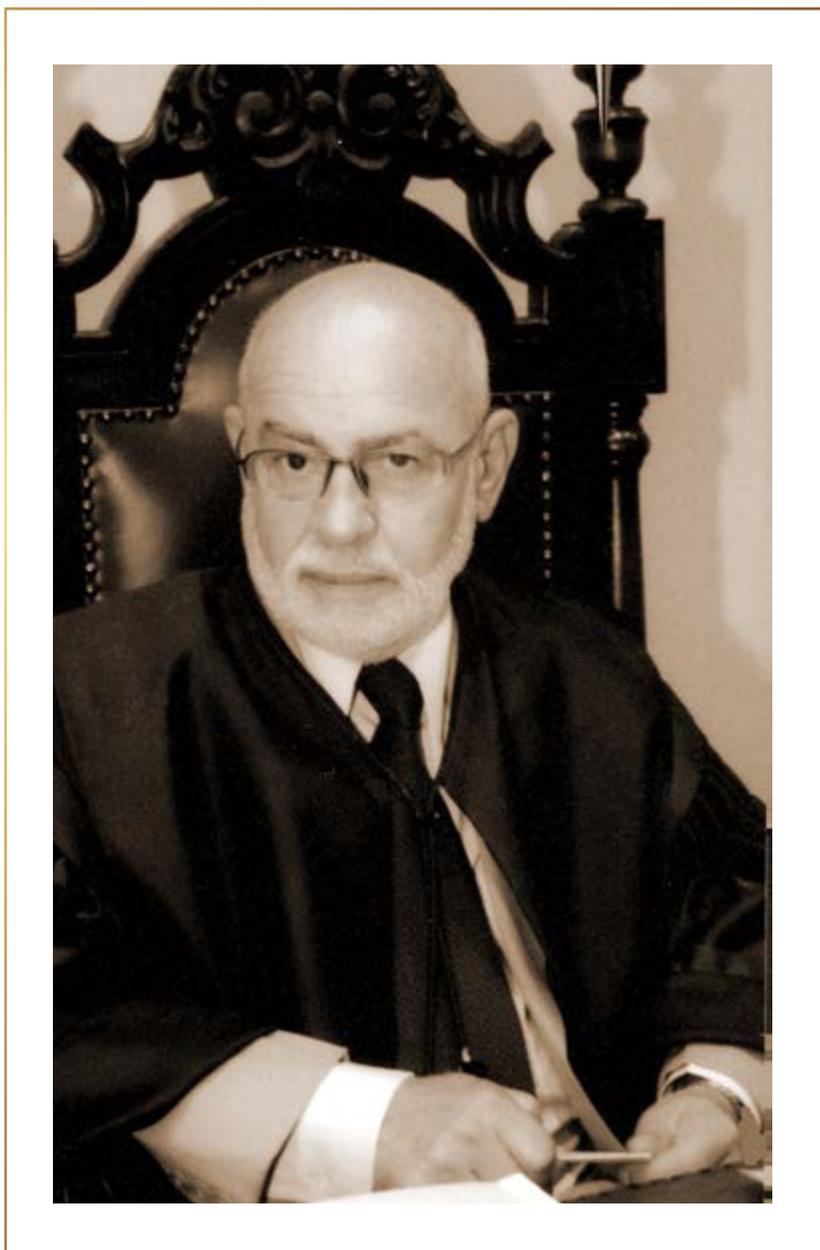
José Gaspar Rubick



José Mazoni Ferreira



José Trindade dos Santos



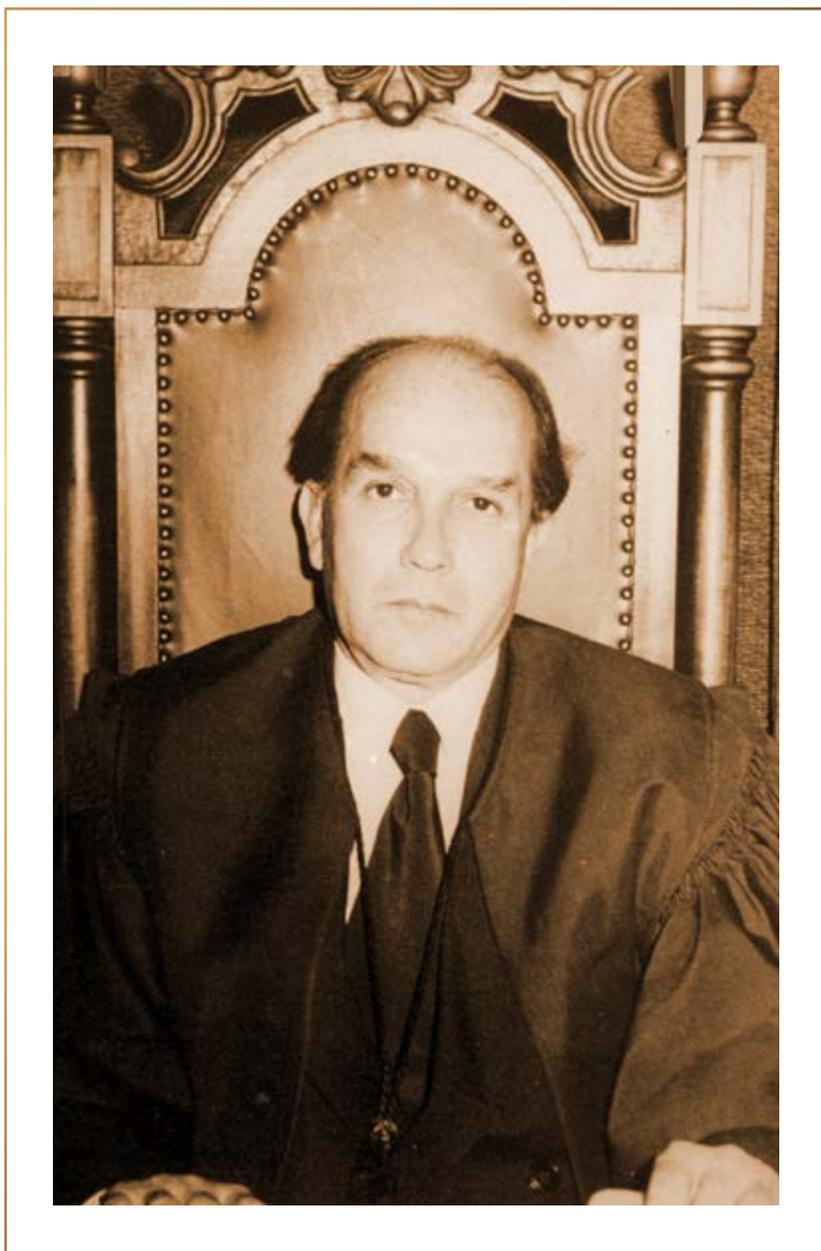
José Volpato de Souza



Maurílio Moreira Leite



Napoleão Xavier do Amarante



Napoleão Xavier do Amarante



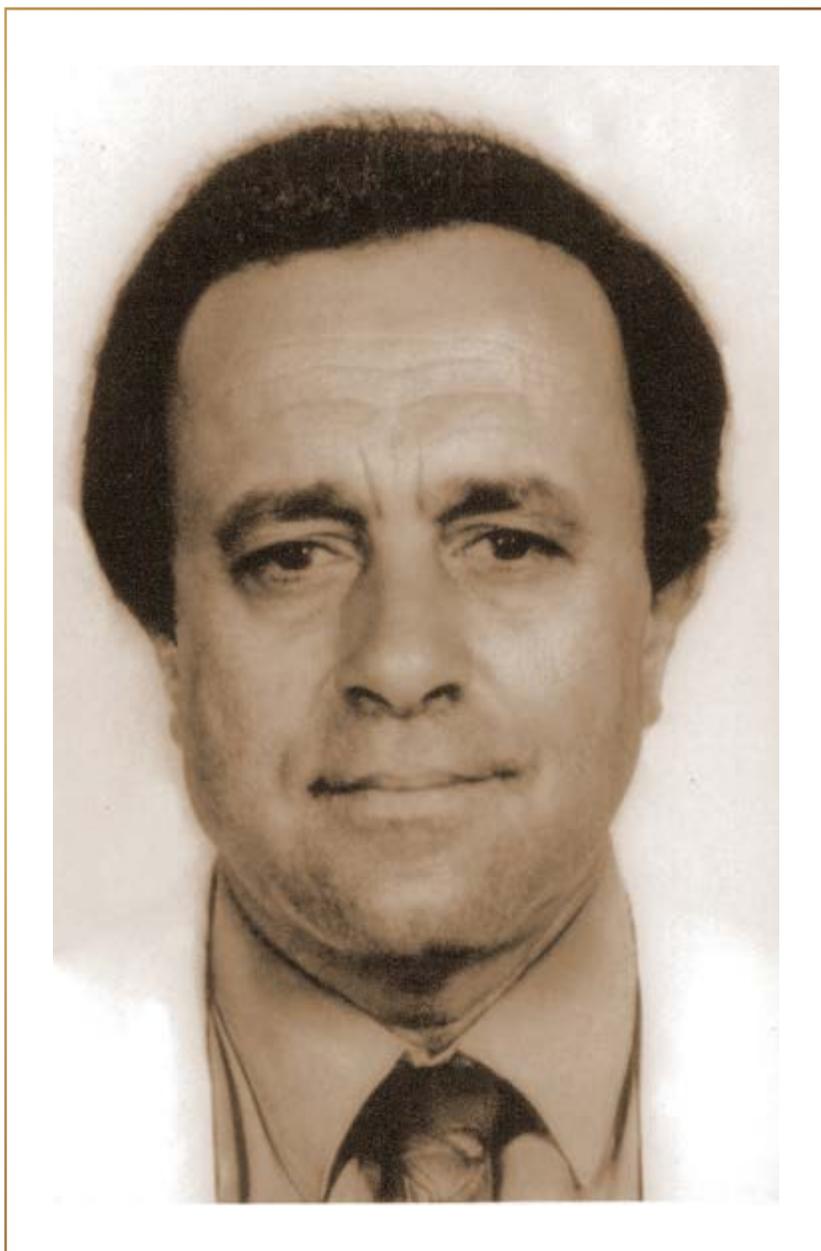
Nelson Juliano Schaefer Martins

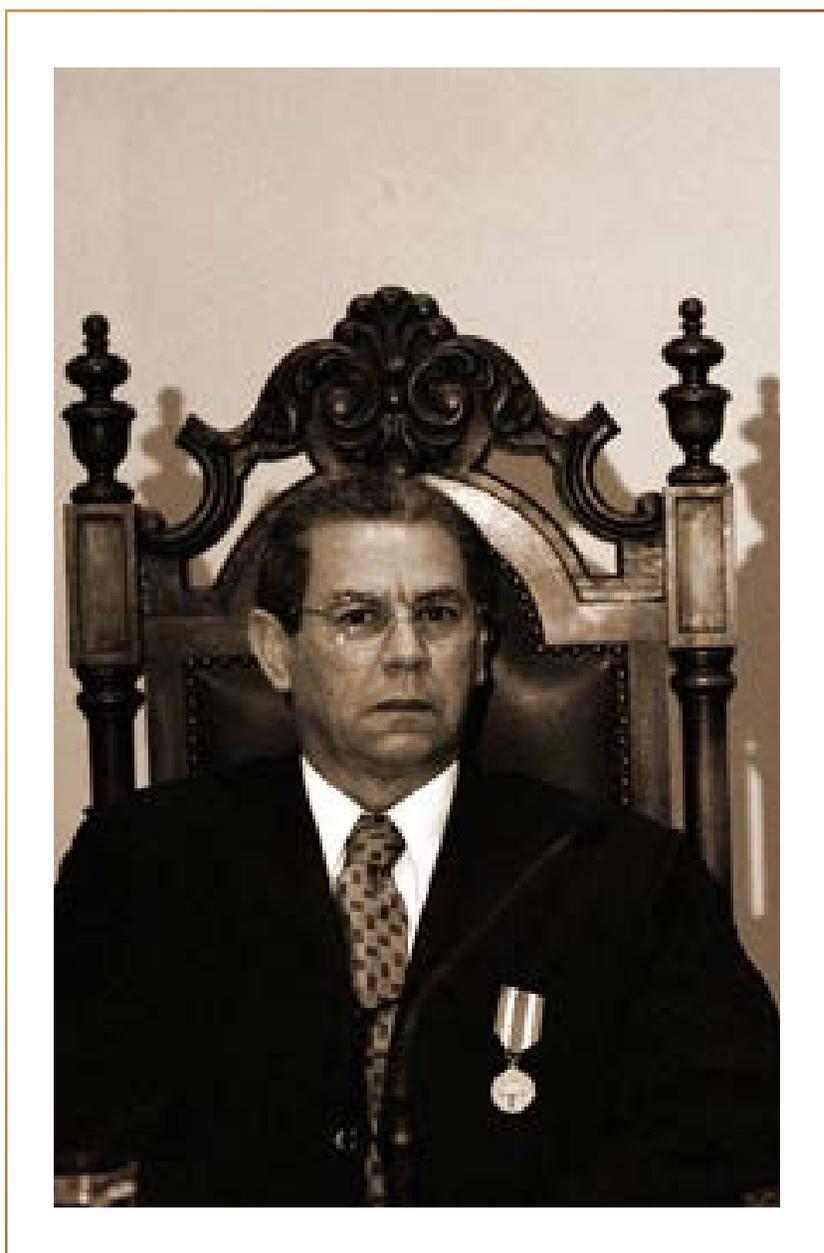


Newton Trisotto



Nicanor Calírio da Silveira







Pedro Manoel Abreu



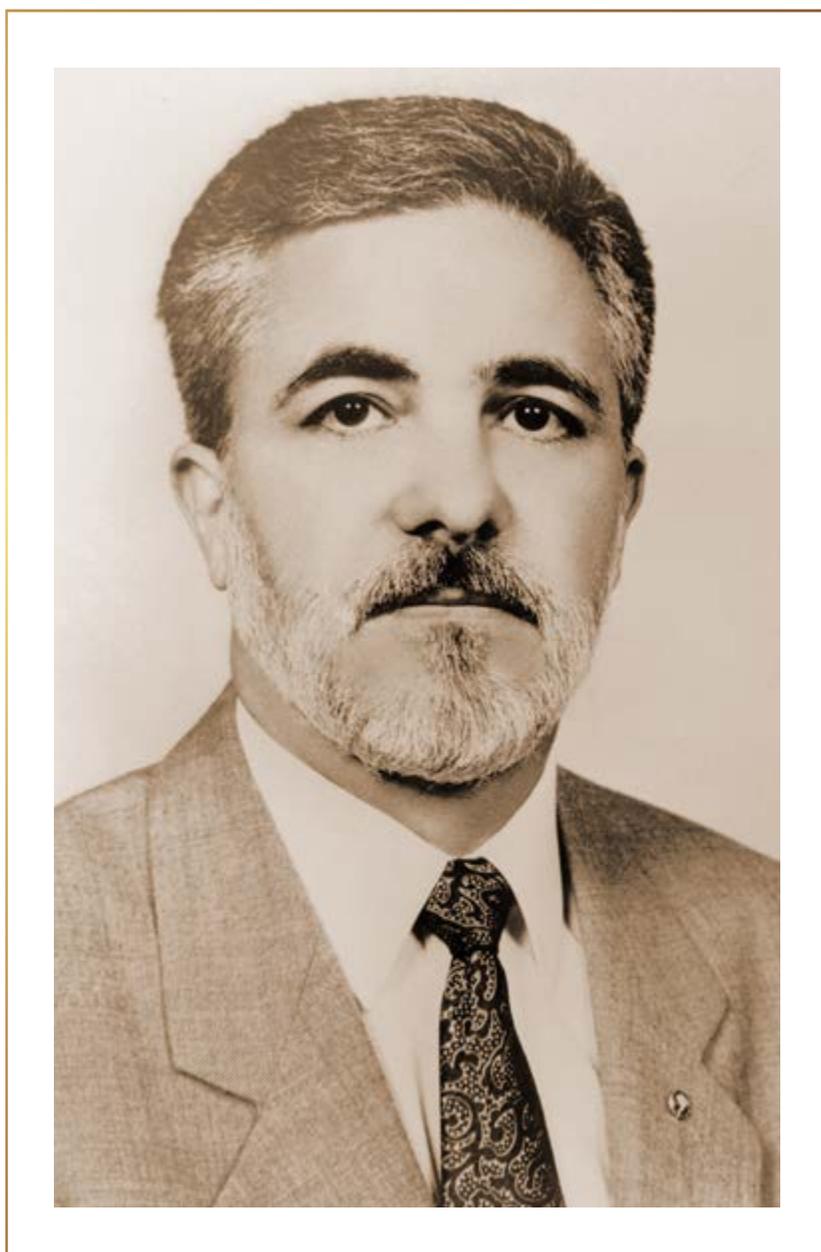
Raul Bayer Laus



Rubem Odilon Antunes Córdova



Rui Francisco Barreiros Fortes



Saleta Silva Sommariva





Solon d'Eça Neves

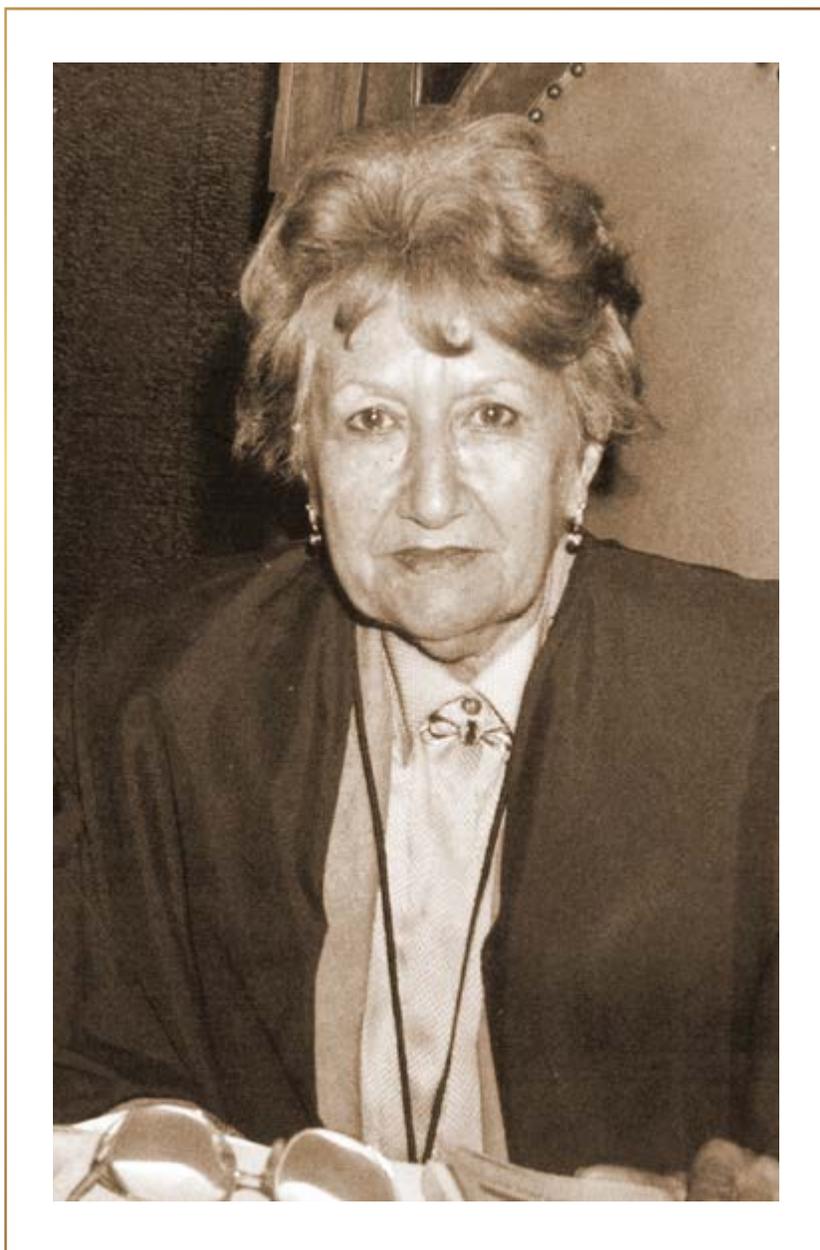




Thereza Grisólia Tang



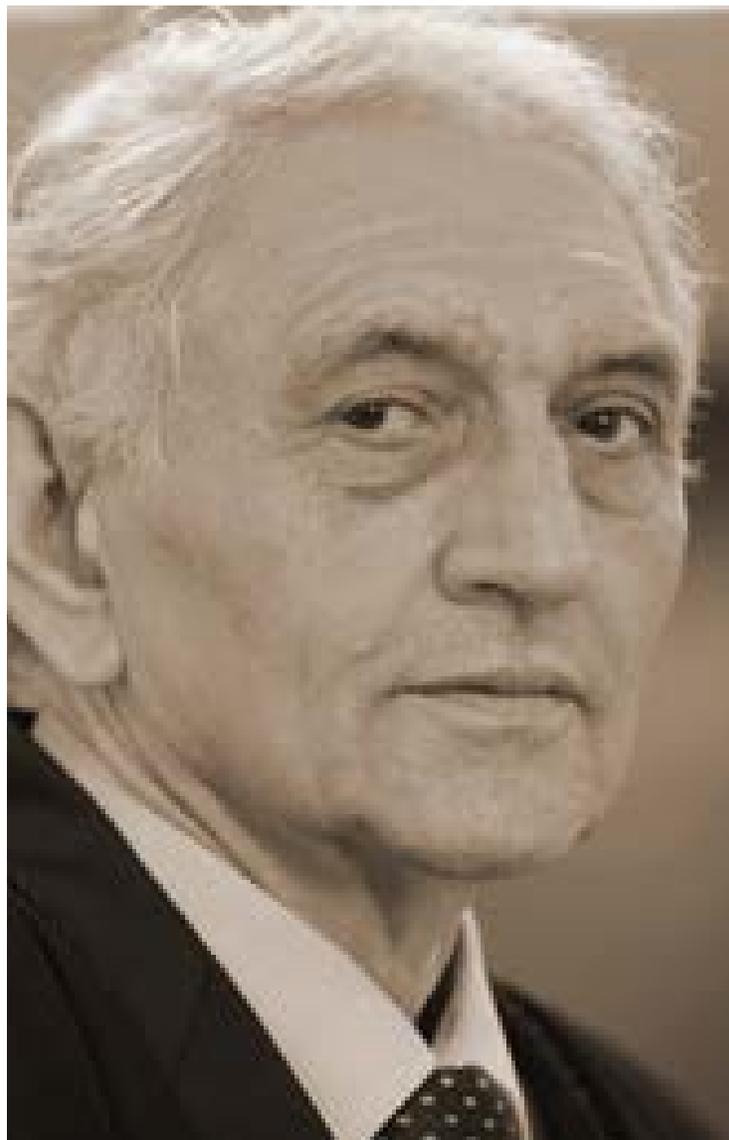
Thereza Grisólia Tang



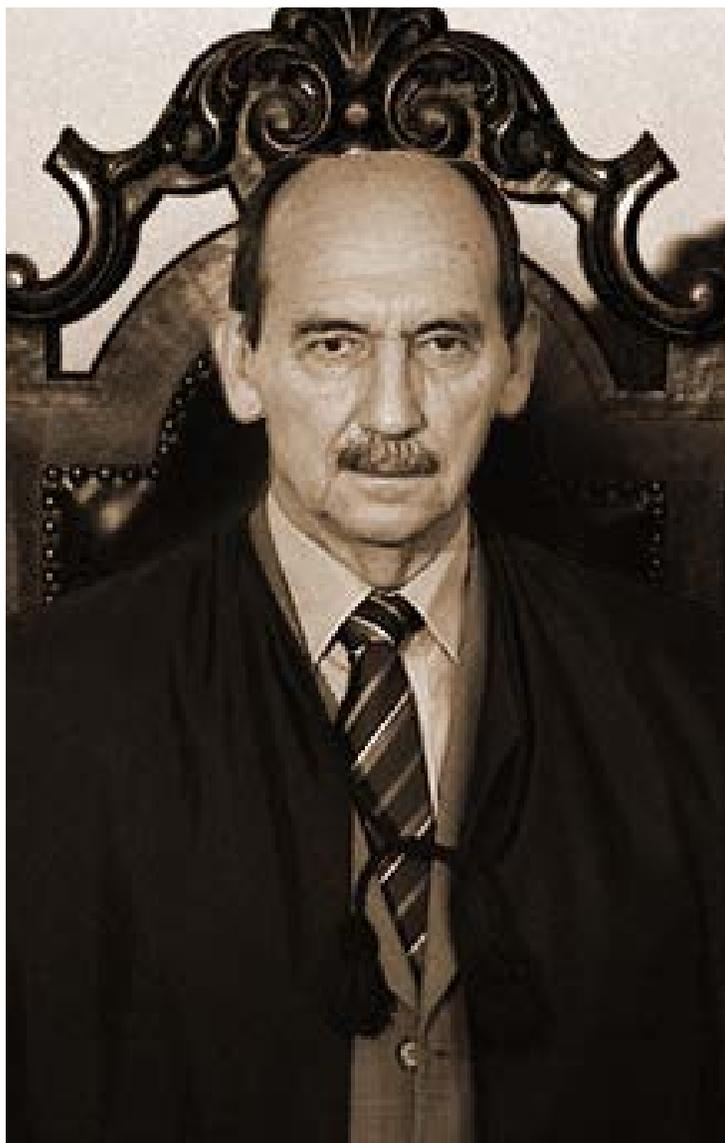
Thereza Grisólia Tang



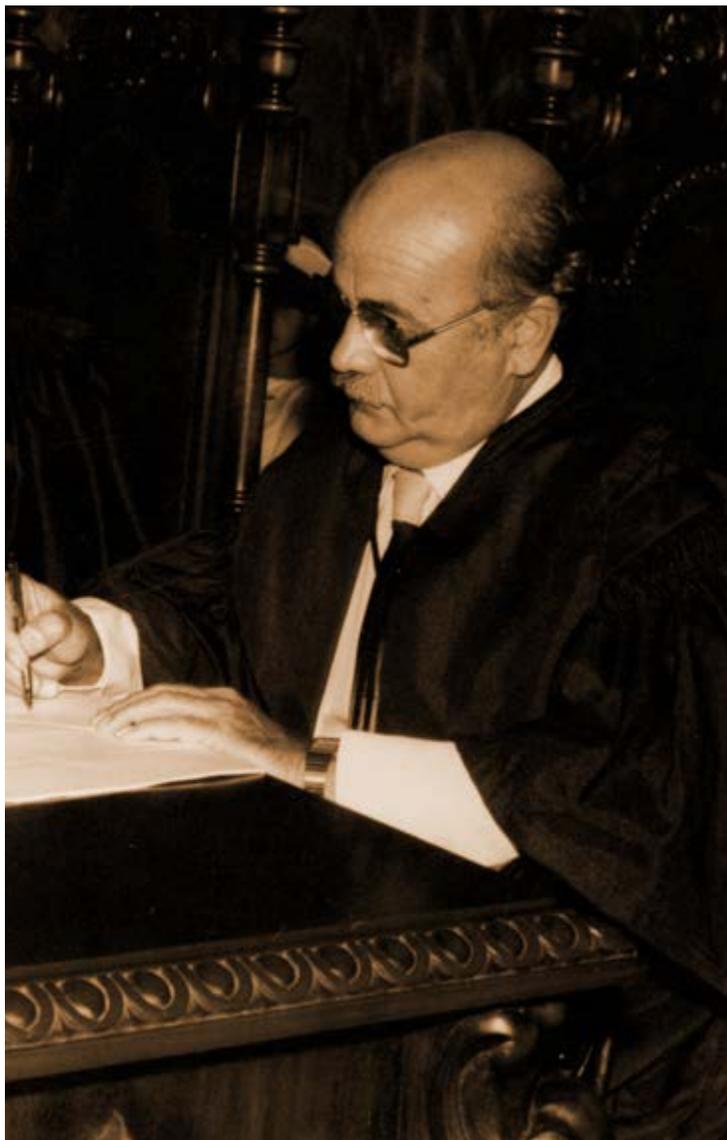
Vanderlei Romer



Volnei Ivo Carlin



Wladimir d'Ivanenko





*Referências
Bibliográficas*



Referências Bibliográficas

LIVROS

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Comarcas de Santa Catarina. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005. Textos e edição por Orivalda Lima Silva.*

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Em meio a leis e pessoas: 125 anos de história do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Florianópolis: TJSC, 2016. 332 p., p. 167 e 170-171. Texto e coordenação da pesquisa por Adelson André Brüggemann.*

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Memórias dos 110 anos. Florianópolis: TJSC, 2001. 200 p. Coordenação por Orivalda Lima Silva.*

SANTA CATARINA. *Tribunal de Justiça. Tribunal de Justiça de Santa Catarina: um século 1891/1991. 2. ed. Florianópolis: Tribunal de Justiça, 1991. 167 p.*

JORNAIS

Jornal do Comercio (Florianópolis)

Jornal Progresso (Itajaí)

Legalidade (São Bento do Sul)

O Estado (Florianópolis)

Regeneração (Florianópolis)

República (Florianópolis)

REFERÊNCIAS DE IMAGENS

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Acervo digital do Museu do Judiciário Catarinense

Arquivos fotográficos dos desembargadores



Desembargador João Henrique Blasi – Presidente
Desembargador Altamiro de Oliveira - Primeiro Vice-Presidente
Desembargador Getúlio Corrêa - Segundo Vice-Presidente
Desembargador Gerson Cherem II - Terceiro Vice-Presidente
Desembargadora Denise Volpato - Corregedora-Geral da Justiça
Desembargador Rubens Schulz - Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial

Composição da Comissão de Gestão de Memória do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina

Desembargadora Haidée Denise Grin – Presidente

Membros

Márcio Schiefler Fontes -- Juiz Auxiliar
Maurício Walendowsky Sprícigo – Diretor-Geral Judiciário
Ricardo Albino França -- Diretor de Documentação e Informações
Adelson André Brüggemann – Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário
Alan Schmitt Mafra - Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário e.e
Marcos Rodolfo da Silva – Chefe de Divisão de Arquivo
Marcilio Bagatin Silva – Chefe da Divisão de Pesquisa e Informação
Letícia Cardoso de Castro – Representante da Diretoria de Tecnologia da Informação

Coordenadoria de Magistrados

Coordenador

Bruno Makowiecky Salles

Juizes Auxiliares da Presidência

Juíza de Direito Iolanda Volkmann - Núcleo Administrativo
Juiz de Direito Rafael Sandí - Núcleo Financeiro
Juiz de Direito Mauricio Cavallazzi Povoas - Núcleo Jurídico

Diretoria de Documentação e Informações

Ricardo Albino França – Diretor

Núcleo de Comunicação Institucional

Assessoria de Artes Visuais: Projeto gráfico, editoração eletrônica